

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

FILOMENA LUCIENE CORDEIRO REIS

**OUTRAS HISTÓRIAS SOBRE PODER E MEMÓRIA:
AS INSTITUIÇÕES ARQUIVÍSTICAS E O(S) LUGAR(ES) DE
MEMÓRIA(S) EM MONTES CLAROS, MG - 1980 a 2012**

UBERLÂNDIA – MINAS GERAIS

2013

FILOMENA LUCIENE CORDEIRO REIS

**OUTRAS HISTÓRIAS SOBRE PODER E MEMÓRIA:
AS INSTITUIÇÕES ARQUIVÍSTICAS E O(S) LUGAR(ES) DA(S)
MEMÓRIA(S) EM MONTES CLAROS, MG – 1980 a 2012**

Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em História.

Área de Concentração: História Social

Orientador: Professor Dr. Wenceslau Gonçalves Neto

UBERLÂNDIA – MINAS GERAIS

2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

R375o
2013

Reis, Filomena Luciene Cordeiro, 1965-
Outras histórias sobre poder e memória: as instituições arquivísticas e os(s)
lugar(es) da(s) memória(s) em Montes Claros, MG – 1980 a 2012 /
Filomena Luciene Cordeiro Reis. -- 2013.
321 f. : il.

Orientador: Wenceslau Gonçalves Neto.
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em História.
Inclui bibliografia.

1. História - Teses. 2. História social - Teses. 3 Arquivos e
arquivamento (Documentos) - Montes Claros (MG) - Teses. 4. Arquivos
públicos - Montes Claros (MG) - Teses. 5. Montes Claros (MG) - História
- Teses. I. Gonçalves Neto, Wenceslau. II. Universidade Federal de
Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

1.

CDU: 930

Filomena Luciene Cordeiro Reis

**Outras histórias sobre poder e memória: as instituições arquivísticas e o(s)
lugar(es) da(s) memória(s) em Montes Claros, MG – 1980 - 2012**

Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em
História da Universidade Federal de Uberlândia como
parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora
em História.

Área de Concentração: História Social

Uberlândia, Julho de 2013

Banca Examinadora

Professora Dra. Claudia Engler Cury
Universidade Federal da Paraíba/ UFPB

Professora Dra. Ivanilda Aparecida Andrade Junqueira
Universidade Federal de Goiás/UFG

Professor Dr. Paulo Roberto de Almeida
Instituto de História - Universidade Federal de Uberlândia/UFU

Professor Dr. Sérgio Paulo Moraes
Instituto de História – Universidade Federal de Uberlândia/UFU

Professor Dr. Wenceslau Gonçalves Neto
Instituto de História - Universidade Federal de Uberlândia/UFU - Orientador

A João Olímpio Soares dos Reis, companheiro de todos os momentos e amor da minha vida. Aos meus pais Almerindo Cordeiro e Maria Iêda Cordeiro presença constante e solidária sempre. À Roberta Cordeiro Maia por constituir desafio constante na percepção de um horizonte aberto a novos mundos e possibilidades. Àqueles que lutam incansavelmente pela preservação do patrimônio cultural de Montes Claros. E aos moradores dessa Cidade que constroem sua história no cotidiano, dando sentido coletivo a trajetória humana.

AGRADECIMENTOS

Ao terminar esse estudo não consigo imaginar construí-lo sozinha, mesmo, muitas vezes, tendo que me isolar no escritório ou no Arquivo na leitura dos documentos, livros, revistas, enfim, com as minhas fontes de pesquisa e bibliográfica. Fazer esse doutorado foi uma oportunidade ímpar na minha vida, pois tive a possibilidade de perceber quantas pessoas se interessam por mim e querem me ver crescendo.

Nesse sentido, agradeço a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG pelo apoio financeiro que me permitiu escrever essa pesquisa.

À Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes, instituição onde trabalho e que me proporcionou todas as condições para fazer esse estudo.

Ao professor Wenceslau Gonçalves Neto, meu orientador, sempre firme, seguro e atencioso, demonstrando boa vontade e competência no encaminhamento e direcionamento da pesquisa. Obrigada por ter confiado e acreditado no meu trabalho.

Ao professor Paulo Roberto de Almeida, que confiou nas minhas possibilidades na Linha de Pesquisa “Trabalho e Movimentos Sociais” e, sempre com muita firmeza e carinho me orientou e ensinou a pensar a história e a sua escrita numa nova perspectiva.

À Célia Rocha Calvo, presença profissional e amiga no sentido de me revelar novas abordagens possíveis para se pensar o patrimônio cultural e a cidade.

Aos meus professores Paulo Sérgio de Moraes, Dilma Andrade de Paula, Heloisa Helena Pacheco Cardoso que trouxeram grandes contribuições para pensar meu objeto de estudo. À Maria Clara Tomaz Machado, Vera Lúcia Puga, Rosângela Patriota Ramos e Antônio de Almeida.

Aos professores Claudia Engler Cury, Ivanilda Aparecida Andrade Junqueira, Paulo Roberto de Almeida e Paulo Sérgio Moraes, que avaliaram meu trabalho e compuseram a banca de defesa.

À Josiane Braga Soares, secretária da Pós Graduação, que sempre me atendeu com carinho e presteza nas resoluções das solicitações de documentos institucionais.

À Câmara Municipal de Montes Claros. À Iara Maria da Silva, amiga e colaboradora constante, que não mediu esforços para me ajudar a encontrar fontes para meu estudo. Não há palavras para demonstrar minha gratidão diante de tanto carinho. À Maria Dalva Souto e Oliveira e Werley Pereira de Oliveira, amigos e “fontes” de estudo.

Às minhas “fontes”, que me permitiram por meio dos seus depoimentos, compreender esse universo das experiências da vida: Laurindo Mékie Pereira, Marta Verônica Vasconcelos Leite, Sebastião Ildeu Maia, Maria de Fátima Gomes Lima do Nascimento, Roberto Ramos Mendes Pereira, Donizette Lima do Nascimento, Juliano Gonçalves Aquino, Marcelo Valmor Ferreira, Edir de Freitas Cardoso Júnior, Wanderlino Arruda, Dário Teixeira Cotrim, Petrônio Braz, Glorinha Mameluke, Neusa Soares Andrade, Almerindo Cordeiro, Flávio Souza Cordeiro, Maria Antônia Aragão Fagundes, José Ribeiro Lopes, Alberta Neves Ruas, Padre Reginaldo Cordeiro de Lima, Djalma Alves Maia e César Henrique Queiroz Porto. Aqueles que, na Praça da Matriz de Montes Claros se colocaram à disposição para partilhar seus conhecimentos acerca do que entendiam sobre arquivo. Foram muitas entrevistas! Elas poderiam ter sido mais bem exploradas nessa tese, no entanto, o número de páginas e o tempo não nos habilitaram.

Aos servidores da Divisão de Pesquisa e Documentação Regional da Unimontes que me abriu as portas para estudar sua Hemeroteca.

Ao Núcleo de História e Cultura Regional – Nuhicre que me fortaleceu por meio da confiança em meu trabalho.

A Diretoria de Biblioteca Universitária, especialmente a Roseli Damaso, que me proporcionou desenvolver pesquisas e relações afetivas profundas nesse ambiente, onde os livros predominam e nos chamam a leitura.

Ao Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros e a Academia Feminina de Letras de Montes Claros que, através de fontes e incentivo a produção da nossa história sempre nos impulsiona, independente da sua abordagem.

Aos meus colegas de trabalho do Departamento de História da Unimontes, que no decorrer dessa trajetória acadêmica me faz crescer como pessoa e profissionalmente. Em especial, à Rejane Meireles Rodrigues Amaral, colega de trabalho e amiga, que procurou desde o início me dar pistas e caminhos para estar no Programa de Pós Graduação da Universidade Federal de Uberlândia; a Mary Aparecida Alencar Durães, solidária nessa caminhada; e a Marta Edith Sayago, que nos animou e estimulou a estudar para vencermos os obstáculos na Universidade.

Ao meu marido, João Olímpio Soares dos Reis, presença em todas as ocasiões, me auxiliando nas entrevistas, levantamento de documentos nos arquivos, procura de bibliografia sobre o tema, enfim, com ele o meu trabalho se tornou mais tranquilo, rendendo muito mais.

À Roberta Cordeiro Maia, filha do coração e da alma, que aprendeu conosco a valorizar os estudos e descobrir novos mundos por meio dele.

Aos meus pais que investiram em mim e acreditaram nas minhas possibilidades, sempre com muito carinho, amor e firmeza.

À minha família, agradecimentos sinceros: Lariene, Djalma, Donato, Lucas, Flávio, Joana, Gabriela, Diego, Fabrício, Luciana, Henrique, Estefânia, Emerson, Mariana, Fernanda, Cícero e Sofia.

À família Reis, em especial, José Mário, Dália, Mariany e Ana Raquel. À Márcia Valéria Reis, que com o seu lápis (*mouse*) corrigiu o meu português com tanta boa vontade.

À Rita Tavares que fez comigo várias vezes o percurso Montes Claros - Uberlândia e vice versa, durante dois anos.

Aos meus colegas: Christian Alves Martins – sempre preocupado com a distância que percorria de Montes Claros a Uberlândia –; Cleodir Moraes – cidadão paraense, que me trouxe muitas lembranças do Pará –, Fabrício Pinto Monteiro e sua esposa; Ludmila Gomide; Maria Abadia Cardoso e Cássio Rodrigues da Silveira. À Renata Rastrelo e Silva, Gisélia Maria Campos e Paulo Roberto de Souza amigos de debate de teorias, metodologias e fontes, mas também de partilha da vida, assim como Maria Gisele Peres e Juliana Lemes Inácio. À Maria Aura Marques Aidar, com a qual dividi momentos importantes nessa caminhada.

À Magda Ribeiro de Almeida Duarte, amiga, exemplo de dedicação ao estudo e tradutora do resumo.

A Susi, presença amiga e fraterna nos momentos das tarefas árduas, meus sinceros agradecimentos.

Aos meus alunos, especialmente a turma do início em 1/2009 e término em 2/2012, meus orientandos e o grupo de estudos “Movimentos sociais, patrimônio cultural, arquivologia e educação”, que partilharam comigo debates temáticos, teorias e metodologias historiográficas.

Á DEUS, aquele que me acompanha sempre e me protege com seu manto de ternura e amor, tornando minha vida tão abençoada.

“Nunca houve um monumento de cultura que não fosse também um monumento de barbárie. E, assim como a cultura não é isenta de barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão de cultura” (Walter Benjamin, 1985, p. 225).

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo compreender o patrimônio cultural de Montes Claros, especialmente o patrimônio documental, tendo como objeto de estudo o Arquivo Público - Vereador Ivan José Lopes, tendo como referência o recorte temporal de 1980 a 2012. Essa instituição constitui um arquivo público municipal, sendo responsável pela guarda de documentos produzidos e/ou recebidos pela Câmara Municipal de Montes Claros no exercício das suas funções administrativas e legislativas, as quais resultam posteriormente em um acervo documental riquíssimo para pesquisa. Essa documentação acumulada por esse Arquivo contém documentos diversos e que repercutem na vida dos moradores da cidade, pois a Instituição produtora e receptora é legislativa, elaborando leis que orientam as vivências dos cidadãos. Ao pensar o Arquivo Público - Vereador Ivan José Lopes, refletimos acerca das concepções de patrimônio cultural que direcionam também o projeto de cidade. Essa pesquisa surgiu das inquietações e incômodos despertados através da experiência profissional em instituições arquivísticas, quando percebíamos um descaso dos gestores públicos com os documentos dos estabelecimentos que governavam, assim como a ausência de políticas públicas voltadas para a sua preservação e também dos cidadãos que não viam esse acervo como direito a sua memória e a cidadania. Analisar os motivos desse descaso com os documentos arquivísticos nos colocou numa posição de reflexão acerca da situação com o objetivo de pensar os desafios e perspectivas dos arquivos de Montes Claros. Dessa forma, procuramos entender as práticas sociais dos montesclarenses imbuídas nos textos dos documentos da Câmara Municipal e o papel do Arquivo como um dos lugares da(s) memória(s) da cidade e não apenas guardião de papéis antigos e velhos. Para tanto, a metodologia utilizada consistiu em fontes variadas como legislações; hemeroteca da Divisão de Pesquisa e Documentação Regional da Unimontes; análise de fotografias, *sites*, atas, livros de memorialistas, teses, dissertações, trabalhos de conclusão de curso (monografia); e história oral. A relevância desse estudo, a nosso ver, consiste em colocar em movimento as categorias historiografia, poder, memória e patrimônio cultural/documental, visando articular esses conceitos com as vivências sociais possibilitando ao trabalho trazer “cheiro de gente” a um tema, que, em um primeiro momento parece tão inóspito, técnico e operacional, além de estimular outras problemáticas sobre a questão em pauta.

Palavras chave: Memória. Patrimônio Cultural. Instituições Arquivísticas. Montes Claros.

ABSTRACT

The present study aimed to understand the cultural heritage of Montes Claros, especially the documental one, having as object of study Vereador Ivan Jose Lopes Public Archive throughout 1980 to 2012. That institution is a public municipal archive responsible for the custody of documents produced and received by the city of Montes Claros in the exercise of its legislative and administrative functions, which corresponds to a rich documental collection to research. That documentation accumulated by that Archive contains several documents that cause repercussions on the inhabitants' lives of the city, because of the legislative character of the institution. Analyzing Vereador Ivan Jose Lopes Public Archive, we reflected on cultural heritage conceptions that orientate the city project. The origin of this research emerged from our inquietude and discomfort when, working at archival institutions, we perceived that public managers do not take care of the documents from those archives, and that there's no public policies aimed on their preservation and, added to that, the lack of reconnaissance by citizens that those documents are part of their memory and their citizenship. Analyzing the reasons of such negligence with those archival documents put us in a position of reflection about the situation, considering the challenges and perspectives of the Montes Claros archives. That way, we tried to understand montesclarenses social practices present in the texts of documents from the Town Council and the role of the Archive as one of the places of city's memory (or memories) and not just as a guardian of old and ancient papers. To do so, the methodology used consisted of varied sources as laws; hemeroteca of Regional Division of Documentation of Unimontes; analysis of photos, websites, meeting minutes, memorialists books, thesis, dissertations, graduation works (monographies); and oral history. In our opinion, the relevance of this study is to put the categories as historiography, power, memory, and cultural/documental heritage in motion to articulate these concepts with the social experiences allowing to the work bring "folk smell" to a theme, which at first seems so inhospitable, operational and technical, as well as stimulating further problems and questions on this subject.

Keywords: Memory. Cultural Heritage. Archival Institutions. Montes Claros.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figuras 1, 2 e 3: Prédio da Câmara e Prefeitura Municipal de Montes Claros e vista aérea da edificação	46
Figura 4: Imagem de Montes Claros e adjacências.....	48
Figuras 5, 6, 7 e 8: Inauguração da sede do Arquivo Público da Câmara Municipal na Avenida Cula Mangabeira.....	70
Figuras 9 e 10: Sede do Arquivo Público da Câmara Municipal na Avenida Cula Mangabeira: fachada e depósito de documentos (2004)	72
Figuras 11, 12 e 13: Sede do Arquivo Público da Câmara Municipal no Edifício EPTAN: fachada, <i>hall</i> e depósito de documentos (2009)	79
Figuras 14, 15 e 16: Sede do Arquivo Público da Câmara Municipal na Avenida Dr. João Luiz de Almeida (2012): fachadas e interior	82
Figuras 17,18 e19: Largo da Matriz em 1911e [1945?] e em 21 de abril de 2011	110
Figuras 20 e 21: Sobrado dos Maurício na década de [1940?] e Casarão da FAFIL em 2007.....	111
Figuras 22 e 23: Rua Justino Câmara década de [1940?] e 1997	113
Figuras 24, 25 e 26: Antigo Mercado Municipal [década de 1940?]	117
Figuras 27, 28 e 29: Praça Dr. Carlos nas décadas de [1930?], 1980 e 2009	118
Figuras 30, 31 e 32: Catedral na década de 1960; Estação Ferroviária na década de [1960?]; e Igreja dos Morrinhos em 1997	119
Figuras 33, 34, 35 e 36: Festa de Agosto na Igreja do Rosário e os catopés; Festa de São Judas (2012); e Feira no bairro Major Prates (2011).....	123
Figuras 37, 38 e 39: Capela de São Geraldo (s.d.); Igreja do Morro do Frade (1997); e Festa e Gruta dos Santos Reis (2012).....	125
Figura 40: Desenho do Arraial de Formigas no final do século XVIII	134
Figura 41: Aspecto urbano da Cidade de Montes Claros em 1953. Fotografia de Facella	135
Figuras 42, 43 e 44: Igreja do Rosário atual e antiga, (s.d), 1957 e 2010	139
Figuras 45, 46, 47 e 48: Construção da primeira igreja [Década de 1930]. Desenho da primeira igreja (2003). Segunda igreja construída no Bairro Santos Reis [2004]. Igreja dos Santos Reis em reforma (2012)	150

Figuras 49 e 50: Brasão do Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros	155
Figuras 51 e 52: Rua Geraldino Machado e Casa de Maria da Conceição dos Santos Costa no bairro Santos Reis (2011)	160
Figuras 53 e 54: Colégio Tiradentes [década de 1960?] e 2010	167
Figuras 55, 56 e 57: Imagens do Corredor Cultural: desenho para divulgação (2011); <i>out door</i> na Avenida Esteves Rodrigues (11/07/2011); e <i>Show</i> musical do I Congresso de História (2012) Fafil	181
Figura 58: Rua Quinze de Novembro (1933)	187
Figuras 59 e 60: Rua Simeão Ribeiro [1940?] e versão 2012	188
Figuras 61 e 62: Rua Dr. Veloso [1940?] e versão 2012	189
Figuras 63 e 64: Rua Padre Augusto [1950?] e versão 2012	190

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Academia Feminina de Letras de Montes Claros - AFLMC
Aliança Renovadora Nacional – ARENA
Associação Nacional de História – ANPUH
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES
Centro de Agricultura Alternativa - CAA
Centro de Integração e Atendimento ao Menor – CIAME
Centro de Pesquisa e Documental Regional - CPDOR
Comissão de Legislação e Justiça – CLJ
Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais - PRODEMGE
Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo - CONDEPHAAT
Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas - CONDEPACC
Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Montes Claros/MG - COMPHAC
Curso de Preparação de Oficinas de Reserva - CPDOR
Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais - DER/MG
Divisão de Pesquisa e Documentação Regional - DPDOR
Diretoria de Documentação e Informações - DDI
Edifício Tancredo Neves - EPTAN
Faculdade de Direito - FADIR
Faculdade de Filosofia Ciências e Letras do Norte de Minas – FAFIL
Faculdade Ibituruna - FACIB
Faculdades Unidas do Norte de Minas - FUNORTE
Fundação Norte mineira de Ensino Superior - FUNM
Fundação de Amparo à Pesquisa do estado de Minas Gerais - FAPEMIG
Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais - FHEMIG
Fundo Municipal de Desenvolvimento do Turismo - FUNDETUR
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS
Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - IEPHA
Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros – IHGMC
Movimento Democrático Brasileiro – MDB
Partido dos trabalhadores - PT

Posto de Atendimento Médico de Montes Claros - PAM

Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE

Universidade Estadual de Minas Gerais - UEMG

Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes

Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

Universidade Federal de Uberlândia – UFU

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Perfil dos pesquisadores do Arquivo Público Vereador – Ivan José Lopes
refrente ao período de 2009 a 2012 211

QUADRO 2: Dados sobre as pesquisas realizadas no Arquivo Público Vereador – Ivan José
Lopes refrente ao período de 2009 a 2012 215

LISTA DE GRÁFICOS

GRAFICO 1: Profissões dos pesquisadores do Arquivo Público Vereador – José Ivan Lopes de 2009 a 2012 213

GRAFICO 2: Escolaridade dos pesquisadores do Arquivo Público Vereador – José Ivan Lopes de 2009 a 2012 214

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Localização da área central de Montes Claros (MG)	107
Mapa 2: Localização do bairro Santos Reis e da Área Central de Montes Claros (MG)	148
Mapa 3: Localização do bairro Santos Reis na área urbana de Montes Claros (MG)	161

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	20
 CAPÍTULO I	
OS ARQUIVOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DE MONTES CLAROS CONSTITUEM TRANSPARÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E EXPRESSÃO CULTURAL DA CIDADE?	43
 CAPÍTULO II	
ENTRE MONUMENTOS E DOCUMENTOS: DISPUSTAS PELOS LUGARES DE MEMÓRIAS EM MONTES CLAROS	100
 CAPÍTULO III	
O ACERVO DO ARQUIVO PÚBLICO VEREADOR - JOSÉ IVAN LOPES E A PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA: OS EMBATES PELA MEMÓRIA E O PREÇO DO ESQUECIMENTO	200
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	248
 FONTES	259
 REFERÊNCIAS	275
 ANEXOS	283

INTRODUÇÃO

Não se ressuscitam vidas encalhadas em um arquivo. Isso não é motivo para deixá-las morrer uma segunda vez. O espaço é estreito para elaborar uma narrativa que não as anule nem as dissolva, que as mantenha disponíveis para que um dia, e em outro lugar, um outro relato seja feito de sua enigmática presença (FARGE, 2009, p. 117).

Em “O sabor do Arquivo”, Arlette Farge nos revela o prazer em estar no arquivo e as delícias possíveis de serem saboreadas por meio dos documentos que pesquisamos nessas instituições. Os arquivos constituem um dos lugares onde as muitas memórias e histórias são passíveis de serem (re)descobertas e colocadas em pauta na nossa sociedade. Trabalhar na organização de acervos documentais, pensando o seu dispor sistêmico, permite ao estudioso acessar informações diversas. A partir da análise desses elementos, pode-se conhecer e compreender melhor o homem - sujeito social dos acontecimentos cotidianos, que ocorrem em uma empresa, pública ou privada – ou em casa, na rua, na escola, no parque, nos bares e botecos, nos mercados e nas feiras, nos hospitais, enfim, nos lugares onde ele, o homem, se relaciona com o outro e estabelece vínculos, transformando o que está a sua volta. Essas relações analisadas pelo profissional da história através do acervo documental sob custódia dos arquivos transformam-se em narrativas de vivências reais (des)(re)construídas, tendo como suporte os dados contidos nos documentos.

Usar o arquivo como espaço para pensar as experiências humanas deixa muitos estudiosos, especificamente os historiadores, embriagados com a riqueza de informações contidas nos seus documentos ou mesmo nas probabilidades que podem ser encontradas através das palavras não ditas ou omitidas, admitindo (re)leituras possíveis nas entrelinhas e diagonais. Para tanto, o historiador deve estar atento ao dito no documento, porém, levando em consideração a problemática apontada para reflexão do seu objeto de estudo. Nosso objetivo aqui não é canonizar ou sacralizar o documento, mas percebê-lo como nossa matéria prima no trabalho de pesquisa.

Farge (2009) descreve com riquezas de detalhes o ato de pesquisar em uma instituição arquivística. Nos arquivos, deparamos com bilhões de vestígios que tornam visíveis as ações humanas, bastando ao historiador estar atento e (re)ler, além dos documentos, o mundo a sua volta e a própria vida.

O Arquivo Público Vereador - José Ivan Lopes, objeto do nosso estudo, não se apresenta em um edifício majestoso como os prédios da Biblioteca do Arsenal e do Arquivo e da Biblioteca Nacional da França narrados por Farge (2009), no entanto, na sua simplicidade verificamos a sua potencialidade enquanto guardião de marcas e rastros do homem morador de Montes Claros. A edificação que abriga os documentos do Poder Legislativo da Cidade é um prédio de estilo moderno, trazendo uma fachada lisa com uma placa em azul, branco e laranja, expondo o que acolhe: “Arquivo Público da Câmara Municipal - Vereador José Ivan Lopes”¹. A porta de entrada do referido Arquivo é ladeada de azulejo vinho e branco. O prédio possui dois andares, sendo o primeiro, o local onde se encontra o Arquivo e o segundo, a Escola do Legislativo². Ao entrar no imóvel deparamos com um pequeno *hall*, onde nos deparamos com uma vitrine que expõe trabalhos produzidos a partir do acervo do aludido Arquivo. Nessa vitrine encontramos monografias, livros e trabalhos escolares que tratam sobre Montes Claros, região norte mineira e poder legislativo³. Esse ambiente nos convida a pensar a abundância de fontes e possibilidades para estudo, principalmente o historiador brasileiro que, muitas vezes, não consegue documentos para trabalhar por causa da ausência de políticas públicas, sobretudo para arquivos municipais. Esse fator provoca no historiador, às vezes, uma sacralização do documento por motivos diferentes da Escola Metódica e Positivista. É o receio da perda dos documentos que deixarão lacunas na escrita da história. A ideia é colocar o documento em um sacrário para sua proteção, justamente porque há um

¹ Ressaltamos que o nome do Arquivo da Câmara Municipal de Montes tem a seguinte grafia: “Arquivo Público Vereador - Ivan José Lopes”. O hífen vem depois da palavra vereador, mas na placa e em alguns documentos encontrados, esse sinal é grafado antes.

² A Escola do Legislativo da Câmara Municipal de Montes Claros foi criada pela Lei 3.880 de 28 de dezembro de 2007, com o objetivo de criar um espaço de aprimoramento profissional para vereadores e servidores do Legislativo, de ações que promovam a educação para a cidadania e de fortalecimento do Poder Legislativo regional (CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS. *Escola do Legislativo*. Projeto criança cidadã. Montes Claros, [2008?], p. 2. (Cartilha)

³ Os materiais expostos constituem pesquisas realizadas com o acervo do Arquivo da Câmara ou documentos que se referem a Instituição. São eles:

- Leis: Lei Orgânica Municipal de 1857 a 1990 e de 2004;
- Regimentos: Regimento Interno da Câmara Municipal de Montes Claros de 1999;
- Livros: Faces do legislativo de Jorge Tadeu Guimarães; Cidadãos de honra: 1953-1999; Cidade sem passado de Filomena Cordeiro; Montes Claros da Construção ao progresso: 1917 – 1926 de Gy Reis Brito; e Cidade do favor de Laurindo Mékie Pereira;
- Monografias e dissertações: Representação Política: análise do perfil dos parlamentares da Câmara de Montes Claros (1982 – 2004) de Danielle Pereira Gonçalves; A Câmara Municipal de Montes Claros e o processo de treinamento interno de acordo com a percepção dos funcionários de Anderson Ramos Santos; Demandas e representações populares na vivência política-religiosa em Montes Claros - MG de Roberto Mendes;
- Cartilhas: Projeto Criança Cidadã e Legislativo Municipal;
- Documentos: Caderno de registro de leis, decretos, posturas municipais, nomeações, regulamento relativos a municipalidade datado de 26/10/1832; Resolução de Assembléia Geral Legislativa do Império que cria villas na Província de Minas Gerais datada de 18831.

descuido e descaso generalizado das instituições em relação a essa problemática. Maria de Fátima Gomes Lima do Nascimento reforça essa afirmação: “(...) os documentos são tratados como qualquer coisa... pior... é um grande lixo” (NASCIMENTO, Maria de Fátima Gomes Lima do, 6 jan. 2013).

Ainda no *Hall*, encontramos duas placas com informações sobre o nome do Arquivo e projeto desenvolvido:

ARQUIVO PÚBLICO DA CÂMARA MUNICIPAL
‘VEREADOR JOSÉ IVAN LOPES’

IVAN LOPES

‘Amigo de fê, irmão camarada’

Mesa da Câmara / 2003

Presidente: Ademar de Barros Bicalho

Vice- Presidente: José Marcos Martins de Freitas

1º Secretário: Aurindo José Ribeiro

2º Secretário: Raimundo Pereira da Silva

Prefeito Municipal: Jairo Ataíde Viera

Vice-Prefeito: Mário Ribeiro Filho

Montes Claros, 03 de julho de 2003 (ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL – VEREADOR IVAN JOSÉ LOPES, *Placa*, 3 jul. 2003).

ACERVO DA MEMÓRIA PÚBLICA DE
MONTES CLAROS

Inaugurado aos 16 dias do mês de outubro de 2005, mediante convênio celebrado entre a Câmara Municipal, UNIMONTES e FAPEMIG, através do programa “Uso da Tecnologia Digital no Resgate da Identidade Histórico-Cultural de Minas Gerais”, sendo:

Athos Avelino Pereira

Prefeito Municipal

Paulo César Gonçalves de Almeida

Reitor da Unimontes

José Geraldo de Freitas Drumond

Presidente da FAPEMIG

Sebastião Ildeu Maia

Presidente da Câmara

Fátima Pereira Macedo

Vice-Presidente

Marcos Nem

1º Secretário

Valcir da Ademoc

2º Secretário (ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL – VEREADOR IVAN JOSÉ LOPES, *Placa*, 16 out. 2005).

Essas placas registram dois momentos considerados importantes para os trabalhadores desse órgão de documentação: a denominação do órgão de documentação como “Arquivo Público Vereador - José Ivan Lopes” e a organização de parte do acervo da Instituição via

parceria Unimontes/FAPEMIG/Câmara Municipal de Montes Claros, conforme tratamos no decorrer dos capítulos desta tese.

Ao ultrapassar o *hall* chegamos a uma grande sala denominada de “(...) Sala de Trabalho e de Consulta (...) provisório (...)” (SILVA, Iara Maria da, 22 jun. 2012), conforme nos relata Iara Maria da Silva em entrevista. Esse recinto é destinado a receber os consulentes, à execução das atividades rotineiras do Arquivo e funciona também como cantina. Ficamos imaginando e contrapondo os arquivos referidos por Farge (2009) abrigados em edificações suntuosas e diferentes das nossas, com raríssimas exceções⁴. Na referida sala há uma grande mesa reservada para os pesquisadores realizarem seus trabalhos, duas com computadores, três mesas de escritório, dois armários e uma com um micro-ondas e um filtro. Esse espaço é destinado à convivência dos trabalhadores do Arquivo e dos consulentes, verificamos que, apesar de não existir uma separação física dos ambientes, há uma preocupação visível imposta por limites imaginários, visando não tornar apenas um único cômodo aquele lugar. As delimitações são claras e bem definidas: alimentos são tratados de forma a manter certa distância, a medida do possível, da documentação, por exemplo.

O depósito de documento consiste em uma área ampla com prateleiras e suas caixas arquivo. São 1. 497 (um mil, quatrocentos e noventa e sete) metros lineares de documentos. Vestígios do passado disponíveis para serem trabalhados pelos pesquisadores e, assim constituir possibilidades para explicar o universo social do homem. Esse acervo faz com que “(...) A cidade (...), [e] o povo e depois rostos surgem do arquivo; (...)” (FARGE, 2009, p. 37). Arlette Farge nos diz o que os documentos revelam: a cidade e os seus moradores com suas lutas e embates cotidianos. O Arquivo Público Vereador - José Ivan Lopes é uma dessas probabilidades, uma vez que, ao estudar sua documentação, pode-se trazer à tona as atividades do Poder Legislativo e suas repercussões junto aos moradores de Montes Claros e, dessa forma, rostos ganharão contorno, nome, idade, sexo, filiação, profissão, enfim, sentido de pertencimento, ou seja, será gente e a cidade se mostrará por meio das ações humanas, transformando-se a cada momento por meio das relações sociais configuradas em um contexto histórico.

A proposta desta pesquisa, ou seja, estudar “Outras histórias sobre poder e memória: as instituições arquivísticas e o(s) lugar(es) de memória(s) em Montes Claros, MG - 1980 a

⁴ Podemos citar dentre essas exceções, o Arquivo Público Nacional que se localiza na Praça da República, nº 173, no Rio de Janeiro, RJ. Em 1985, a Instituição transferiu-se, em 3 de janeiro, para a atual sede, ocupando um dos edifícios da antiga Casa da Moeda, edificação em estilo neoclássico. O Arquivo Público Mineiro situado na Av. João Pinheiro, nº 372, Funcionário, prédio também em estilo neoclássico. Todas essas duas referências de arquivos demonstram suntuosidade nas edificações.

2012”, tendo como referência o Arquivo Público Vereador - José Ivan Lopes, faz parte da nossa história de vida. Ao pensar esse objeto de estudo foi necessário relacioná-lo, sobretudo a nossa trajetória profissional e acadêmica. Desde 1992, quando ainda era estudante do segundo ano do Curso de História (licenciatura) na antiga Fundação Norte Mineira de Ensino Superior – FUNM, atualmente Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes, começamos com um estágio no Centro de Pesquisa e Documentação Regional – CPDOR da Universidade. Essa experiência foi significativa para a nossa trajetória no meio acadêmico e no mundo do trabalho, pois, por meio dela lidamos com documentos de grande relevância para a história de Montes Claros e da região norte mineira. Nesse estágio, realizávamos pesquisas em várias instituições visando conhecer o acervo que as mesmas possuíam e as perspectivas futuras para estudos regionais e locais, além de formar uma hemeroteca e receber a documentação da Unimontes para organização. Os anos de 1992 e 1993 constituíram como marco na nossa vivência acadêmica, pois fazer estágio no CPDOR significou aprender e realizar outra experiência além de ser professor de História. Surgiu outra possibilidade na nossa caminhada acadêmica e profissional, abrindo novas portas, sobretudo no mercado de trabalho por meio do conhecimento adquirido nesse órgão de documentação. Em 1994, surgiu a oportunidade, proporcionada pelo exercício e prática com o trabalho no CPDOR, de organizar o acervo documental da Sociedade Rural de Montes Claros, que culminou na materialização de um museu temporário sobre a referida instituição. Passar por essas etapas foi de fundamental relevância no nosso processo de ensino e aprendizagem. O contato com os professores da Unimontes, ruralistas, trabalhadores da Sociedade Rural de Montes Claros e também com os documentos do CPDOR e da Sociedade Rural ampliaram os nossos horizontes para os novos caminhos proporcionados pelo Curso de História e despertaram o interesse para a articulação entre História e Arquivologia.

Em 1995, aprovada em concurso público na Unimontes fomos lotados nesse Centro de Documentação da Unimontes com o cargo de coordenação, que embutia muitas responsabilidades e, onde, por meio do estágio de 1992 a 1994, tivemos a chance de dar os primeiros passos em história e arquivo. A coordenação impulsionou a participação em um curso de pós-graduação *lato sensu* em “Gestão da Memória: Arquivo, Patrimônio e Museu” pela Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG na Escola Guignard em Belo Horizonte durante os anos de 1996 e 1997. Esse curso foi fundamental para pensarmos o patrimônio cultural, especificamente o arquivístico, e conhecer técnicas da Arquivologia para aplicação na organização dos documentos da Universidade ou sob guarda do CPDOR. Porém,

antes do curso citado acima, havíamos feito outra pós-graduação *lato sensu*, em 1995, em Ciências Sociais pela Unimontes, quando elaboramos como Trabalho de Conclusão de Curso, um projeto para recuperação e organização de documentos do Fórum Gonçalves Chaves, realizado posteriormente. De 1995 a 2007, na Coordenação desse órgão de documentação, tivemos várias oportunidades, dentre elas, conhecer profissionais da área de Arquivologia em âmbito nacional, estadual e municipal, além de professores e estudantes do Curso de História da Unimontes, que também se interessavam pelo assunto. As experiências com esse segundo grupo foram extremamente fecundas, resultando na execução de projetos de destaque estadual, regional e municipal.

Em 2001, iniciamos nossas atividades como docente na Unimontes no Curso de História. O vínculo com a Divisão de Pesquisa e Documentação Regional – DPDOR (antigo CPDOR) e com o Curso de História nos permitiu avançar e vislumbrar maiores perspectivas de trabalho, uma vez que essa junção fez fluir com naturalidade muitos projetos profícuos. Conhecíamos o acervo documental da DPDOR que clamava por estudos, pois as pesquisas sobre problemáticas locais e regionais, nessa ocasião, ainda eram mínimas. Esses documentos apresentavam inúmeras possibilidades de análises e, colocados à disposição, sobretudo dos estudantes do Curso de História, a partir dessa data (2001) e, mais especificamente em 2004 com a mudança do Projeto Político Pedagógico do Curso de História, que exigia como Trabalho de Conclusão de Curso uma monografia, desencadeou interesses múltiplos de estudos. Os acadêmicos de História começaram a visitar e pesquisar o acervo da DPDOR o que deu vida àquele ambiente, antes consultado por pouquíssimos professores em fase de capacitação em cursos de mestrado, professores da rede estadual de ensino e setores internos da Unimontes.

Os trabalhos produzidos com a documentação da DPDOR – processos criminais, civis, eleitorais e trabalhistas; documentos da Câmara e Prefeitura Municipal; jornais; revistas; documentos pessoais de autoridades locais e outros - foram muitos e revelaram outras histórias de Montes Claros, além da oficial ou escrita pelos memorialistas e cronistas. Para o Curso de História, bem como para nossa caminhada acadêmica e profissional esse período foi revolucionário, pois transformou a forma de sentir, pensar e experimentar a história e as fontes documentais. Percebíamos, tanto nos professores como nos acadêmicos, a voracidade em ler e conhecer o acervo da DPDOR e, assim, pensar problemas a partir deles. Nesse rebuliço revolucionário, em 2003, iniciamos o mestrado com a proposta de estudo que culminou na dissertação intitulada “A cidade sem passado: políticas públicas e bens culturais

de Montes Claros - um estudo de caso”, defendida em 2005 pela Universidade Severino Sombra em Vassouras, no Rio de Janeiro. Essa pesquisa nos proporcionou refletir sobre o patrimônio cultural local e, principalmente o patrimônio arquivístico.

Relatar a nossa trajetória acadêmico-profissional é importante no sentido de evidenciar as motivações que nos levaram a estudar “Outras histórias sobre poder e memória: as instituições arquivísticas e o(s) lugar(es) de memória(s) em Montes Claros, MG - 1980 a 2012” na Universidade Federal de Uberlândia – UFU através da linha de pesquisa “Trabalho e Movimentos Sociais”. O problema deste estudo consistiu em entender o descaso das autoridades, e em especial dos gestores públicos em relação aos documentos arquivísticos. Constatação percebida durante o período em que trabalhamos nessas instituições. É preocupante ver como os documentos são tratados nos estabelecimentos públicos, locais em que devem estar disponíveis aos cidadãos e para consulta de pesquisadores em geral para que a administração seja transparente. A problemática que perpassa esta tese por meio da temática proposta consistiu em procurar conhecer as instituições arquivísticas, especificamente o Arquivo Público Vereador - José Ivan Lopes. Esse Arquivo consiste em um dos lugares de memória da cidade, pois guarda documentos produzidos e/ou recebidos pela Câmara Municipal de Montes Claros, local no qual o poder político se articula, elabora e aprova leis que devem ser cumpridas pelos moradores da cidade. Essa instituição arquivística constitui-se como um sítio histórico onde estão preservados e conservados testemunhos e evidências do passado do homem registrado em documentos, independente do suporte da informação ou da sua natureza e, por isso, deve ser protegido por lei, garantindo à posteridade o seu acesso. Esse Arquivo não é apenas um guardião de documentos antigos e velhos, mas de uma documentação que pulsa vida e que remete ao passado sem desvincular-se do presente e do futuro. São várias as inquietações que nos fazem analisar esse objeto de pesquisa e que estão relacionados, sobretudo às disputas de poder, assim como as memórias, histórias, esquecimentos e as escritas historiográficas acerca de Montes Claros, tendo como fonte esse acervo documental que, por meio da sua crítica, (des)(re)constrói outras narrativas históricas. Dessa forma, a memória é processo e construção social e não informações arqueologizadas e sacralizadas.

Verificamos que os arquivos públicos de Montes Claros têm sob custódia documentos significativos, que possibilitam (re)leituras diversas e variadas, dependentes do crivo do pesquisador. Estas instituições contam com documentos de valor comprobatório, jurídico e informativo, revelando significantes momentos da história local e regional. A leitura

investigativa dessas fontes históricas, conforme Marc Bloch, permite que se extraiam elementos sobre acontecimentos relevantes de acordo com a seleção do pesquisador, pois,

(...) a partir do momento em que não nos resignamos mais a registrar (pura e simplesmente as palavras de nossas testemunhas, a partir do momento em que tencionamos fazê-las falar (mesmo a contragosto), mais do que nunca impõe-se um questionário. Esta é, com efeito, a primeira necessidade de qualquer pesquisa histórica bem conduzida (BLOCH, 2001, p. 78).

Nesse sentido, esta pesquisa objetivou investigar, a partir dos nossos incômodos e conflitos em relação à questão, os arquivos públicos municipais por meio do Arquivo Público Vereador - José Ivan Lopes, como constituídos pelo poder público com a finalidade de preservar determinada(s) memória(s). A procura por compreender os critérios adotados pelas referidas instituições na avaliação e seleção do que deve ser resguardado sobre a história da cidade e perceber o papel do arquivo, não apenas como guardião de papéis antigos e velhos, mas também como produtor de memória(as) através da detenção de documentos oficiais que, historicamente podem constatar dominação, resistência, cooptação e consenso, se faz através das escolhas do historiador no momento em que elege as suas fontes trabalhando-as não como relíquias, mas práticas sociais.

A hipótese central deste trabalho constituiu-se no fato de que os arquivos públicos são lugares onde se elaboram e preservam memórias coletivas e contêm documentos relativos aos seus direitos e deveres como cidadãos. Todavia, os cidadãos não conhecem as instituições arquivísticas públicas como proteção desses direitos e reconstituição de suas histórias e/ou memórias. Assim, verificamos a necessidade de resgatar esse valor imbuído nos arquivos desde os primórdios dos tempos, verificando a sua importância enquanto espaço cultural, político e social, ou seja, um dos lugares de memória(s), que permitem pensar, não somente “uma” história, mas várias, cujo sujeito social é o homem, independente da sua classe social. É o homem de olhar político⁵, ocupado com o governo da cidade por meio do viver cotidiano, desde o capinar do roçado ou o lavar do chão – atividades, no senso comum, consideradas simples - até o presidir uma nação.

O recorte temporal delimitado nesta pesquisa não se deu de forma aleatória e consistiu na datação de 1980 a 2012. Na década de 1980, especialmente em 1988 com a promulgação da nova constituição⁶ que alerta sobre a questão relativa ao patrimônio cultural, é que se

⁵ Ver em: SARLO, Beatriz. Um olhar político. In: *Passagens imaginárias*. São Paulo: EDUSP, 1997. p. 55 – 63.

⁶ Em 1988, a Constituição através do artigo 216, define patrimônio cultural e estabelece a obrigatoriedade da sua proteção e preservação: “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial,

verificou investimentos nessa área, consequentemente também em arquivos, no Brasil e seus estados. Montes Claros, recorte espacial deste estudo, não ficou alheio a esse movimento e tomou iniciativas nesse sentido. Portanto, o limite temporal delimitado nesta pesquisa nos permite fazer um balanço e, assim, perceber a trajetória de preservação e conservação de documentos dessa localidade. Pensar esse período, 1980 a 2012, possibilita igualmente fazer uma avaliação acerca de investimentos ou ausência desses em patrimônio documental e, deste modo, vislumbrar perspectivas, mesmo diante dos desafios a serem enfrentados.

De acordo com Hobsbawm, escrever a história do seu próprio tempo, tendo consciência das construções sociais por vivenciá-las na sua materialidade, torna-se impossível, muitas vezes. Contudo, tentamos rabiscar algumas linhas a partir do método crítico, da observação e análise histórica⁷, pois a proposta dos problemas com foco nessa temática nos envolve inteiramente, fazendo parte da nossa experiência pessoal, profissional e acadêmica, transformando-nos em um “observador participante”. Nesse sentido, Hobsbawm afirma que,

Não é possível escrever a história do século XX como a de qualquer outra época, quando mais não fosse, porque ninguém pode **escrever sobre seu próprio tempo de vida** como pode (e deve) fazer em relação a uma época conhecida apenas de fora, em segunda ou terceira mão, por intermédio de fontes da época ou obras de historiadores posteriores. **Meu tempo de vida coincide com a maior parte da época de que trata este livro e durante a maior parte de meu tempo de vida** – do início da adolescência até hoje – **tenho tido consciência dos assuntos** públicos, ou seja, **acumulei opiniões e preconceitos sobre a época**, mais como contemporâneo que como estudioso (...) **recorri ao conhecimento, às memórias e às opiniões acumuladas por uma pessoa que viveu** o Breve Século XX na posição de “**observador participante**”. (...) se o historiador tem condições de entender alguma coisa deste século é em grande parte porque viu e ouviu (Grifos nossos) (HOBSBAWN, 1995, p. 7-8).

O presente estudo se insere na perspectiva da história social⁸, uma vez que pretende entender o modo de viver de um povo a partir das suas histórias construídas no cotidiano,

tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência e identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, **documentos**, edificações e demais espaços destinados à manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (...) **o Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro**, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação e de outras formas de acautelamento e preservação” (Grifos nossos) (BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1988. p. 124.

⁷ Ver em: BLOCH, Marc. *Apologia da história ou ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 69 - 153.

⁸ Ver em: HOBSBAWM, E. Da história social à história da sociedade. In: *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 83 - 105.

tendo, neste estudo específico, como referência, decisões políticas e sociais tomadas na gerência da documentação produzida e/ou recebida pela Câmara Municipal de Montes Claros, órgão público. Entender esse patrimônio documental enquanto prática social é importante, pois revela o direito à cidadania e à memória (DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DE SÃO PAULO, 1992). Dessa forma, de acordo com Hobsbawm,

A história social nunca pode ser mais uma especialização, como a história econômica ou outras histórias hifenizadas, porque seu tema não pode ser isolado. É possível definir certas atividades humanas como econômicas, pelo menos para fins analíticos, e depois estudá-las historicamente. Embora isso possa ser (exceto para certos propósitos definíveis) artificial ou irreal, não é impraticável. Quase do mesmo modo, embora em um nível teórico mais baixo, a velha modalidade de história das ideias, que isolava as ideias escritas de seu contexto humano e acompanhava sua adoção de um escritor para outro, também é possível, desde que se queira fazer esse tipo de coisa. Mas os aspectos sociais ou societários da essência do homem não podem ser separados dos outros aspectos de seu ser, exceto à custa da tautologia ou da extrema banalização. Não podem ser separados, mais que por um momento, dos modos pelos quais os homens obtêm seu sustento e seu ambiente material. Nem por um só momento podem ser separados de suas ideias, já que suas mútuas relações são expressas e formuladas em linguagem que implica conceitos no momento mesmo em que abrem a boca. E assim por diante. O historiador das ideias pode (por sua conta e risco) não dar a mínima para a economia, e o historiador econômico não dar a mínima para Shakespeare, mas o historiador social que negligencia um dos dois não irá muito longe. Inversamente, conquanto seja extremamente improvável que uma monografia sobre poesia provençal seja história econômica, ou uma monografia sobre inflação do século XVI seja história das ideias, ambas poderiam ser tratadas de modo a torná-las história social (HOBSBAWM, 1998, p. 87-88).

Sendo assim, algumas indagações e inquietações se apresentaram em relação ao nosso objeto de estudo, dentre elas: O que representam esses arquivos para a instituição e para a sociedade? Eles constituem patrimônio cultural da cidade? São reconhecidos como bem cultural? Por quem? Por quê? Para quê? Como esses documentos nasceram? Qual o seu papel? Quais os critérios de avaliação e seleção para organização e preservação dos documentos desses arquivos? Há política pública de patrimônio documental na cidade? Qual a relação/vínculo dos arquivos de Montes Claros com os de âmbito internacional, nacional e estadual? Há o respeito às legislações internacionais e nacionais? Existem legislações no âmbito local acerca dos arquivos? Os documentos produzidos e custodiados por esses arquivos implicam em práticas sociais? Quais? Qual a influência das decisões tomadas nessas instituições e descritas nesses documentos sob guarda desses arquivos na vida dos moradores de Montes Claros? O que esses arquivos guardam? Como são utilizados os documentos desses arquivos públicos da cidade? Para quê, por que, por quem e como se produz história e historiografia a partir dos documentos que estão sob custódia desses arquivos?

No intuito de responder esses incômodos e conflitos e, assim, descobrir a relação entre história, historiografia, memória, lugar de memória, poder, instituições arquivísticas e documento público nosso envolvimento com as fontes se deu de forma tensa no sentido de selecionar os inúmeros e diversos documentos que se apresentavam. As evidências para reflexão do objeto de estudo se mostravam, muitas vezes, de maneira obscura, não nos permitindo definir claramente nossos problemas. O tempo se encarregou de revelar pistas que nos orientassem em relação às nossas opções teóricas, metodológicas, bem como no enfrentamento dos problemas postos através das fontes que se disponibilizavam para consulta. O tema nos parecia enfadonho, cansativo e sem nexos com a proposta da Linha de Pesquisa “Trabalho e Movimentos Sociais”. Tínhamos um desafio a ser enfrentado, contudo, não havia, ainda, como discernir e tomar consciência do direcionamento dos nossos conflitos para lidar com a redação da tese. Caixas de documentos se expunham nas mesas de consulta do Arquivo Público Vereador – Ivan José Lopes e da DPDOR, exibindo um acervo vasto a partir do qual poderíamos desenvolver uma diversidade de estudos. Os depoimentos colhidos através das entrevistas com os moradores de Montes Claros nos deixavam atônitos, pois estes sequer sabiam o que era um arquivo e qual sua utilidade. Dúvidas acerca da relevância da pesquisa germinavam incessantemente nos provocando teórico e metodologicamente. Impasses na busca da construção da tese se formavam cada vez mais com a exibição escancarada de fontes, em demasia, vale ressaltar. O ânimo ressurgiu quando, diante das várias fontes, nossas indagações se iluminaram a partir das perguntas certas frente ao nosso problema de pesquisa que se construiu na maturidade da leitura e releitura de documentos e bibliografia, trocas diversas com colegas, professores e orientador. E, junto às próprias fontes, na tentativa de buscar respostas para o porquê de tamanho descaso com o patrimônio cultural e, em especial documental, vimos que “(...) se o historiador tem condições de entender alguma coisa deste século é em grande parte porque viu e ouviu” (HOBBSAWN, 1995, p. 7-8), retomando a citação de Hobsbawn.

Nessa perspectiva, utilizamos como fontes legislações sancionadas pelos Governos Brasileiros no âmbito federal, estadual e municipal, pertinentes à área da arquivística, visando detectar ações de políticas culturais que preservem o patrimônio cultural e/ou o documento-monumento, especificamente os documentos e, nas suas entrelinhas, verificar como permitiam a manipulação dos arquivos por uma elite dominante⁹, sobretudo durante as décadas de 1980 a

⁹ Essa elite dominante constitui as famílias tradicionais e pioneiras em habitar o Povoado que ganhou dimensão de cidade posteriormente, um grupo que detinha o poder econômico e, assim, conquistou o poder político, social e intelectual em Montes Claros. Em relação à guarda de documentos na cidade, verificamos, apesar de, nas

1990, no sentido de decidir o que preservar ou não como memória da cidade. Isso possibilitou examinar que houve um investimento a partir da década de 1980 em patrimônio cultural, assim como na criação dos arquivos. Dessa forma, as legislações nos ajudaram a compreender essa questão, ou seja, como o poder público visualiza a partir desse momento o patrimônio cultural. As legislações nos revelaram as políticas públicas locais sobre o patrimônio documental. Assim sendo, os questionamentos a essas fontes foram: Existem legislações locais? Quais? Remetem a quê? A população as conhece? Há divulgação? Como? As leis têm respaldo da população? Como podemos verificar isso? As leis são cumpridas? Exemplo. Por quê? Qual a participação da população na elaboração dessas leis? Quais os significados dessas leis para o governo e para a população?

Foram usadas também as fontes orais. Ao entrevistarmos os profissionais que trabalham no Arquivo Público Vereador - José Ivan Lopes - Iara Maria da Silva, Werley Pereira de Oliveira e Maria Dalva Souto e Oliveira - exploramos os depoimentos com o objetivo de conhecer melhor o referido Arquivo, seus trabalhadores, o seu movimento histórico e a dinâmica no seio do Poder Legislativo, assim como as políticas públicas voltadas para essa questão. Durante as entrevistas verificamos certa ansiedade e angústia dos trabalhadores lotados no Arquivo, pois, apesar de conhecerem os caminhos que devem ser trilhados para que esse órgão funcione bem, as autoridades competentes não se interessam em investir nesse sentido. Esses trabalhadores discernem as posturas dos administradores da Câmara Municipal, no caso os presidentes que assumem o cargo por dois anos, geralmente como ausência de compromisso com as demandas do Arquivo. No entanto, a cada mudança de mandato de presidentes fica sempre a expectativa que o próximo fará diferente, ou seja, estará atento para as questões solicitadas pelo órgão de documentação. Dessa forma, de dois em dois anos, esses trabalhadores vão ao presidente da Câmara Municipal visando mostrar as

entrevistas, no momento de mencionar nomes de pessoas que possuem em seu domicílio documentos públicos, o depoente solicita não gravar, observamos que esse é um fato recorrente. Aliás, esse é um episódio genérico no âmbito nacional. O fato dos documentos da Prefeitura Municipal de Montes Claros se encontrarem tão dispersos e com lacunas pode vir a comprovar essa hipótese. Constatamos também durante pesquisa no mestrado que muitos políticos ou administradores públicos acabaram levando para sua casa documentos públicos, porque não sabiam o que fazer com eles e, dessa forma, preservava-os. Ver em: CORDEIRO, Filomena Luciene. *A cidade sem passado: políticas públicas e bens culturais de Montes Claros – Um estudo de caso*. Montes Claros, MG: Unimontes, 2006; OLIVEIRA, Wanderson Carvalho de. *Os arquivos públicos dos poderes executivo e legislativo de Montes Claros/MG: uma análise histórica-administrativa*. 2010. 82 f. Monografia (Graduação em História) – Centro de ciências Humanas, Universidade Estadual de Montes Claros; AQUINO, Juliano Gonçalves de. *Patrimônio documental e a memória da cidade: considerações acerca da gestão da memória em Montes Claros - MG*. 2010. 65 f. Monografia (Especialização em História, sociedade e Cultura no Brasil) – Centro de ciências Humanas, Universidade Estadual de Montes Claros.

necessidades de se investir no Arquivo Público Vereador - José Ivan Lopes. Existem correspondências enviadas pelos trabalhadores do Arquivo para alguns presidentes da Câmara, que mostram essa realidade e apontam os caminhos para que o órgão possa funcionar com eficiência e eficácia, mas o retorno da administração deixa a desejar. Muitas decepções desses trabalhadores foram examinadas no transcorrer dos seus depoimentos e, ao mesmo tempo, diversas expectativas com as novas eleições, tanto para vereadores como presidentes da referida Câmara. Assim, de dois em dois anos, os trabalhadores do Arquivo agendam reunião com o novo presidente da Câmara Municipal na esperança de obter retorno positivo, no entanto, Werley Pereira de Oliveira em depoimento no dia 22 de junho de 2012, revelou que,

Cori foi o único presidente da Câmara que nos atendeu, mesmo assim depois de muito embate. Tivemos que falar... falar... e falar, até que ele viu que era importante olhar pro Arquivo. Como deixar a gente num lugar como aquele? Um porão? Depois, os outros [presidentes], vamos sempre lá com nossas sugestões e pedidos, mas é assim... nem ligam. Estamos retrocedendo depois de 2008. E isso é uma pena, pois queremos fazer as coisas e não temos apoio (PEREIRA, Werley Pereira de, 22 jun. 2012).

Os trabalhadores do Arquivo, de acordo com os depoimentos, insistem em fazer um bom trabalho, porém, encontram barreiras na administração geral que tem sempre a palavra final. Essa relação conflituosa e tensa desperta sentimentos, por exemplo, de desânimo, gerando consequentemente desestímulo em relação ao trabalho que executam, uma vez que, os acordos, projetos e planos políticos não incluem o Arquivo. Diante dessa situação, os trabalhadores do Arquivo realizam as atividades rotineiras, sendo que poderiam contribuir com muito mais. Iara Maria da Silva nos diz que,

A gente podia tá trabalhando no que foi pensado na gestão de documentos, selecionando os documentos que devem estar aqui e eliminando outros, de acordo com a tabela de temporalidade, mas como fazer isso? Nós damos conta de fazer apenas o trabalho da rotina, tinha que ter uma assessoria... mais gente no Arquivo (...) (SILVA, Iara Maria da, 22 jun. 2012).

Nos dias 11 de junho e 3 de setembro de 2012 realizamos entrevista na Praça Dr. Chaves/Praça da Matriz com moradores de Montes Claros com o objetivo de verificar o que os entrevistados sabiam sobre arquivo e, em especial, sobre o Arquivo Público Vereador - José Ivan Lopes. Abrangendo um variado campo profissional, foram entrevistados professores, carpinteiros, “donas do lar”, balconistas, empregadas domésticas, bem como desempregados e aposentados. Vale ressaltar que a Praça Dr. Chaves/Praça da Matriz foi

escolhida por se tratar do centro literal e histórico de Montes Claros. Ao redor dessa praça concentra-se a maioria dos bens tombados, o que a transformou no “Centro histórico” ou “Cidade Velha”. Também é um local de intenso trânsito de pessoas a caminho do trabalho ou em direção ao centro comercial que tem como ápice a Praça Dr. Carlos, abriga ainda casais de namorados e idosos.

No início percebemos que alguns entrevistados se mostraram arredios, talvez preocupados, principalmente com o período de eleições municipais¹⁰ ou porque estavam apressados em resolver seus compromissos particulares. Inicialmente a abordagem foi bastante difícil, pois tivemos que explicar aos transeuntes várias vezes, e em detalhes, qual era nosso objetivo. Algumas pessoas não tiveram interesse em participar, outras acharam o tema muito complicado e complexo e, por não conhecerem o assunto, preferiram não opinar. Outro aspecto observado é que alguns dos entrevistados ficaram receosos em fornecer dados como, por exemplo, o seus nomes. Entretanto, no decorrer do processo, a entrevista fluiu de forma natural, tornando-se uma conversa amigável e bastante esclarecedora, tanto que iniciamos com um indivíduo e no transcorrer da pesquisa já havíamos conseguido juntar um pequeno grupo, tornando-se quase um bate-papo. Entre os entrevistados podemos citar: Marcos Soares Oliveira, Josefa Augusta Garcia, Maria Magda da Silva, Anete Carvalho, Márcia Alves Veloso, Pedro Antônio Reis, Luciana Aquino Santos, Wilson Costa Freitas, João Augusto Pereira, Marina Soares Cruz, Clarice Santos Correia, João Pereira Luz e Marlene Pereira.

Um outro grupo de entrevistados se formou, desta vez com moradores do bairro Santos Reis, composto por: Neusa Soares Andrade, Almerindo Cordeiro, Flávio Souza Cordeiro, Maria Antônia Aragão Fagundes, José Ribeiro Lopes, Alberta Neves Ruas, Padre Reginaldo Cordeiro de Lima. Os depoimentos desses moradores foram realizados em locais mais tranquilos e agendados previamente, eles relataram experiências sociais acerca das suas vivências e de patrimônio cultural nesse lugar periférico de Montes Claros. Ao entrevistar pessoas tanto no centro da cidade quanto nos bairros periféricos almejamos não só pensar o centro de Montes Claros, mas também a periferia, onde outros olhares para o que é patrimônio cultural pode ser encontrado.

Escutar os moradores desse bairro possibilitou atentar para além dos bens culturais calcados no cimento, pedra e cal¹¹ ou nos nomes de pessoas e famílias “importantes”, que são

¹⁰ Em 2012 houve eleições para prefeito, vice prefeito e vereadores.

¹¹ Ver em: FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.) *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

consideradas como “construtores de Montes Claros e da sua história” pela historiografia oficial e imprensa local. Vimos gente comum falando da vida e de como é viver naquele bairro desde o seu início, sem água, luz, asfalto e tendo que lutar diariamente pela sobrevivência.

Os entrevistados do Santos Reis foram selecionados por serem moradores antigos da Praça da Igreja ou de seus arredores, local onde nasceu o bairro, por terem vivenciado as transformações ocorridas no bairro e também por conhecerem a maioria das pessoas que lá habitam.

Contrapor o “centro histórico” de Montes Claros com o bairro Santos Reis foi intencional no sentido de revelar outras possibilidades de lugar(es) de memória(s). Selecionar esse bairro também se constituiu em uma escolha pessoal. Residimos nesse bairro desde os dois anos de idade e sempre percebemos por parte de moradores de outras localidades, o preconceito. Dessa forma, vale ressaltar que o Santos Reis é nossa referência de sentimento de pertença, ao contrário do centro da cidade. Quando pensamos Igreja, nossa alusão é a Igreja dos Santos Reis e não a Igreja de Nossa Senhora e São José/Matriz ou de Nossa Senhora Aparecida/Catedral, que se localizam na área central de Montes Claros. Tentar explicar que esse bairro é um local de trabalhadores – o bairro Santos Reis é um bairro operário, fazendo fronteira com o Distrito Industrial, que fica nas suas adjacências, formando o “Grande Santos Reis” - é complicado por causa da imagem que foi sendo construída ao longo do tempo. Também, desde 2011, estamos pesquisando os viveres dos seus moradores com a finalidade de produzir um livro sobre a Paróquia dos Santos Reis que completou em 2012, oitenta anos de existência. Esse estudo nos propiciou conhecer melhor o referido bairro e trazê-lo para nosso debate.

Com o objetivo de entender as relações entre gestores culturais, políticas públicas e militantes da causa “preservação do patrimônio cultural”, entrevistamos Marta Verônica Vasconcelos Leite, cuja atuação no Conselho de Patrimônio Histórico de Montes Claros - COMPHAC na época da descaracterização da Igreja Matriz foi relevante. Marta Verônica Vasconcelos Leite é professora na Unimontes de disciplinas voltadas para o debate de patrimônio cultural, é membro da Academia Feminina de Letras de Montes Claros e do Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros.

Outro entrevistado foi Djalma Alves Maia, morador de Santa Rosa de Lima, Distrito de Montes Claros, nos ajudou a pensar os políticos e a Câmara Municipal de Montes Claros por meio do olhar de quem atua nesse ambiente, nos esclarecendo, por exemplo, termos

políticos como filiação partidária e voto de legenda a partir de estratégias e articulações políticas. Ao escolher esse depoente levamos em consideração a sua experiência como cabo eleitoral¹² de Sebastião Ildeu Maia, vereador eleito em seis mandatos consecutivos que, em 2005, inaugurou o “Acervo da Memória Pública de Montes Claros”, mediante convênio celebrado entre a Câmara Municipal, Unimontes e Fundação de Amparo à Pesquisa do Minas Gerais - FAPEMIG, através do programa “Uso da Tecnologia Digital no Resgate da Identidade Histórico-Cultural de Minas Gerais”. Sebastião Ildeu Maia também constituiu parte do grupo de entrevistas realizadas para este estudo, objetivando compreender o papel do político em relação a preservação de bens culturais.

Entrevistamos também memorialistas, dentre eles, Petrônio Braz, Dario Cotrim, Glorinha Mameluque via *e-mail*, visando pensar a utilização e importância dos documentos da Câmara Municipal de Montes Claros para a escrita da história e a historiografia da cidade. Averiguamos, por exemplo, que Dario Cotrim não recorreu ao acervo do Arquivo Público Vereador - Ivan José Lopes, para publicar o seu livro “As posturas da Câmara Municipal de Montes Claros de Formigas – 1858”, cuja pesquisa, supostamente, seria necessária. Confessamos que essa foi uma descoberta lamentável, porque esses escritores publicam muitos trabalhos sobre a cidade, contendo informações de âmbito político. Conversamos também com Wanderlino Arruda, cronista montes-clarense, que nos ajudou a rever posicionamentos acerca do ser memorialista e cronista.

E por fim, conversamos com pessoas vinculadas ao âmbito universitário, dentre eles, Maria de Fátima Gomes Lima do Nascimento, Laurindo Mékie Pereira, Roberto Ramos Mendes Pereira, Donizette Lima do Nascimento, Juliano Gonçalves Aquino, Marcelo Valmor Ferreira e Edir de Freitas Cardoso Júnior. Esses são professores e estudantes do curso de História que pesquisaram e produziram estudos a partir dos documentos do Arquivo Público Vereador - Ivan Jose Lopes. Nessas entrevistas analisamos a nova historiografia emergente sobre Montes Claros, que não são as memorialistas.

Ao entrevistar essas pessoas objetivamos obter outras informações sobre patrimônio cultural, especificamente patrimônio arquivístico, visando compreender as relações sociais entre os moradores da cidade e esses bens. Para tanto, Alessandro Portelli constituiu nossa referência em como lidar nesse processo de entrevistas. Portelli afirma que,

O fato de um relato ser um confronto com o tempo está implícito na tentativa de gravar um tempo especial em que ele pode ser colocado - um tempo *fora* do tempo,

¹² Ver em: Lei 4.737/65 (Código Eleitoral) e Lei nº 9.504/97 (Estabelece normas para as eleições).

um tempo *sem* tempo. É o tempo do mito e o tempo de certas recordações pessoais: a fórmula ‘nos-tempos-da-escravidão’ usada na tradição negra para apresentar tanto relatos populares e pessoais quanto narrativas de família; ou a fórmula ‘antes-da-guerra’ ou ‘pré-fascismo’ que retira os eventos da cronologia habitual em muitas histórias de vida e recordações pessoais, e até ajuda a tornar uma figura histórica como Antônio Gramsci um personagem semi-mitológico (PORTELLI, 2000, p. 297-298).

Célia Rocha Calvo diz que, neste “(...) horizonte, fundar uma concepção sobre esse tempo presente implica em firmar que a história é terreno comum a muitos e diferentes sujeitos e que esta diversidade apresenta-se como dimensão necessária para a compreensão crítica da realidade social (...)” (CALVO, 2010, p. 13). Assim, pensar as vivências por meio da memória de quem experimenta, por exemplo, o bairro Santos Reis, o Centro de Montes Claros, o trabalho no Arquivo ou a escrita da história através das entrevistas constituiu:

(...) compreendermos que quando realizamos entrevistas com trabalhadores estamos refletindo esta cultura em suas propriedades históricas, isto é, como dimensão constitutiva de suas falas, quando expressam as suas autorias nos enredos que constroem juntamente com o pesquisador. Assim para o entrevistado, a disposição em falar, em aceitar dialogar pode significar mais do que um ato de comunicar ou de informar o que já está ‘dado’ como matéria, ou como vida material, como um ‘fato’. Para os entrevistados, aceitar conversar sobre um tema referente à vida social, fazendo, portanto, dos seus referentes culturais, isto é ‘da sua vida, memória e história’, o elemento articulador do enredo, significa querer dialogar socialmente sobre os elementos que constituem em suas culturas - os modos como vivem/pensam e articulam em suas consciências - os significados compostos por suas memórias e como evidenciam por meio deles os sentimentos, regras, normas morais e afetivas, no presente-passado, nos viveres que constituem os territórios destas experiências sociais (CALVO, 2010, p. 17).

O uso das fontes orais é defendida também por Prins, pois essas possibilitam aos historiadores “(...) mergulhar nos detalhes da história, em sua humanidade, evitando que se perca a memória das pessoas – verdadeiros agentes do processo histórico” (1992, p. 198).

Delgado ressalta que a importância do

(...) recurso a memorialística é uma das fontes possíveis para a elaboração da ciência histórica. Sua utilização para se reconstruir uma época, ou até os sentimentos predominantes em um determinado período pode ou não ser exclusiva. Basta que para isso se delimite bem o objetivo e a amplitude a serem alcançados pelo ato de pesquisar o que o historiador se propõe (DELGADO, 1987, p. 142).

Yara Aun Khoury numa palestra proferida no Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia - UFU em 7 de dezembro de 2010, ponderou que a história oral para o historiador é a possibilidade de ele abrir suas discussões e debates, pois, essa metodologia permitiu questionar a história oficial e incorporar novos sujeitos na história com seus modos

peculiares de se inscreverem na sociedade. Trabalhar com história oral é significativo na apreensão de como esses sujeitos – gente comum – interpretam o viver. Para ela, o diálogo também é expressão da narrativa das pessoas que estão impregnadas de cultura, já que ocupam lugares de luta, de hierarquia e de disputas. A história oral nos faz amadurecer, já que, ao trabalhar as narrativas dos entrevistados, é possível pensar quem são os sujeitos que estamos discutindo, relacionando o tempo, a história e a memória, assim como entendendo a dimensão social desse mesmo sujeito.

O uso da memória é o instrumento para localizar as pessoas nos acontecimentos e lugares, pois há verdades que estão nas lembranças das pessoas que vivenciaram o fato e a época. É a memória oral que possibilita “(...) expor os silêncios e as deficiências da documentação escrita que serve de medida de autenticidade (...)”, criando a “(...) consciência histórica através do resgate da memória dos indivíduos” (THOMPSON, 1998, p. 87). Janaína Amado ressalta que, “(...) parece-me necessário, antes de tudo, distinguir entre o vivido e o recordado, entre experiência e memória, entre o que se passou e o que se recorda daquilo que se passou” (1985, p. 131). Maria Isaura Pereira de Queiroz (1983) nos auxiliou no uso da técnica de como utilizar o gravador e fazer perguntas durante as entrevistas, as recomendações de Lucília de Almeida Neves Delgado (1983) também foram levadas em consideração durante a execução deste trabalho. Enfim, a metodologia de história oral possibilitou que, um tema como a relação entre história, arquivo e lugar de memória seja (des)(re)construído e (re)analisado nas suas nuances e que também seja (re)interpretada a sociedade na qual essas relações se estabelecem e se inserem.

A análise dos jornais¹³ nos ajudou a pensar o patrimônio cultural de Montes Claros. A partir de 1970, os jornais começaram a ser utilizados como fontes de forma diferenciada, demonstrando suas possibilidades de estudo. Dessa forma, a Hemeroteca da DPDOR da Unimontes foi outra fonte de suma relevância, contribuindo no entendimento da concepção de patrimônio cultural de Montes Claros. O acesso a essas fontes propiciou conhecer a metodologia para se trabalhar com a imprensa, agregando valor a nossa pesquisa.

¹³ Ver em: LUSTOSA, Isabel. *O nascimento da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004; SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999; BARBOSA, Marta Emisia Jacinto. Sobre história: imprensa e memória. In: *Outras histórias: memórias e linguagens*. MACIEL, Laura Antunes et al. (Orgs.) São Paulo: Olho d'Água, 2006. p. 262 – 272; CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. In: *Projeto História*. São Paulo, n. 35, p. 253 – 270, dez. 2007; CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. *O Bravo Matutino, imprensa e ideologia: o Jornal do Estado de São Paulo*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980; MACIEL, Laura Antunes. Produzindo notícias e histórias: algumas questões em torno da relação telégrafo imprensa – 1880/1920. In: *Muitas histórias, outras memórias*. FENELON, Déa Ribeiro et al. (Orgs.) São paulo: Olho d'Água, 2000. p. 14 – 40.

Trabalhar com os livros de memorialista e cronistas locais, sobretudo com as obras de Milene Maurício, Urbino de Souza Viana, Nelson Viana, Hermes de Paula e outros, proporcionou conhecer um pouco mais Montes Claros. Os relatos desses autores sobre a história da cidade, organizada de forma lógica e cronológica, colocaram uma versão historiográfica, que permitiu saber mais sobre alguns acontecimentos e pessoas no âmbito local. Detectamos que essa foi uma visão creditada por muito tempo sobre a memória de Montes Claros, tornando-se a história oficial ou a “história verdadeira” e, ao lermos outros estudos, especialmente os acadêmicos, observamos outras histórias sendo versadas da e sobre a cidade.

Os *sites* consultados forneceram informações significativas para o estudo e lidar com essa tecnologia¹⁴ como fonte é bastante instigante, pois possibilita acesso ágil e rápido. Basta o digitar de uma palavra para obtermos dados como o *site* da Câmara Municipal de Montes Claros que nos informa sobre as atividades realizadas pela Instituição. Algumas fotografias de Montes Claros foram pesquisadas nos referidos *sites*, uma vez que a DPDOR da Unimontes, detentora de um riquíssimo acervo fotográfico, em virtude de reformas físico estruturais estava impossibilitada de disponibilizar ao público a sua documentação. Os *sites* pesquisados são oficiais como os da Câmara e Prefeitura Municipal e o MontesClaros.com, sítio da Rádio 98 FM¹⁵.

¹⁴ Ver em: BOSCHI, Caio. O historiador e os arquivos históricos: um depoimento pessoal. In: *História & Perspectivas*. Uberlândia: Edufu, 1999. p. 149-157; RAMINELLI, Ronald. História e multimídia. In: *História & Perspectivas*. Uberlândia: Edufu, 1999. P. 159-162.

¹⁵ Ver em: RADIO 98 FM. Disponível em: <<http://montesclaros.com/98/>>. Acesso em: 1 nov. 2012. “A Rádio Montes Claros 98,9 FM - ZYC 724 - foi a primeira a instalar-se no Norte de Minas, em maio de 1981. Seu sinal pioneiro foi ao ar no segundo domingo de maio - dia das mães - de 1981. A 98 FM está localizada na cidade de Montes Claros, conhecida como capital do Norte de Minas, concentração industrial, comercial, agropecuária e universitária de 342.586 habitantes, segundo dados oficiais do IBGE do censo de julho de 2005. É o segundo entroncamento rodoviário do Brasil, localizado a 400 km ao norte de Belo Horizonte, Minas Gerais, e a 700 km de Salvador, Bahia. Os 10.000 watts de potência dos transmissores da 98 FM (dobrados no ar pelas antenas Andrews) podem ser alcançados num raio de 150 km, mas há freqüentes registros de ouvintes sintonizados nos municípios do sul da Bahia e na região leste de Minas. A 98 FM é também a primeira emissora de rádio do Norte de Minas a permanecer 24 horas no ar (desde 1983). Desvinculada de grupos políticos e econômicos de qualquer natureza, a 98 FM conduz sua programação e seus noticiários por critérios exclusivamente profissionais. É dirigida, desde a sua fundação, pelo jornalista Paulo Narciso, duas vezes Prêmio Esso de Jornalismo na imprensa mineira e vice-presidente da Associação Mineira de Rádio e TV - Amirt. A programação da 98 FM, voltada para o público jovem nos anos inaugurais, é interativa, especialmente após o surgimento da comunicação via Internet, que mantém os programadores permanentemente sintonizados com o gosto da população. Graças à potência irradiada de 20 mil watts, o sinal da Rádio Montes Claros 98 FM é captado em municípios do Norte de Minas e Sul da Bahia, tais como: Bocaiúva, Juramento, Capitão Enéas, Janaúba, Coração de Jesus, Brasília de Minas, Porteirinha, São João da Ponte, Buenópolis, Francisco Sá, Mato Verde, Itacarambi, São Francisco, Joaquim Felício, Augusto de Lima, Francisco Dumont, Glaucilândia, Grão Mogol, Mirabela, Januária, Olhos D'água, Engenheiro Navarro, Engenheiro Dolabela, Pirapora, Claro dos Poções, Lagoa dos Patos, Patis, Botumirim e Ubai. Com a internet, sons (e imagem dos estúdios) podem ser captados em qualquer parte do mundo. A programação é essencialmente interativa, baseada no Hit Parade (sucessos atuais, MPB, sertanejo, axé, forró, pagode, funk, pop rock) com a participação permanente dos ouvintes. Com sede própria em área de 4 mil m², no

As fotografias são documentos que gravam determinados momentos, geralmente considerados significativos no cotidiano das pessoas. É possível, sobretudo na atualidade com tantos instrumentos e equipamentos modernos, fotografar em grande quantidade e com maior qualidade deixando para o futuro ocasiões inesquecíveis da vida. A máquina fotográfica hoje é um aparelho que faz parte dos bens familiares com o objetivo específico de registrar a própria vida. Nesse sentido, a fotografia pode ser utilizada pelos professores e pesquisadores em seu trabalho, pois permite que eles estudem o passado com seus alunos e tentem compreender a forma de vida das pessoas no passado. Da mesma forma, o pesquisador pode utilizar através de técnicas específicas esse vestígio do passado. Dentre esses profissionais, o historiador com técnicas e metodologias próprias da história usam esses documentos como fontes de seu estudo.

A discussão entre História e Fotografia tem ganhado força entre os historiadores e aqueles que trabalham a fotografia como documento, incluindo-se aí os que se dedicam à discussão e preservação de acervos fotográficos, sejam eles institucionais ou particulares. Boris Kossoy tem sido uma referência importante para os estudiosos da fotografia como documento histórico, destacando aspectos ideológicos que acompanham o registro fotográfico em vários períodos, trabalhando desigualdades sociais e a tentativa de desqualificar práticas rejeitadas por grupos responsáveis pela construção de projetos hegemônicos. Hoje, podemos indicar um número de estudos que usam a fotografia como documento básico e oferecem diversas possibilidades de leitura que permitem a contextualização da experiência de fotografar (BRITES, 2006, p. 194).

A fotografia não foi mera ilustração do texto neste estudo, ela compôs a discussão e o debate proposto pela pesquisa, contribuindo para dar visibilidade a outros sujeitos sociais da cidade de Montes Claros. A utilização, por exemplo, da coleção “Fotografias Facella” pertencentes ao acervo da DPDOR da Unimontes evidenciou as mudanças ocorridas em Montes Claros no decorrer do tempo, bem como os monumentos da cidade que revelam a questão do poder e modos de viver, sobretudo no âmbito local. Conforme Heloísa Pacheco Cardoso diz:

As suas presenças [monumentos] demonstram que o poder instituído almeja uma unicidade para o contexto nacional. As pessoas, no entanto, longe dos círculos do poder, refazem esta lógica e recolocam outras memórias, portadoras de outras

bairro Morrinho, centro geográfico da cidade de Montes Claros, possui dois sistemas irradiantes autônomos, o que lhe garante invejáveis índices de permanência no ar. A 98 FM é responsável pelo site montesclaros.com e mantém os seguintes telefones: (0 xx 38) 3229-9800 (Departamento Comercial), 3223-9898 (Pedidos de Músicas), 3223 9888 (Fax). Seus estúdios funcionam na Ladeira Cônego Quirino, 150, bairro Morrinho, CEP 39400-436, Caixa Postal 98, Montes Claros, MG, Brasil. É emissora afiliada à Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e TV (ABERT) e à Associação Mineira de Rádio e TV (Amirt).”

histórias, neste contexto, que imbricam com memória hegemônica e se refazem nas construções sobre o passado (CARDOSO, 2006, p. 193).

Sendo assim, as fotografias¹⁶ constituíram matéria prima para visualizarmos, principalmente as transformações ocorridas na cidade e mostrá-las ao leitor no decorrer do texto. Portanto, conforme aludido, elas não se compuseram apenas como ilustração, mas como fonte de análise e explicação a respeito das vivências de patrimônio cultural na e da cidade. Apesar de não ser uma cópia fiel da realidade, a fotografia apresenta um vestígio do passado disponível no presente que, analisado com cuidado e atenção, pode fazer grandes revelações. As fotografias que estão sob custódia da DPDOR e do Arquivo da Câmara Municipal, assim como as que se encontram nos *sites* e também as que nós fizemos foram analisadas no sentido de perceber quais os significados construídos nos e pelos espaços da cidade por meio das práticas sociais de seus moradores. E por serem fontes de grande importância, encontram-se compiladas nesses Arquivos Públicos ou nos *sites* que remetem à história e à memória local.

Enfim, as metodologias, técnicas e fontes utilizadas nesta pesquisa foram se manifestando a partir dos conflitos, incômodos, problemas e indagações que fazíamos em relação ao nosso objeto de estudo. Diante das nossas fontes, as inquietações iniciais cresciam nos fazendo perguntas, muitas vezes impensadas anteriormente ou quando do início desta, e nos dando respostas à medida que as investigávamos. As reflexões em torno dessas inquietudes, tão conflitantes na nossa experiência de vida profissional, acadêmica e pessoal -, pois também somos cidadãos com direito a cidadania e a memória – e também procurando retornos e respostas ao nosso problema, sobretudo em relação às políticas públicas de patrimônio documental, propiciaram a construção desta tese em três capítulos.

No primeiro capítulo, **“Arquivos públicos municipais de Montes Claros: transparência da administração pública e expressão cultural da cidade?”** procuramos mostrar as razões para a criação e o papel dos arquivos públicos, enfocando o Arquivo Público Vereador - José Ivan Lopes. Esse Arquivo tem sob sua custódia documentos das tramitações do Poder Legislativo, dessa forma, revelam os atos legislativos. Lembrando que o Poder Legislativo, especialmente os vereadores, são escolhidos pela população local através

¹⁶ Ver mais sobre o assunto em: BRITES, Olga. Retratos de infância. Infância, história e fotografia: São Paulo nos anos de 1930. In: *Outras histórias: memórias e linguagens*. MACIEL, Laura Antunes et al. (Orgs.) São Paulo: Olho d'Água, 2006. p. 262 – 272; CARDOSO, Heloísa Helena Pacheco. Memórias e imagens: (re) pensando os significados do memorial JK. In: *Outras histórias: memórias e linguagens*. MACIEL, Laura Antunes et al. (Orgs.) São Paulo: Olho d'Água, 2006. p. 177 – 193; MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história interfaces. In: *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 1996, p. 73-98.

do voto e que eles devem estar a serviço dos moradores da cidade. As inquietudes do estudo engendradas neste capítulo consistiram em verificar a situação e o tratamento dado ao órgão guardião dos documentos que comprovam seus atos. Sendo assim, o Arquivo Público Municipal Vereador - José Ivan Lopes está a serviço da administração, dos cidadãos, da pesquisa e da cultura? Ele constitui direito a cidadania e a memória?

No segundo capítulo intitulado “**Entre monumentos e documentos: Disputas pelos lugares de memórias em Montes Claros**” nos propusemos a pensar o patrimônio cultural da cidade averiguando quais são, quem, porque, como e a partir de quando os lugares foram constituídos de memória. Refletimos o patrimônio cultural no geral com o objetivo de constatar a existência do patrimônio documental, muitas vezes nem cogitado como tal por gestores culturais e no âmbito comum. Verificamos que, na maioria das vezes, ao falarmos de patrimônio cultural, a resposta pronta sempre remete às construções e edificações como igrejas e casarões. A ideia foi entender, por meio de inúmeras e diversificadas fontes, o que é considerado como patrimônio cultural de Montes Claros e a repercussão dessa concepção no projeto de cidade. Para tanto, analisamos o livro denominado “O patrimônio cultural de Montes Claros” de Milene Maurício, uma das gestoras culturais¹⁷ de Montes Claros por muito tempo; as publicações de artigos das revistas do Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros - IHGMC, composto na sua maioria de textos de memorialistas, cronistas e gestores culturais; e a Hemeroteca da DPDOR constituída de recortes diversos de jornais abordando a

¹⁷ Resumo da dissertação de Maria Helena Melo da Cunha que trata sobre esse assunto: “A pesquisa *Gestão Cultural: profissão em formação* tem como objetivo analisar as questões relativas à constituição do campo da gestão cultural em Belo Horizonte desde a década de 1980. Seu foco principal foi compreender os processos diferenciados de formação dos gestores culturais e sua relação na condução de suas trajetórias profissionais, levantando, finalmente, quais são os saberes necessários para que atuem no mercado de trabalho. Para compreender esse processo, identificamos alguns sujeitos que, a partir de uma demarcação temporal – décadas de 1980 e 1990 e início do século XXI –, contribuíram para a construção dessa profissão. Para tanto, foram realizadas nove entrevistas, relatos orais de vida profissional, com gestores culturais representantes das três gerações determinadas que atuaram profissionalmente nas áreas pública, privada e/ou no terceiro setor. Durante a pesquisa, constatamos que antecedentes (família, escola e comunidade) ocuparam papel preponderante no processo de sensibilização artística e cultural que, mais tarde, influenciou a escolha da gestão cultural como um caminho profissional. **Entre as gerações analisadas**, identificamos duas formas de entrada para esse campo profissional: **a primeira está representada pelos sujeitos que aprenderam e refletiram sobre esse ofício no exercício cotidiano do trabalho**. Na segunda, os sujeitos já se encontravam em um mercado de trabalho bem mais estruturado e complexo, o que os levou a buscar uma formação mais sistemática e específica. O reconhecimento social do gestor cultural no mundo do trabalho contemporâneo continua sendo uma busca cotidiana por parte desses profissionais. As trajetórias construídas por eles foram identificadas a partir da diversidade da formação deles. E foi no processo de constituição do campo em gestão cultural que se delineou a identidade profissional do gestor cultural, com a identificação do perfil, das habilidades e dos saberes de cada um como referenciais coletivos necessários para o desempenho profissional e a ampliação das suas possibilidades de atuação.” Ver mais em: CUNHA, Maria Helena Melo da. *Gestão cultural: profissão em formação*. 210 f. 2005. (Dissertação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte, 2005. p. 7. (grifos nossos para remeter a geração de Milena Maurício).

cultura local. Essas fontes, tendo como pano de fundo os relatos dos entrevistados que nos contaram suas vivências em relação a essa questão, nos proporcionaram enveredar pelo caminho da compreensão do sentimento de pertença e sentido histórico de um bem cultural. Ao pensar o patrimônio cultural de Montes Claros, a ideia foi também compreender os motivos de determinadas lembranças e/ou esquecimentos serem articulados nessas fontes (hemeroteca, revistas do IHGMC e livros de memorialistas), tornando a cidade propícia apenas a uma história e a uma memória dita “verdadeira” vinculada a uma elite econômica, política, social e intelectual. Os depoimentos dos moradores de Montes Claros consistiram em observar diferentes interpretações e narrativas voltadas para outros sujeitos sociais, como do bairro Santos Reis, tornando a história diversa em vez de única e mostrando que o “(...) historiador [nesse caso nós] tem responsabilidades e deve ‘prestar contas’” (BLOCH, 2001, p. 17).

No terceiro capítulo, **“O acervo do Arquivo Público Vereador - José Ivan Lopes e a produção historiográfica: os embates pela memória e o preço do esquecimento”**, a intenção foi averiguar as produções realizadas a partir do acervo sob custódia do Arquivo Público Vereador - José Ivan Lopes. Para tanto, procuramos pesquisar o perfil dos que visitam e consultam os documentos desse Arquivo e os resultados desses estudos como livros, monografias, dissertações, teses e trabalhos escolares. Esse capítulo nos proporcionou refletir sobre a escrita da história de Montes Claros a partir dos documentos do Arquivo Público Vereador - José Ivan Lopes.

As considerações finais visou pensar as **Perspectivas e Desafios dos Arquivos Montesclarenses**. Nesse sentido, foi importante verificar quais os desafios impostos para a conservação e preservação do patrimônio documental montes-clarense, assim como as perspectivas. Essas expectativas seriam um olhar utópico para a realidade futura? Talvez. Todavia, o montes-clarense tem o direito à cidadania e a memória por meio da preservação do patrimônio documental ou tudo isso consta apenas como premissa na constituição? As legislações nacionais, estaduais e locais são referências para vislumbrar possibilidades para a atuação dos arquivos municipais de Montes Claros. Ou não? Essas considerações finais consistiram em verificar quais são os desafios impostos a partir da realidade apresentada. É um capítulo de perspectivas e expectativas, portanto, foi se abrindo ao longo da pesquisa e se revelando como balanço da trajetória arquivística de Montes Claros.

CAPÍTULO I

ARQUIVOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DE MONTES CLAROS: TRANSPARÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E EXPRESSÃO CULTURAL DA CIDADE?

Se perguntássemos a um homem comum da rua por que razão os governos criam os arquivos, ele por certo nos interrogaria: - Que vem a ser um arquivo? Se lhe explicássemos, então, os objetivos de uma instituição dessa natureza, provavelmente ele responderia, de pronto, tratar-se de mais um exemplo de extravagâncias dos governos. Quanto ao material do arquivo, faria esta pergunta final: - Por que não queimar essa papelada? (SCHELLENBERG, 1973, p. 3).

A Câmara Municipal de Montes Claros é um órgão de representação política por meio dos seus vereadores, cujas atribuições estão estabelecidas na Lei Orgânica do Município e se caracterizam em funções eminentemente legislativas. A Câmara Municipal é independente do Poder Executivo¹⁸, pois cada poder tem suas especificidades. Muitos moradores de Montes Claros confundem esses poderes – Executivo e Legislativo - e/ou acreditam que constituem como um só. Esse fato se justifica ou por falta de conhecimento sobre o assunto, mas também porque o prédio que abriga tanto a Câmara como a Prefeitura Municipal é o mesmo, localizado entre a Avenida Cula Mangabeira e a Avenida João Luiz de Almeida no Centro de Montes Claros¹⁹.

¹⁸ Ver em: MONTESQUIEU, Charles de Secondat, baron de. *Do espírito das leis*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962. 2 v. p.148-149. (Clássicos Garnier); FREITAS, Danielle Pereira Gonçalves de. *Representação política: análise do perfil dos parlamentares da Câmara Municipal de Montes Claros (1982-2004)*. 2010. 84 f. (Monografia) Universidade Estadual de Montes Claros, Centro de Ciências Sociais, Montes Claros, 2010.

¹⁹ Ver sobre a história das sedes da Câmara Municipal de Montes Claros em: CORDEIRO, Filomena Luciene *et all.* (Org.). *Manual de técnico de redação de documentos*. Montes Claros, Unimontes, 2008. “A Câmara Municipal de Montes Claros, como órgão instituído, vai se consolidando no decorrer da sua história. A sede, ou seja, o espaço que abriga o poder legislativo é sinônimo de legitimação. Nesse sentido, segundo Nelson Vianna, “(...) em 1830 foi iniciada a construção do sobrado localizado na esquina da rua hoje denominada Simeão Ribeiro (Praça da Matriz) e que, por muitos anos, iria servir à finalidade a que se destinava: Fórum, Casa da Câmara e Cadeia”. Até 1923, neste espaço funcionou o Fórum e a Cadeia Pública, que foram transferidos nesse mesmo ano para o edifício localizado na rua Camilo Prates, esquina da rua Dom João Pimenta. A casa nº 246, localizada na rua Direita, hoje Dr. Veloso, serviu durante muitos anos de Paço da Câmara Municipal de Montes Claros. Posteriormente, conforme Resolução nº 93, de 19 de abril de 1967, que dispõe sobre a transferência da sede da Câmara Municipal de Montes Claros no Artigo 1º: “(...) ficam transferidas para o prédio de propriedade da Mitra Diocesana de Montes Claros, na Avenida Coronel Prates, nº 144 as realizações das sessões do Legislativo Municipal de Montes Claros e suas dependências a partir do dia 26 de abril de 1967”. Nesse local, a Câmara Municipal de Montes Claros funcionou durante o período de 14 anos e 9 meses. Em 1981, por meio da Resolução nº 359, de 26 de Janeiro de 1981, que dispõe sobre a transferência da sede da Câmara e de suas dependências, declara-se que “(...) fica transferida para o prédio situado à rua Governador Valadares, nº 223

Em entrevista com Marlene Pereira sobre essa questão, no dia 21 de maio de 2012, ela relatou que,

Acreditava que vereadores e prefeitura era uma coisa só, pois eles tão todos juntos. Pra mim é tudo político... tem que governar pro povo ... fazer asfalto, colocar água nas casas... esgoto... hoje o povo precisa mais é de asfalto e emprego também, né? (...) O que o vereador faz e o que o prefeito faz, não sei não, tem diferença, né? ... mas devia saber, né? Voto sempre... num deixo de votar. Então, porque prefeito e vereador fica tudo junto na Cula Mangabeira? (PEREIRA, Marlene, 21 maio 2012).

A Câmara Municipal de Montes Claros²⁰, em um contexto de disputas de poder por uma elite local, e que consiste no poder legislativo, como toda instituição pública ou privada, no decorrer do exercício de suas atividades gera e recebe documentos com o objetivo de resolver suas demandas e necessidades diárias. Esses documentos constituem uma variedade enorme enquanto espécie documental²¹, natureza²², tipos documentais²³ e suporte²⁴, podendo

(prédio do antigo Cine Montes Claros), desta cidade, a sede da Câmara Municipal de Montes Claros para funcionamento de suas sessões e respectivas dependências”. Nesse prédio, a Câmara Municipal de Montes Claros funcionou durante o período de 17 anos, 5 meses e 8 dias. A Resolução nº 579, de 23 de Junho de 1988, que dispõe sobre a transferência da sede da Câmara Municipal de Montes Claros, relata que “(...) a partir de 03 de Julho de 1988 o Legislativo Municipal de Montes Claros terá a sua sede instalada junto ao edifício da Prefeitura Municipal desta Cidade, localizada à Avenida Cula Mangabeira, nº 211”. As dependências do edifício da Prefeitura destinadas às atividades do Legislativo se localizam à Avenida Doutor João Luiz de Almeida, 40, Vila Guilhermina. Nesse local funciona até os dias de hoje a Câmara Municipal de Montes Claros.”

²⁰ Ver mais sobre a história do poder legislativo de Montes Claros em: CORDEIRO, Filomena Luciene *et all.* (Org.). *Manual de técnico de redação de documentos*. Montes Claros, Unimontes, 2008; CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS. *Cartilha Legislativo Municipal*: Câmara Municipal de Montes Claros. Montes Claros: Imprensa Universitária, 2008. (Cartilha); PORTO, César Henrique de Queiroz. *Paternalismo, poder privado e violência: o campo político Norte-Mineiro durante a primeira República*. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, fevereiro 2002; PEREIRA, Laurindo Mékie. *A cidade do favor: Montes Claros em meados do século XX*. Montes Claros: Unimontes, 2002; CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS. *Projeto criança cidadã*. Montes Claros, s.d.

²¹ Ressaltar o conceito desses termos em Arquivologia é importante, pois remetem a significados específicos da área: “Divisão de gênero documental que reúne tipos documentais por suas características comuns de estruturação da informação, como ata, carta, decreto, fotografia, memorando, ofício, planta, relatório” (BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. *Subsídios para implantação de uma política municipal de arquivos: o arquivo municipal a serviço do cidadão*. Rio de Janeiro: Senado Federal, 2000. p. 36). Ou ainda: “a) Configuração que assume um documento de acordo com a disposição e a natureza das informações nele contidas. b) Designação dos diversos tipos de documentos segundo seu aspecto formal: ata, carta, certidão, decreto, despacho, edital, ofício, relatório, requerimento etc. (CASTILHO, Ataliba Teixeira de (Org.). *A sistematização de arquivos públicos*. Campinas, SP: Unicamp, 1991. p.124-125). Também ver em: BELLOTO, Heloisa Liberalli. *Como fazer diplomática e análise tipológica de documento de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado, 2002.

²² “Sentindo que as noções dominantes de arquivo se confundiam ora com a forma física dos documentos, ora com a sua finalidade, a comissão especial constituída durante o 1º Congresso Brasileiro de Arquivologia, realizado no Rio de Janeiro, em 1972, com a finalidade de propor o currículo mínimo do Curso Superior de Arquivo, houve por bem estabelecer e incluir no programa do curso dois novos conceitos de arquivo, que refletem características peculiares à natureza dos documentos. São eles: arquivo especial e arquivo especializado. Chama-se *arquivo especial* aquele que tem sob sua guarda documentos de formas físicas diversas – fotografias, discos, fitas, clichês, microformas, slides – e que, por esta razão, merece tratamento especial não apenas no que se refere ao seu armazenamento, como também ao registro, acondicionamento, controle, conservação etc. Arquivo especializado é o que tem sob sua custódia os documentos resultantes da experiência humana num

ser citados, dentre eles, correspondências recebidas e expedidas, pareceres, atas, plantas, projetos arquitetônicos, vídeos das reuniões dos vereadores, gravações em fita cassete de entrevistas e dessas reuniões, projetos de leis, leis, relatórios, estatuto, regulamento, portarias, projetos, resoluções, instruções normativas, editais, pastas funcionais, formulários diversos, contratos, termos de convênios, folhas de pagamento, balanços, balancetes e outros (CORDEIRO *et al*, 2008).

Esses documentos que, em um primeiro momento são elaborados e/ou recebidos, contêm informações que servirão para tomadas de decisões nessa instituição, posteriormente, no decorrer do tempo, constituirão um acervo que permitirá ao pesquisador e ao cidadão comum conhecer a história da referida Câmara, consequentemente da cidade, assim como os seus direitos e deveres. Com esse acervo riquíssimo, não só como fonte de pesquisa, mas como documentos de caráter administrativo, fiscal, legal e probatório, a Câmara Municipal de Montes Claros possui um Arquivo, local onde são guardadas essas informações, objeto de estudo desta tese. Dessa forma, o Poder Legislativo de Montes Claros garante ao cidadão o acesso à informação, dando-lhe o direito de conhecer o que seus representantes, os vereadores, executam no exercício da sua função.

A Câmara Municipal de Montes Claros, todos os dias, toma decisões e elabora leis que deverão ser cumpridas por aqueles que residem na cidade. Muitas vezes, passa despercebido o papel dos vereadores - legisladores - desse estabelecimento político. Os projetos de leis elaborados, analisados, julgados e aprovados pela Câmara Municipal tornam-se leis, por isso, geram normas de caráter obrigatório que deverão ser cumpridas pelos moradores da cidade. Sendo assim, a Câmara Municipal deve ser entendida muito mais que uma edificação, mas enquanto lugar onde se exerce o poder político, que cria documentos normatizadores dos viveres coletivos.

grupo específico, independentemente da forma física que apresentem, como, por exemplo, os arquivos médicos ou hospitalares, os arquivos de imprensa, os arquivos de engenharia e assim por diante. Esses arquivos são também chamados, impropriamente, de arquivos técnicos” (PAES, Marilena Leite. *Arquivo: teoria & prática*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1986. p. 6). Ver também em: SHELLENBERG, T. R. *Arquivos modernos: princípios e técnica*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1973. p. 43-45.

²³ “Configuração que assume uma espécie documental, de acordo com a atividade que a gerou” (CASTILHO, Ataliba Teixeira de (Org.). *A sistematização de arquivos públicos*. Campinas, SP: Unicamp, 1991. p.135). Ver também em: BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. Veja também em: LOPES, André Porto Ancona. *Tipologia documental de partidos e associações políticas brasileiras*. São Paulo: Loyola, 1999.

²⁴ “Material sobre o qual as informações são registradas” (BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. *Subsídios para implantação de uma política municipal de arquivos: o arquivo municipal a serviço do cidadão*. Rio de Janeiro: Senado Federal, 2000. p. 37).



Figuras 1, 2 e 3: Prédio da Câmara e Prefeitura Municipal de Montes Claros e vista aérea da edificação, respectivamente.
 Fonte: Disponível em: <<http://www.google.com.br/imgres?q=prefeitura+de+montes>>. Acesso em: 10 jun. 2012.

Marlene Pereira no seu depoimento retratou a falta de conhecimento sobre o papel da Câmara Municipal e se revelou surpresa com a importância do representante político para a sociedade.

Nunca havia pensado nisso... Que coisa séria!!! Então, os vereador faz leis que temos que cumprir morando aqui? A gente não pára pra pensar nas coisa... É mesmo... não posso mais criar galinha solta, porco... cavalo a gente vê solto por aí. O preço da lotação é os vereador que determina. Agora mesmo tá uma briga danada se vai pagar estacionamento no *Shopping*²⁵. Escutei no rádio esses dia mesmo sobre isso... os vereador brigano, falano que não podia cobrar, porque ninguém vai mais no *Shopping* (PEREIRA, Marlene, 21 maio 2012).

Ao pensar sobre esse assunto verificamos a seriedade e o compromisso que essa Instituição deve ter para com o Município que representa. Apesar das limitações em relação à elaboração das leis²⁶, pois existe a Constituição Federal e Estadual que precisam ser obedecidas e qualquer outra legislação tem que se basear nelas, o poder dos vereadores tem uma conotação significativa para a sociedade. Portanto, compreender o significado do Arquivo Público Vereador - Ivan José Lopes que tem a custódia dos documentos produzidos e/ou recebidos por essa Instituição, os quais contemplam também normas que regulam o comportamento dos moradores de Montes Claros é motivo de estudo desta tese.

Montes Claros²⁷ possui três arquivos públicos que possibilitam aos pesquisadores e consulentes acessarem informações para estudo científico e conhecimento dos direitos e deveres enquanto cidadãos. Essas instituições arquivísticas possuem acervos com características diferentes, explicadas através do papel executado pelas instituições produtoras e/ou receptoras dessa documentação.

²⁵ Projeto de Lei nº 35/2012 - Vereador Alfredo Ramos - Dispõe sobre a Cobrança de Taxa de Estacionamentos por *Shopping Centers*, Hipermercados, Supermercados, Comércio em Geral e Similares que Disponibilizem Estacionamentos Pagos para seus Clientes. Esse projeto de lei constou na pauta da reunião do dia 5 de junho de 2012, porém alguns vereadores pediram vista do projeto para próxima reunião (CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS. *Projeto de lei nº 35/2012*. Montes Claros, 05 jun. 2012).

²⁶ Ver mais sobre Poder Legislativo em: CASTRO, Carlos Roberto de; VASCONCELOS, Heron Domingos de; SANTANA, Luciana; BARROS, Milton de Souza; DUARTE, Walter Gotschal. *Tramitação de proposições no sistema Bicameral Brasileiro*. Monografia. 78 f. (Especialização em poder Legislativo) - IEC/ Escola do Legislativo da ALEMGO, Instituto de Educação Continuada/PUC Minas, 2003. SALDANHA, Nelson. *O que é poder legislativo*. São Paulo: Brasiliense, 1982. (Coleção Primeiros Passos, nº 56); FREITAS, Danielle Pereira Gonçalves de. *Representação política: análise do perfil dos parlamentares da Câmara Municipal de Montes Claros (1982-2004)*. 2010. 84 f. (Monografia) Universidade Estadual de Montes Claros, Centro de Ciências Sociais, Montes Claros, 2010.

²⁷ “O município de Montes Claros está localizado na Mesorregião Norte de Minas, na bacia do São Francisco, numa área de transição entre o domínio do cerrado e o domínio da caatinga. Possui uma área de 3.582 Km² e uma população de 306.947 habitantes (IBGE, 2000). As atividades econômicas mais expressivas nesse município são o comércio, os serviços, a indústria e a agropecuária.” ver em: PEREIRA, Anete Marília; ALMEIDA, Ivete (Orgs.) *Leituras geográficas sobre o norte de Minas Gerais. Montes Claros: Unimontes*, 2004. p. 33.



Figura 4: Imagem de Montes Claros e adjacências

Fonte: Disponível em: <<http://www.montesclaros.mg.gov.br/cidade/chegar.htm>>. Acesso em: 1 nov. 2012.

Em se tratando de arquivos públicos municipais, Montes Claros possui duas entidades: o Arquivo Público Vereador - José Ivan Lopes, objeto de nossa pesquisa, e o Arquivo Público da Prefeitura Municipal de Montes Claros²⁸. Além desses existe outro espaço denominado Divisão de Pesquisa e Documentação Regional²⁹, subordinado à Diretoria de Documentação e Informações - DDI da Unimontes que possui um acervo disponível para pesquisa e consulta bastante significativa, dentre eles, processos criminais, civis, eleitorais e trabalhistas do Fórum Gonçalves Chaves, documentos da Prefeitura e Câmara Municipal de Montes Claros, arquivos privados, jornais, revistas e fotografias.

Esses órgãos de documentação – com exceção do Arquivo da Prefeitura Municipal de Montes Claros³⁰ – vêm possibilitando a realização de diversos trabalhos científicos desde o final da década de 1990 quando, especialmente professores da Unimontes, sobretudo da área de Ciências Humanas, ingressaram nas pós-graduações *stricto sensu*. A exigência da pesquisa impulsionou os professores, principalmente da área de História, por possuírem o “gosto pelo arquivo”³¹, a visitarem essas entidades em busca de fontes para construção de suas dissertações e teses. Com a reforma dos currículos de vários cursos na Unimontes, em especial no de História³² surge a exigência de se elaborar, ao final de cada curso, trabalho de conclusão no formato de monografia. Tal exigência gera uma intensa procura nos arquivos locais em busca de fontes documentais. O fato é que as demandas de pesquisa irão suscitar

²⁸ Ver em: CORDEIRO, Filomena Luciene. *A cidade sem passado: políticas públicas e bens culturais de Montes Claros – Um estudo de caso*. Montes Claros, MG: Unimontes, 2006. OLIVEIRA, Wanderson Carvalho de. *Os arquivos públicos dos poderes executivo e legislativo de Montes Claros/MG: uma análise histórica-administrativa*. 2010. 82 f. Monografia (Graduação em História) – Centro de ciências Humanas, Universidade Estadual de Montes Claros. AQUINO, Juliano Gonçalves de. *Patrimônio documental e a memória da cidade: considerações acerca da gestão da memória em Montes Claros - MG*. 2010. 65 f. Monografia (Especialização em História, sociedade e Cultura no Brasil) – Centro de ciências Humanas, Universidade Estadual de Montes Claros.

²⁹ Ver em: REIS, Filomena Luciene Cordeiro. *Lembranças e vivências: relato de experiências no antigo Centro de Pesquisa e Documentação Regional da Unimontes*. In: *Testemunhas da história: 50 anos da Unimontes*. Montes Claros: Unimontes, 2012.

³⁰ O Arquivo da Prefeitura Municipal de Montes Claros se preocupa apenas com a documentação da primeira idade, ou seja, arquivo corrente, por isso, não disponibiliza seu acervo para a pesquisa ou mesmo consultas aos pesquisadores e cidadãos. Esse Arquivo guarda a documentação, dentre elas, plantas populares e projetos de construção civil, pastas de funcionários, processos de aprovação de loteamentos, cadastramento de empresas, isenção de ISS/IPTU/contribuição, processos referentes a indenizações, contratos, cancelamento de multa, concessão de linhas de ônibus, livros de Títulos de Perpetuidades de Sepultura e folhas de ordem de pagamento. Há também documentação caracterizada como histórica selecionada em 1987. (PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS. Secretaria de Administração. Secretaria de Planejamento e Coordenação. *Implantação do sistema de arquivo do Município de Montes Claros*. Montes Claros, jul. 1988). A documentação de caráter permanente/histórica da Prefeitura Municipal atualmente se encontra fragmentada, tendo parte dela ou no Arquivo da Câmara Municipal ou na DPDOR ou na Secretaria de Cultura/Divisão de Patrimônio Histórico ou até mesmo com particulares. Esse esfacelamento desse acervo dificulta o acesso, assim como políticas públicas de preservação de documentos de caráter “Histórico” na Instituição. Por isso, o Arquivo da Prefeitura Municipal de Montes Claros não foi objeto de estudo nessa tese.

³¹ Ver em: FARGE, Arlete. *O sabor do arquivo*. Trad. Fátima Murad. São Paulo: EDUSP, 2009.

³² Ver em: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS. Departamento de História. *Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em História*. Montes Claros, 2004.

maior interesse pelas Instituições Arquivísticas de Montes Claros, ou melhor, irão levar mais pessoas a frequentarem os Arquivos com o intuito de consultar o acervo documental sob sua custódia. Diante dessa nova realidade, a DPDOR da Unimontes, em parceria com o Departamento de História, passa a realizar projetos, sobretudo com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG³³, resgatando, recuperando, organizando, digitalizando, microfilmando e disponibilizando, aos pesquisadores e ao público em geral, documentos para execução de trabalhos científicos ou consultas diversas. A DPDOR, como verificamos por meio dos convênios realizados a partir de 1998 a 2007³⁴ faz parcerias também com a Câmara Municipal de Montes Claros. Essa parceria resultará na organização, digitalização, microfilmagem e disponibilização de:

(...) documentos manuscritos e impressos da Câmara e/ou Prefeitura Municipal de Montes Claros, do período compreendido entre os anos de 1830 e 2000, que relatam atividades desenvolvidas pelos poderes Executivo e Legislativo. Entre os documentos encontram-se ofícios recebidos e expedidos, balanços contábeis, relatos de despesas e receitas, atas das sessões da Câmara Municipal, atas eleitorais, listas nominativas de população, listas nominativas de docentes das escolas do município, registros relativos à educação, relatórios oficiais, documentos relativos a escravos (notadamente processos relacionados ao Fundo de Emancipação), Posturas Municipais, relatórios relativos às questões de higiene e saúde, projetos de obras arquitetônicas públicas, fotografias dos administradores municipais, recortes de jornais, entre outros. Esses documentos trazem informações sobre economia, finanças, educação, política, saúde e administração do Município de Montes Claros e da Comarca do Rio São Francisco, bem como suas relações com demais cidades da região e instâncias superiores estaduais e federais (PROCÓPIO; CORDEIRO, 2002, p. 21).³⁵

³³ “Em 2000, em virtude do Edital n° 006/2000 da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG – que trata do Programa “O uso da tecnologia digital no resgate da identidade histórico-cultural de Minas Gerais” foi apresentado um projeto que se propunha organizar, microfilmar, digitalizar e disponibilizar para consulta e pesquisa em meio digital parte do acervo da DPDOR. O acervo selecionado para tal trabalho foi do Fórum Gonçalves Chaves, sob custódia do Setor desde 1998. Esse acervo constituía de processos criminais, civis, eleitorais, trabalhistas, além de documentos administrativos. O projeto foi aprovado com verba superior a R\$50.000,00 que trabalhou com os processos criminais datados de 1828 a 1997. (...) Em 2002, o Edital n.º 012/2002 da FAPEMIG referente ao Programa citado anteriormente perpetua a parceria com o Departamento de História para trabalhar com o acervo da Administração Pública de Montes Claros, ou seja, da Câmara e da Prefeitura Municipal de Montes Claros. (...) Depois desses dois projetos nasceram muitos outros, como o de Tratamento documental do acervo do Fórum Gonçalves Chaves. (...) Outros projetos trataram os jornais Correio do Norte, Gazeta do Norte de Minas e documentos do Fórum Gonçalves Chaves e da Administração Pública de Montes Claros. Esses projetos sempre contaram com a participação de estudantes do Curso de História como voluntários, assim como bolsistas graduandos em História ou do ensino médio de escolas públicas de Montes Claros da FAPEMIG” (REIS, Lembranças e vivências: relato de experiência no antigo Centro de Pesquisa e Documentação regional da Unimontes. In: LEITE, Marta Verônica Vasconcelos. *Testemunhas da história*: 50 anos da Unimontes. Montes Claros: Unimontes, 2012. p. 59-62).

³⁴ A Unimontes através da DPDOR celebra convênios com o Fórum Gonçalves Chaves de Montes Claros (1998), Câmara (2004) e Prefeitura Municipal de Montes Claros (2001). Ver no Arquivo Corrente da DPDOR, documentos que se encontram na pasta denominada “Convênios”.

³⁵ Ver mais informações em: PROCÓPIO, Jonice dos Reis; REIS, Filomena Luciene Cordeiro. *Projeto preservação digital do acervo documental da administração pública de Montes Claros*. Montes Claros, dez. 2002. Constitui acervo da DPDOR da Unimontes.

Dessa forma, o Arquivo Público Vereador - José Ivan Lopes, responsável pela guarda, conservação e preservação dos documentos produzidos e/ou recebidos pela Câmara Municipal de Montes Claros, se vê contemplado com recursos financeiros e com pessoal qualificado ou em processo de capacitação pela Unimontes para organizar parte da sua massa documental³⁶. A necessidade de se ter fontes para, sobretudo, a realização das pesquisas na academia³⁷, faz com que essa Entidade se preocupe com seu acervo e as possibilidades de disponibilizá-lo para estudo. Ao colocar à disposição de pesquisadores seus documentos, é importante salientar que o poder legislativo no seu cotidiano burocrático e administrativo gera e/ou recebe documentos que envolvem a vida do cidadão e que, posteriormente, ganharam esse *status* de “histórico” ou para pesquisa científica. Nesse sentido, uma das proposições deste trabalho constituiu em que os cidadãos não conhecem as instituições arquivísticas como proteção dos seus direitos e reconstituição de sua história e/ou memória. Daí a necessidade de resgatar o valor imbuído nos arquivos desde os primórdios dos tempos³⁸, verificando sua importância enquanto espaço político e cultural, lugar de memória, para a construção, desconstrução e reconstrução de “outras histórias e memórias”. Dessa forma, o estudo deste e do terceiro capítulo da presente tese procurou investigar os arquivos públicos, em especial o Arquivo Público Vereador - Ivan José Lopes³⁹, como constituído pelo poder público com a finalidade de preservar determinadas memórias, ou seja, as atividades da Câmara Municipal de Montes Claros. Dentre tantas atividades que produzem documentos, muitos dos quais preservados constituem a memória conveniente à ordem vigente, a memória oficial (ou oficiosa) que, geralmente não contempla as minorias sociais, ou seja, é uma versão possível da História, escrita na perspectiva da História Tradicional mais voltada para a antiga História Política. No entanto, compreender esse universo presente nas instituições arquivísticas significa entender os critérios adotados na avaliação e seleção do que deve ser preservado

³⁶ Massa documental: “Constitui documentos acumulados e não organizados sistematicamente no decorrer do exercício das atividades de uma Instituição pública ou privada ou de pessoa física” Ver em: SHELLENBERG, T. R. *Arquivos modernos: princípios e técnica*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1973. PAES, Marilena Leite. *Arquivo: teoria & prática*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1986. CASTILHO, Ataliba Teixeira de (Org.). *A sistematização de arquivos públicos*. Campinas, SP: Unicamp, 1991.

³⁷ Vale ressaltar que foram criadas outras Universidades e Faculdades no final da década de 1990 – Instituto Educacional Santo Agostinho, Faculdades Unidas do Norte de Minas/FUNORTE, Faculdades Pitágoras de Montes Claros, Faculdades Ibituruna/FACIB, Faculdade de Tecnologia e Ciência, UNOPAR Montes Claros, entre outras -, onde será contemplado também o curso de História que exigirá monografias como trabalho de conclusão de curso. Dessa forma, teremos uma demanda bastante significativa para pesquisar nos Arquivos Públicos de Montes Claros.

³⁸ Ver em: SHELLENBERG, T. R. *Arquivos modernos: princípios e técnica*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1973.

³⁹ Ao pesquisar o Arquivo Público Vereador - Ivan Jose Lopes nos remetemos as questões que envolvem a maioria dos arquivos públicos municipais em âmbito nacional, mas caracterizando essas instituições, sobretudo na região norte mineira, que apresenta características similares.

sobre a memória da entidade produtora dos documentos e que se tornará futuramente da cidade. Para tanto, os arquivos, no âmbito internacional, por meio da Tabela de Temporalidade⁴⁰ define quais documentos guardar, os critérios para tal função e os motivos que os determinaram.

Outra questão importante que, sobretudo faz parte do senso comum, é ter o arquivo apenas como guardião de papéis antigos e velhos, o famoso “arquivo morto”, desvinculado da administração e do cotidiano de uma instituição. O arquivo colabora na execução das transações de uma organização, sendo igualmente produtor de história e, posteriormente se transforma em lugar de memórias. Perceber como isso acontece, assim como os trâmites para ter essa culminância histórica é um longo caminho, pois a documentação no seu primeiro momento constitui das demandas administrativas e funcionais da entidade produtora e/ou receptora. O cidadão, nomeadamente no caso de órgãos públicos, deve se perceber ou não nesses documentos, uma vez que, a partir deles, pode-se elaborar memórias convenientes a determinados grupos e sua manipulação darão sentidos diversos, menos do grupo minoritário. Muitas inquietudes apontadas como problemática da nossa investigação ficarão sem respostas, mas compõem indagações a serem feitas às nossas fontes, pois a detenção de documentos oficiais que historicamente constatarem dominação, resistência, cooptação e consenso podem transformar em possibilidades de “outras histórias e memórias” diante de indagações de historiadores perspicazes e astutos no seu ofício.

Nesse sentido, a pesquisa investigou como se deu o exercício de poder dessa instituição arquivística, o Arquivo Público Vereador - Ivan José Lopes, enquanto lugar de memória(s), armazenando documentos datados desde 1831⁴¹, período em que Montes Claros se tornou Vila, até os dias atuais (2013). Nesse período averiguamos a cidade e sua sujeição, ou não, como espaço concreto de conflitos e tensões por meio dos documentos produzidos e/ou recebidos e que se encontram sob sua custódia, capazes de instigar historiadores ou

⁴⁰ “A tabela de temporalidade é um instrumento arquivístico resultante da avaliação, que tem por objetivos definir prazos de guarda e destinação de documentos, com vistas a garantir o *acesso à informação* a quantos dela necessitem. A sua aplicação resultará na facilidade em distinguir os documentos de guarda temporária dos de guarda permanente; na eliminação imediata de documentos cuja guarda não se justifique; na racionalização, principalmente em termos econômicos, das atividades de transferência e recolhimento e na implementação de um programa de destinação de documentos. Sua estrutura básica deve necessariamente contemplar os conjuntos documentais produzidos e recebidos por uma instituição no exercício de suas atividades, os prazos de guarda nas fases corrente e intermediária, a destinação final – eliminação ou guarda permanente -, além de um campo para observações necessárias à sua compreensão e aplicação.” Ver em: ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Tabela de temporalidade e destinação de documentos de arquivo para as atividades mantenedoras da administração pública do estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1997. p. 13-14.

⁴¹ Data em que Montes Claros se torna vila, cujo acontecimento gerou um documento que constitui o mais antigo sob guarda do Arquivo da Câmara Municipal de Montes Claros.

outros profissionais a pensar “outras histórias e outras memórias” ou manter o culto de “memórias convenientes” ou uma história apropriada a determinados grupos sociais, objetivando manter a ordem vigente. Nesse mesmo caminho, constatou-se como a preservação da memória aconteceu, acontece e acontecerá – relação passado/presente/futuro é uma constante - através dos documentos oficiais do Estado, - como é o caso dos documentos do Arquivo da Câmara Municipal de Montes Claros -, revelando dominações, resistências, cooptações e consensos, dependendo da escolha das teorias e abordagens historiográficas feitas pelo historiador no seu ofício.

Pensar todas essas questões nos fez refletir e analisar o Arquivo Público Vereador - José Ivan Lopes a partir da perspectiva de patrimônio cultural de Montes Claros como uma das propostas para o projeto de cidade, tendo o patrimônio documental como referência, em especial para construção, desconstrução e reconstrução das suas histórias e memórias. Todavia, o Poder Legislativo/Câmara Municipal tem papel definido na sociedade e no âmbito político e, enquanto uma instituição que produz e/ou recebe documentos para resolver suas necessidades administrativas, fiscais e legais, elabora, aprova e promulga leis que repercutem na vida do morador dessa mesma cidade. Assim, percebemos a função dupla, e muitas vezes, aos olhos dos leigos, dúbia, do arquivo: servir a administração e, posteriormente, a história.

A nossa investigação no Arquivo Público Vereador - José Ivan Lopes, arquivo oficial e público da Câmara Municipal de Montes Claros foi delineada considerando alguns itens que implicam na sua historicidade, assim como em investimentos ou políticas públicas de patrimônio documental, dentre eles: histórico, criação, organização e funcionamento; problemas administrativos; política de transferência, recolhimento, avaliação, seleção e eliminação; recursos humanos; recursos materiais; edifício; recursos orçamentários; informação como direito à memória e cidadania; e a relação entre o arquivo e o morador da cidade.

De acordo com T. R. Schellenberg (1973, p. 3-11), existem razões para criação dos arquivos públicos, portanto, se faz necessário refletir acerca da importância dos arquivos, sobretudo os arquivos públicos e, em especial, por constituir nosso alvo de pesquisa, os arquivos municipais. Desde o início da nossa abordagem nesta tese comentamos sobre o valor dos documentos arquivísticos para que uma organização possa exercer suas atividades e resolver problemas e demandas administrativas, bem como a importância dessa documentação posteriormente para comprovação de fatos e realização de pesquisas. No entanto, para um homem ou uma mulher comum, pensar o papel e a razão da existência dessas instituições

constitui algo, muitas vezes, sem sentido. Indagações que nos parecem extremamente simples e que levadas à rua durante entrevistas apresentaram respostas bastante interessantes e, ao mesmo tempo, surpreendentes. Os arquivos institucionais não foram criados porque esses homens e mulheres comuns os pensaram e os inventaram⁴², mas para servir a uma administração e como prova dos acontecimentos junto aos cidadãos. No âmbito privado, constatamos que cada indivíduo, no decorrer da sua existência, acumula documentos criados com o objetivo de resolver questões importantes ou registrar momentos significativos das suas vidas, pois a ideia de produzir e guardar documentação que remete a nossa história é bastante antiga. Ao indagar a população, ou melhor, parte dela sobre questões como: “Por que os governos criam arquivos?”, “O que vem a ser arquivo?”, “Qual o objetivo de um arquivo?”, “Para que serve um arquivo?”, “Conhece algum arquivo?”, “O que fazer com os documentos que uma Instituição produz e recebe?”, “Já foi a algum arquivo?”, “Conhece o arquivo da Câmara Municipal de Montes Claros?”, “Qual a relação dos documentos guardados no Arquivo da Câmara com sua vida?”, obtivemos repostas reveladoras. Porque, ao pensar os arquivos, muitas pessoas nem sabiam o que era essa instituição e, ao mesmo tempo, concebia-os com a política, a economia e a cultura. Nossa tentativa com as entrevistas foi compreender as razões para criação dos arquivos e, especificamente qual o significado e sentido do Arquivo da Câmara Municipal de Montes Claros para seus moradores.

⁴² Entender a trajetória da Arquivologia e dos Arquivos é importante para compreendermos seu papel e função na sociedade humana. Então, estudar a história dos arquivos desde sua origem até os dias de hoje significa percebê-lo como instituição, mas também como desejo do homem em deixar seus vestígios para o presente e o futuro. Dessa forma, é necessário conhecermos o interesse do homem em deixar registrado, gravado e guardado marcas das suas vivências. O homem desde o princípio, ainda no período do paleolítico e neolítico preocupava-se em registrar suas experiências. As paredes das cavernas eram locais onde registravam as marcas das suas lutas diárias pela sobrevivência. No decorrer do tempo, a Grécia Antiga tornou-se o palco onde os arquivos terão seu nascimento, pois os gregos se reuniam no Templo *Metron* para resolver questões relativas aos seus direitos e deveres. Para isso, produziam documentos que se referiam as tomadas de decisões nessas reuniões e esses documentos ficavam guardados no Templo ganhando, inclusive, o caráter de sagrado. As resoluções decididas nessas reuniões eram respeitadas e acatadas e o Templo *Metron*, o guardião dos documentos, continha essas informações. Os gregos são dominados pelos romanos. Os romanos aprendem com os gregos a importância de se guardar os documentos, principalmente por causa do controle dos tributos dos povos dominados. Na Idade Média, a Igreja será a responsável pelos documentos. As propriedades feudais também produzirão e receberão documentos que ficarão guardados em locais especiais. A partir do século XI, vários movimentos irão emergir como o renascimento do comércio e da cidade, a formação dos estados nacionais, o renascimento cultural, Revolução Inglesa, Revolução Francesa, enfim, esse é o período de transição feudalismo-capitalismo, quando muitas mudanças ocorrerão proporcionando a visibilidade da importância dos documentos. O grande marco é a Revolução Francesa, pois os franceses perceberão que os documentos contam a história das suas lutas, sobretudo enfatizando o seu ápice, a própria revolução. Dessa forma, na França por meio do decreto de 7 de setembro de 1790 vai ser criado o primeiro arquivo nacional com o objetivo de guardar a documentação que tratava, principalmente da Revolução Francesa. Inspirados na França, os outros países também vão criar o seu arquivo nacional. O Brasil cria o Arquivo Nacional em 1824 com a sua primeira constituição, sendo estabelecido em 1838, mas somente em 1938, ele é instalado de fato. Ver sobre a história dos arquivos em: SHELLENBERG, T. R. *Arquivos modernos: princípios e técnica*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1973. CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade; UNESP, 2006. CORDEIRO, F. L. *Noções básicas de Arquivologia*. Montes Claros, 2010 (Apostila).

Procuramos conhecer um pouco a população montes-clarense a respeito desse assunto, perguntando nas ruas da cidade e tendo como referência a área central, especificamente a Praça da Matriz, por ser o local onde todos ou a maioria se converge no dia a dia. A pressa das pessoas no vai e vem da cidade, pois cada um tem um objetivo a cumprir ao ir nesse espaço, literalmente geográfico, dificultou um pouco as entrevistas, mas conseguimos retornos que nos possibilitaram pensar mais sobre esse tema. Alguns não se dispuseram a responder, alegando que o tempo era precioso e não podiam perdê-lo, assim como outros pediam para saber antecipadamente as questões, achando-as difíceis e sem importância, como nos questionou Josefa Augusta Garcia: “Pra quê saber isso? Assunto mais besta!!!” (GARCIA, Josefa Augusta, 11 jun. 2012). Muitos, simplesmente não se dispuseram a responder, no entanto, os testemunhos obtidos valem a pena serem relatados.

Interrogados sobre “Por que os governos criam arquivos?” com o objetivo final de verificar se as pessoas conheciam o Arquivo da Câmara Municipal de Montes Claros alcançamos as seguintes declarações⁴³:

“Afinal, o que é arquivo mesmo?” (OLIVEIRA, Marcos Soares, 11, jun. 2012).

“Deve ser para guardar... não... tô enganado... pra esconder as roubalheiras que os político pratica na política.” (SILVA, Maria Magda da, 11, jun. 2012).

“E os governo cria arquivos? Pra quê mesmo?” (CARVALHO, Anete, 11, jun. 2012).

“Pra guardar documento, mas não entendo bem sobre isso, não. Tem haver com história também, não tem?” (VELOSO, Márcia Alves, 11, jun. 2012).

Ué, arquivo serve pra guardar os documento. Não é isso? (REIS, Pedro Antônio, 11, jun. 2012).

“Me fala primeiro o que é um arquivo pra mim poder responder melhor a pergunta...” (SANTOS, Luciana Aquino, 11, jun. 2012).

“Pra quê ter arquivo... guardar papel velho. É muito mais fácil jogar isso tudo fora, pô fogo... queimar tudo. Pra quê gastar dinheiro com papel velho? Muito melhor gastar com coisa pro povo... escola, merenda, asfalto... Pra quê esse apego cum coisa veia?” (FREITAS, Wilson Costa, 11, jun. 2012).

“O governo precisa dos papel pra pedir as coisa, reclamar de outra, conseguir dinheiro pra cidade, mandar fazer uma escola, uma obra... Hoje tudo precisa de documento. Não é igual antes não, que valia a palavra. Hoje temo que provar tudo, senão nada feito. Ninguém acredita ni ninguém não, muito menos no governo que tem tanta tramoia” (PEREIRA, João Augusto, 11, jun. 2012).

⁴³ Entrevistas realizadas por Filomena Luciene Cordeiro Reis em 11 de junho na Praça da Matriz, Centro de Montes Claros com moradores da cidade que passavam por esse espaço ou se encontravam nele como transeunte, descansando, trabalhando ou passeando.

“Essa pergunta tem haver com política? É pra saber que candidato votar? Num gosto disso não. Num vai me complicar isso não?” (CRUZ, Marina Soares, 11, jun. 2012).

Esses depoimentos têm muitas informações sobre as percepções que as pessoas comuns possuem em relação aos arquivos, assim como a política, economia, cultura e sociedade. Os entrevistados trazem à tona questões bastante pertinentes, apesar de muitas respostas virem em forma de perguntas. Há dúvidas relacionadas à temática proposta na entrevista, mas ao pensar sobre ela, emergem outros assuntos que envolvem a discussão sugerida para reflexão, ou seja, os arquivos municipais.

T. R. Schellenberg (1973, p. 3-11), ao apresentar algumas dessas indagações, propõe determinadas respostas que se acham nessas entrevistas e nos fazem refletir sobre a importância dos arquivos, assim como estratégias que proporcionem maior interação e integração entre a comunidade e este órgão. Verificamos que, ao conversar com essas pessoas, algumas demonstraram interesse em conhecer o que é um arquivo, se existe em Montes Claros, onde fica, quem pode visitar, quais documentos se encontram arquivados neles, dentre outros questionamentos. Querer saber o que é consiste em um sinal de interesse, dessa forma, constatamos que, apesar dos entrevistados – moradores de Montes Claros – demonstrarem em um primeiro momento não conhecer o assunto ou não desejar falar sobre ele, revelaram, ao serem instigados, o desejo de obter mais informações a respeito do tema.

Aliar o arquivo ao local onde se guarda documentos que tratam sobre os atos dos políticos, sobretudo atuações ilícitas é bastante intrigante e perturbador, pois mostra a realidade política brasileira e a preocupação de um cidadão atento aos acontecimentos à sua volta. Essa postura revela também que a população faz um elo entre arquivo e política ou a necessidade que o governo tem, independente da esfera pública, em manter a guarda de seus documentos.

Wilson Costa Freitas ao dizer que “(...) É muito mais fácil jogar isso tudo fora, pô fogo... queimar tudo. Pra que gastar dinheiro com papel velho? Muito melhor gastar com coisa pro povo... escola, merenda, asfalto... Pra que esse apego cum coisa veia?” (FREITAS, Wilson Costa, 11, jun. 2012), nos apresenta um posicionamento muito comum. No desenrolar da entrevista, à medida que íamos explicando quais os documentos existentes no Arquivo da Câmara Municipal, verificávamos que Wilson Costa Freitas percebia o valor dos documentos: “É mesmo? Não sabia que existia tanto documento importante assim. E eu mandando queimar. É ignorância minha, num tá mais aqui quem falou” (FREITAS, Wilson Costa, 11, jun. 2012).

João Augusto Pereira percebe que os documentos são significativos para que possam resolver qualquer assunto acerca da cidade: “O governo precisa dos papel pra pedir as coisa, reclamar de outra, conseguir dinheiro pra cidade, mandar fazer uma escola, uma obra... Hoje tudo precisa de documento” (PEREIRA, João Augusto, 11, jun. 2012). A necessidade dos documentos se faz uma constante em qualquer situação nos nossos dias, nada hoje é resolvido apenas por meio de palavras. O compromisso é firmado através de documentos assinados e, muitas vezes, registrados em cartório, dando-lhe valor legal. Hoje é imperativa a existência de documentos em qualquer negociação, acordo ou transação.

Sendo 2012 ano de eleições municipais, período em que foram realizadas as entrevistas, Marina Soares Cruz não se interessou em responder, temendo que pudesse ser prejudicada por conta das respostas que desse para alguma questão: “Será se isso pode me prejudicar?” (CRUZ, Marina Soares, 11, jun. 2012). Constatamos essa inquietação também em outros entrevistados, revelando que, Montes Claros, apesar de ser uma cidade de porte médio, ainda contempla relações provincianas e coronelistas no que diz respeito à escolha dos representantes políticos.

Márcia Alves Veloso detecta outro valor do arquivo: “Pra guardar documento, (...). Tem haver com história também, não tem?” (VELOSO, Márcia Alves, 11, jun. 2012). No depoimento de Márcia Alves Veloso conferimos que para ela o arquivo tem importância por causa dos documentos que estão armazenados nesse local que, futuramente se constituirão em história.

Através dos depoimentos colhidos verificamos que existiam muitas dúvidas sobre a importância dos arquivos e que os montes-clarenses, apesar de num primeiro momento, parecer não conhecerem ou não saberem nada sobre o assunto, quando instigados com acuidade pensam e produzem reflexões sérias e perspicazes.

Diante da primeira questão - Por que o governo cria os arquivos? - surgiu outra indagação: “O que vem a ser arquivo?”. A maioria dos entrevistados pediu ajuda no sentido de entender primeiro o que é um arquivo. Essa é uma palavra que parece, à primeira vista, comum, entretanto, ante o questionamento sobre o seu significado surgem muitas imprecisões ou dúvidas. Essa segunda pergunta, então, não foi elaborada para a entrevista, mas emergiu dos entrevistados que tinham a necessidade de saber mais sobre o tema.

“Qual o objetivo de um arquivo?” ou “Para que serve um arquivo?” foram questionamentos que instigaram os entrevistados a pensar possíveis respostas e à medida que fazíamos as perguntas, igualmente éramos questionados sobre o assunto. Os entrevistados

sentiam a necessidade de refletir sobre as questões depois das explicações, pois assim elucidavam o tema, despertando o interesse pelo assunto. Marina Soares Cruz, por exemplo, se preocupou em responder as questões com receio de que essas tivessem implicações políticas: “Essa pergunta tem haver com política? É pra saber que candidato votar? Num gosto disso não. Num vai me complicar isso não?” (CRUZ, Marina Soares, 11, jun. 2012). Portanto, foi necessário que explicássemos com clareza o motivo da entrevista que estávamos realizando naquele local - Praça da Matriz – e o assunto que estávamos abordando – arquivos. Wilson Costa Freitas, do início até o final da entrevista, afirmava que guardar documentos era um “(...) apego ao passado. Temo que pensar é no futuro que nós num sabemos como será. O passado já foi, já era. De quê adianta voltar atrás? Eu é que não quero isso pra mim” (FREITAS, Wilson Costa, 11, jun. 2012). Pedro Antônio Reis também acreditava que, em vez de investir em documentos, o governo teria que “(...) ajudar mais o povo. Tanta miséria e pobreza e nenhum político faz nada. Aliás, só rouba (...)” (REIS, Pedro Antônio, 11, jun. 2012). Provocados pela afirmação de Pedro Antônio Reis, o questionamos: caso o governo não “roubasse” e investisse em educação, saúde, moradia, ou seja, promovesse o bem estar da sociedade como você veria o papel do arquivo? Ao que ele respondeu:

(...) sei lá sabe... Hoje tá tão difícil acreditar em alguma coisa, em alguém, principalmente da política. Vê lá o Cachoeira!!!⁴⁴ É tanta gente metida nessa confusão. Gente que nós nem imagina tá lá. É uma vergonha!!! ... O governo é que tem que fazer os arquivos dele, num é? O prefeito, o vereador, como a senhora disse.... e lá tem documentos que fala sobre nós, não diretamente, né? Mas tem. Então, tem que fazer alguma coisa. Gente não podemos deixar os documentos da cidade perder. Oiá, é a história da nossa cidade. Sou a favor (REIS, Pedro Antônio, 11, jun. 2012).

Após os esclarecimentos e o prolongar da entrevista, constatamos que o depoente, Pedro Antônio Reis, acabou “quase militando” a favor da preservação dos documentos. Ele chama a atenção para que “(...) não podemos deixar os documentos da cidade perder. Oiá, é a história da nossa cidade. Sou a favor”. Vale ressaltar que, após ter obtido as devidas explicações sobre o assunto, o entrevistado mudou o seu posicionamento inicial e passou a considerar a preservação dos documentos como algo de grande importância para a história da cidade.

⁴⁴ Veja sobre esse assunto em: CORRÊA, Hudson; ROCHA, Marcelo; RAMOS, Murilo. Na trilha dos milhões da Delta. In: *Época*, Porto Alegre: Globo, ed. 736, 25 jun. 2012. p. 36-46; ÉPOCA. Porto Alegre: Globo, ed. 732, 28 maio 2012.

Márcia Alves Veloso ponderou sobre a importância dos arquivos. No início da entrevista se mostrou um pouco envergonhada em responder o que acreditava saber sobre a matéria, mas, no decorrer do depoimento, revelou segurança e fez uma interessante explanação sobre o tema:

(...) guardar documentos é muito importante. Se soubesse o quanto vale encontrar um documento no momento certo, quando mais precisamos... Quando meu pai morreu, por exemplo, precisei da certidão de casamento dele. Quem disse que eu achava, ainda mais naquele momento difícil... procurei e coloquei um tanto de gente comigo pra achar, até que achei... e resolvi o que tinha que resolver no cemitério. Tem gente que não dá valor pro documento, mas ele é muito importante. Imagina então os documento de um presidente? Dos nosso vereador, como você mesmo acabou de falar? E ele é a história nossa. Por exemplo... a certidão de casamento do meu pai mostra que ele é casado com minha mãe. Lá tem data, tem os nomes dos pais dela... dele... Como estou entendendo e sei um pouco sobre política, tô percebendo como esse Arquivo da Câmara é importante (VELOSO, Márcia Alves, 11, jun. 2012).

O depoimento de Márcia Alves Veloso retratou bem o que tem sido apresentado desde o início desta pesquisa: o documento serve para resolver questões administrativas, fiscais, legais e, posteriormente possui valor probatório e informativo. O cotidiano de pessoas simples como de Márcia Alves Veloso comprova a assertiva da Arquivologia.

As questões seguintes: “Conhece algum arquivo?”, “O que fazer com os documentos que uma Instituição produz e recebe?”, “Já foi a algum arquivo?”, “Conhece o arquivo da Câmara Municipal de Montes Claros?”, despertou nos entrevistados o interesse em conhecer um arquivo. Maria Magda da Silva, diante dos questionamentos feitos, informou-nos que não conhecia nenhum arquivo. Porém, durante a entrevista, ao relatar alguns acontecimentos da sua vida, contou-nos que,

Fui procurar com minha mãe os jornal Minas Gerais. Esse jornal serve pra provar que ela trabalhou e poder aposentar. Fomo na Biblioteca da Unimontes⁴⁵. Lá tinha muitos jornal. Ficamo quase umas duas semanas lá. Foi difícil achar... o jornal tem a letra pequeninha...[mostra com o dedo o tamanho da letra] mas, encontramos tudo. Minha mãe pegou o jornal... e agora tá aposentada, graças a Deus. É... arquivo é importante mesmo. Se não fosse a Unimontes guardar esses jornal... minha mãe não tava aposentada (SILVA, Maria Magda da, 11, jun. 2012).

Maria Magda da Silva, mesmo sem ter certeza, acabou confirmando através do seu relato a visita que fez a um arquivo e a pesquisa que realizou nos documentos. Enfatizou,

⁴⁵ Quando Maria Magda da Silva em seu depoimento diz Biblioteca da Unimontes, está se referindo a Divisão de Pesquisa e Documentação Regional da Unimontes, que constitui o Arquivo Institucional e Regional sob os cuidados da Universidade. A confusão com a Biblioteca se justifica, porque o prédio abriga os dois órgãos: arquivo e biblioteca.

inclusive, como foi bom encontrar o documento que precisava para que sua mãe pudesse aposentar. Os outros entrevistados não conheciam nenhum arquivo e nunca ouviram falar do Arquivo da Câmara Municipal. Discorreram muito sobre bibliotecas, citando o Centro Cultural Hermes de Paula⁴⁶, onde ocorrem eventos culturais diversos, além de possuir um acervo bibliográfico bastante consultado pela comunidade.

Os relatos dos entrevistados deixaram transparecer que o Arquivo Público Vereador - Ivan José Lopes não realiza atividades voltadas às áreas social, educativa e cultural que possibilitam aproximar o Arquivo da comunidade. Sobre esse assunto Werley Pereira de Oliveira, servidor efetivo/Assistente Operacional II/ Arquivista da Câmara Municipal de

⁴⁶ **“Montes Claros – Centro Cultural Hermes de Paula: Preservação e valorização da cultura norte-mineira.**

O Centro Cultural Hermes de Paula já tem espaço garantindo no coração e na memória dos montes-clarenses, pois, como afirma a diretora Rita Maluf, “o Centro Cultural é a mais autêntica casa do artista ou fazer cultural de todos os segmentos da cidade, de modo especial, pintores, escultores, artesãos, escritores, músicos, dançarinos, atores etc., que constroem, com seu talento e trabalho, a grande e diversificada riqueza cultural de Montes Claros”. **DIVERSIDADE DE EVENTOS** – Dentre os diversos eventos que o Centro Cultural Hermes de Paula abriga, ao longo do ano, alguns já se tornaram tradição e atraem gente de todos os cantos do Brasil e até mesmo de outros países, como é o caso da exposição de artes plásticas “Olhar Feminino”, que abre a programação do Centro Cultural, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, tem ainda a “Mostra de Teatro de Montes Claros”, que acontece em julho; das festas folclóricas ou “Festas de Agosto”, que colore a cidade durante o mês de agosto, da mais do que especial mostra de poesia “Psiu Poético”, que transforma Montes Claros em cidade da poesia assim como “Outubro Literário”, que faz da cidade a capital da nacional da literatura. Tudo isso mostra a importância do Centro Cultural Hermes de Paula para incentivar, preservar e resgatar a cultura e as artes em Montes Claros e no Norte de Minas. A diretora Rita Maluf afirma que os espaços culturais do Hermes de Paula, disponibilizados gratuitamente para a população, “são fundamentais para incentivar os atores em início de carreira, assim como os artistas plásticos que estão dando os primeiros passos. O fato de não ter custo é primordial para quem está começando e quer apresentar o seu trabalho para a população”. **OLHAR DE ARTISTA** – O poeta e ator Aroldo Pereira, responsável por organizar e realizar, anualmente o Psiu Poético, tem a mesma certeza. “O Centro Cultural é onde a cultura e arte da cidade e da região acontecem, engatinha, dá os seus passos iniciais, para então ganhar o mundo. É o coração da cultura local e regional. Foi aqui que grandes artistas nasceram para o mundo, nestes 33 anos de história”, afirma. Pereira conta que, durante o Psiu Poético, que neste ano chega à sua 26ª edição, o Centro Cultural “se transforma no ‘bunker’ da poesia e para lá convergem poetas, escritores e expositores de diversos locais do país e também do mundo. O nosso evento já é tradicional e conhecido em todo o mundo e o Centro Cultural tem participação nisto, já que é nele que realizamos grande parte da programação”, finaliza. **CASA DO POVO** – Quem frequenta o espaço, não apenas os artistas que o utilizam para divulgação do seu trabalho, afirma que o Centro Cultural é importante espaço de lazer para a população menos favorecida, mas que gosta de bons espetáculos, de pintura, de arte, de poesia, porque os preços dos espetáculos são mais acessíveis e as exposições de pintura, de fotografia e outras tantas mais, são gratuitas. Tudo isso é possível porque o Centro Cultural não cobra dos artistas aluguel do teatro, da galeria de artes ou mesmo da sala multimídia. Estes, portanto, podem cobrar um valor mais “em conta” do seu trabalho, atraindo um público mais expressivo e, por consequência, levando sua arte a um número maior de pessoas. Essa sem dúvida tem sido uma equação de sucesso para os artistas “iniciantes”. Portanto, em Montes Claros, desde 1946, quem quer lazer e cultura de qualidade tem endereço certo: Centro de Educação e Cultura Hermes de Paula, que fica bem no coração da cidade: Praça Dr. Chaves ou Praça da Matriz, nº 32” (MONTES Claros – Centro Cultural Hermes de Paula: Preservação e valorização da cultura norte-mineira. In: *Jornal montes claros.com*. 28 abr. 2012. Disponível em: <http://jornalmontesclaros.com/2012/04/28/montes-claros-centro-cultural-hermes-de-paula-preservacao-e-valorizacao-da-cultura-norte-mineira.html>. Acesso em: 3 jul. 2012). Ver também: AQUINO, Kelly. Centro Cultural Hermes de Paula comemora o 33º Aniversário. In: *Gazeta Norte Mineira*, n. 3802, 3 jul. 2012.

Montes Claros, lotado nesse órgão, nos informou em entrevista realizada em 25 de junho de 2012 que,

Não fazemos nenhum trabalho que integre o arquivo à comunidade. Na mídia aparecemos muito pouco, quase nada, apenas quando fizemos a Gestão de Documentos da Câmara... Acredito que as pessoas não conheça o Arquivo, vejo que é preciso divulgar mais esse Setor da Câmara e seus documentos, o trabalho... (OLIVEIRA, Werley Pereira de, 25 jun. 2012).

Iara Maria da Silva, servidora efetiva/Assistente Operacional II/ Arquivista da Câmara Municipal de Montes Claros, também lotada nesse órgão, corroborou a afirmação acima em entrevista realizada no dia 25 de junho de 2012:

Ficamos mais nas atividades internas e atendendo as consultas, essa é a nossa prioridade, as consultas tanto internas como externas. Como somos poucos funcionários não temos tempo e nem pessoal pra pensar, por exemplo, exposições, como aquela que fizemos no aniversário de Montes Claros no *hall* da Câmara. Vejo que é importante trazer a comunidade para o Arquivo, mas como fazer isso com tão pouco recursos? (SILVA, Iara Maria da, 25 jun. 2012).

T. R. Schellenberg (1973, p. 3-11), diante desses litígios, historiciza a trajetória dos arquivos desde a antiguidade na Grécia Antiga nos séculos V e IV a. C., passando pelo Império Romano, chegando à Idade Média, na França revolucionária, na Inglaterra e Estados Unidos do século XIX e XX para dizer a respeito da importância dos arquivos enquanto instituições administrativas, sobretudo públicas, e históricas. Para T. R. Schellenberg, as razões da instituição de arquivos públicos, tendo como referência, principalmente a França, a Inglaterra e os Estados Unidos são:

(...) a necessidade prática de **incrementar a eficiência governamental**. (...) de **ordem cultural**. **Os arquivos públicos constituem um tipo de fonte de cultura** entre muitos outros tipos como livros, manuscritos e tesouros de museus. São uma fonte tão importante como os parques, os monumentos e edifícios (...). (...) de interesse pessoal. Os documentos oficiais, é óbvio, **definem as relações do governo com os governados**. (...) de ordem oficial. **Os documentos**, mesmo os mais antigos, são **necessários à atividades do governo**. Refletem sua origem e crescimento” (Grifos nossos) (SCHELLENBERG, 1973, p. 8-10).

As razões listadas por T. R. Schellenberg (1973, p. 3-11), ao analisar os motivos para a criação de arquivos nesses países, se enquadram ao Arquivo Público Vereador - Ivan José Lopes. O arquivo possibilita a eficiência das atividades governamentais, além de ser fontes tão importantes como as expostas nos museus e na natureza. Documentos antigos não são sinônimos de “lixo”, mas necessários para que um governo resolva demandas e conte a

história de uma entidade. Werley Pereira de Oliveira em entrevista realizada no dia 25 de junho de 2012 explicou,

O Arquivo da Câmara existe primeiro por causa da administração. Os documentos vão sendo criados para resolver coisas na Câmara. À medida que a Câmara vai precisando de contratar funcionários, comprar material, fazer licitação, fazer projetos de leis e de resolução, os documentos vão surgindo. Depois disso, esses documentos, mesmo na fase, muitas vezes corrente, vem para cá [para o Arquivo Institucional], nós organizamos e, esses documentos mais tarde irão contar a história da Câmara, relatar as atividades realizadas pelos funcionários e pelos vereadores. Os documentos mostram que a política e o poder se mostram para a população através dos projetos de leis. Veja só: por que uma rua tem um nome X? Porque tudo isso foi tramitado nas reuniões dos vereadores (OLIVEIRA, Werley Pereira de, 25 jun. 2012).

A criação do Arquivo Público Vereador - Ivan José Lopes da Câmara Municipal de Montes Claros se justifica por essas razões e, por isso, apresenta sua contribuição à sociedade montes-clarenses. Portanto, esse Arquivo, nessa perspectiva, consiste na representação política da cidade, pois guarda a documentação produzida e/ou recebida no exercício das funções da Câmara Municipal. Entretanto, esse acervo apresenta embates políticos, culturais, sociais, econômicos e, muitas vezes, religiosos, estabelecidos de acordo com os interesses do(s) grupo(s) que ocupa o poder político e, conseqüentemente a(s) disputa(s) pelas memórias. Esse órgão de documentação, aparentemente, apenas armazena os documentos, todavia, as possibilidades de leitura(s) e interpretação(ões) desse acervo podem revelar nuances nunca imaginadas diante dos problemas colocados pelos historiadores a essas fontes.

As fontes escritas para qualquer pesquisa historiográfica, mas em especial neste estudo que coloca em movimento uma instituição arquivística, conforme nos orienta Marc Bloch (2002), - apesar de trazermos alguns desses documentos apenas em momentos específicos que nos permitem indagá-los sobre a temática proposta - fazem aliança entre si, a teoria e os conceitos, visando entender melhor nosso objeto de estudo: o Arquivo Público Vereador - José Ivan Lopes. As análises e, conseqüentemente a utilização das fontes nos trabalhos de História pertencentes a esse Arquivo, estão alocadas em um capítulo a parte, com o objetivo de mostrar o valor desse acervo, porém, constituem estudo no âmbito geral e compartilham todos os pontos trabalhados nesta tese. Ao trazer um depoimento, um jornal, uma revista, uma carta, uma lei, uma fotografia, enfim, todos os documentos na sua diversidade, a ideia é pensar nossa pesquisa no todo, aliando teoria, conceito e fonte, sem supervalorizar o documento escrito. O “gosto pelo arquivo” é uma das características do *metier* do historiador, contudo, menosprezar outras fontes constitui denegrir o seu ofício. Os rastros deixados pelo

homem são diversos e variados e devem ser apreciados e estudados pelo profissional da História que, por meio das suas indagações e problemas, conseguirá pensar sobre esse sujeito histórico imprevisível e arrebatador nas suas vivências.

Nesse sentido, é necessário historicizar nosso objeto de estudo, o Arquivo Público Vereador - José Ivan Lopes. Conhecê-lo nos permitiu lê-lo e explicá-lo melhor, percebendo-o, não apenas como uma entidade, mas como pessoas que estão experimentando-o e construindo-o nas suas atividades diárias de trabalho, apesar das adversidades e dificuldades e, assim preservando e interpretando documentos, que são vestígios do passado. Entender como, quando e para quê surgiu esse arquivo é importante para compreendermos sua origem e a necessidade da sua existência nesse lugar – Montes Claros - e instituição política – Câmara Municipal. Conhecer quais os interesses que perpassam sua criação e manutenção consiste em entender que há grupos preocupados com a história, ou parte dela. E saber que essa história também se encontra nos documentos guardados à sua mão, facilita os trâmites para sua oficialização. No entanto, há grupos com interesses diferentes que visitam e pesquisam o acervo dessa Instituição Arquivística. Historiadores, a partir das suas vertentes historiográficas se posicionam problematizando e questionando suas fontes; memorialistas narram a história escrita nesses documentos, porque não detêm a teoria e a metodologia indispensáveis à historiografia; políticos são enaltecidos com a leitura desse documentos; fiscalizam-se as atividades do poder executivo por meio dessa documentação, enfim, há uma imensidão de possibilidades para aqueles que visitam e consultam o acervo desse Arquivo.

Assim sendo, detalhes como: organização e funcionamento; problemas administrativos; política de transferência, recolhimento, avaliação, seleção e eliminação de documentos; quadro de pessoal; material para execução das atividades rotineiras; a edificação que abriga a Instituição e recursos orçamentários, não são apenas curiosidades simplórias, mas inquietações que precisam ser refletidas, analisadas e se constituem em disputas, especialmente nas relações de trabalho no âmbito interno institucional.

Dessa forma, será possível apreender ou não o Arquivo Público Vereador - José Ivan Lopes como informação e direito à memória dos montes-clarenses e/ou expressão cultural de Montes Claros como provoca o título deste capítulo. Colocadas essas inquietações que consistem em incômodos e conflitos constantes sobre o assunto, vamos, a partir das entrevistas realizadas com Maria Dalva Souto e Oliveira, Iara Maria Silva e Werley Pereira de Oliveira, servidores/trabalhadores do Arquivo Público Vereador - José Ivan Lopes, assim como a análise de legislações; vídeo para divulgação do referido órgão, das monografias de

Juliano Gonçalves Aquino e Wanderson Carvalho de Oliveira; dos livros “Manual Técnico de redação de documentos” e “Gestão de documentos: Plano de classificação e Tabela de temporalidade”, refletir sobre as políticas públicas de patrimônio documental de Montes Claros, tendo como referência o Arquivo da Câmara. Essas fontes nos permitiram conhecer melhor o Arquivo Público Vereador - José Ivan Lopes, nosso objeto de estudo.

O Arquivo Público Vereador - José Ivan Lopes existe oficialmente desde 28 de outubro de 2008, a partir da Lei nº 4.014 (ANEXO 1). Todavia, o Poder Executivo, através do Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Montes Claros - COMPHAC, em 2 de outubro de 1987, por meio da Lei nº 1.652, realizou o tombamento de bens culturais e naturais do Município de Montes Claros, entre eles, alguns documentos que constituem esse Arquivo. O patrimônio documental tombado a partir desta lei – nº 1.652 – é datado de 1831, contudo, refletindo no acervo acumulado até os dias atuais.

Em 1832 é instalada a primeira Câmara Municipal de Montes Claros⁴⁷ na Vila de Montes Claros de Formigas, e desde aquela época a Instituição já vem acumulando, por meio da produção e/ou recebimento, documentos que atualmente compõem o acervo documental do atual Arquivo Público Vereador - José Ivan Lopes. A história da criação e consolidação desse órgão na Câmara Municipal de Montes Claros foi lenta e gradual. Esse acervo acumulado naturalmente no decorrer do exercício das atividades do Poder Legislativo não foi sempre bem cuidado. Na verdade toda essa documentação era armazenada de forma inadequada, o que causou deteriorações significativas nos documentos. Maria Dalva Souto e Oliveira, Coordenadora Geral do Arquivo Público Vereador - José Ivan Lopes⁴⁸, em entrevista concedida no dia 25 de junho de 2012, relatou que,

Os documentos da Câmara era um verdadeiro amontoado de papéis. Ninguém sabia o que tinha e o que não tinha nesse monte de documentos. Mas em 95 [1995], Benedito Said, que era o presidente da Câmara na época, contratou duas professoras do curso de História pra organizar essa documentação. Não havia espaço adequado pros documentos e existia muitos deteriorados por causa das condições de acondicionamento. Foi em outubro desse mesmo ano que me contrataram para vir trabalhar aqui no Arquivo (OLIVEIRA, Maria Dalva Souto e, 25 jun. 2012).

⁴⁷ Conforme pesquisamos nos documentos do Arquivo da Câmara Municipal de Montes Claros não existe a ata de instalação da primeira Câmara. Todavia, encontramos a ata intitulada “Ata das eleições de vereadores para a Câmara Municipal da Vila de Formigas e de Juiz de Paz e suplente para este Distrito”, datada de 3 de junho de 1832. É interessante observarmos nesse documento que, nele, há o resultado das eleições, inclusive com o número de votos para cada vereador, mas não consta o nome do primeiro presidente da referida Câmara Pinheiro Neves.

⁴⁸ Maria Dalva Souto e Oliveira foi Coordenadora Geral do Arquivo Público Municipal Vereador - José Ivan Lopes de outubro de 1995 até dezembro de 2012. Em janeiro de 2013, com a posse dos novos vereadores para o mandato de 2013/2016 e com renovação da Mesa Diretora e presidência, a mesma não foi recontratada para assumir o referido cargo, estando ocupado no momento em caráter amplo.

De acordo com o testemunho de Maria Dalva Souto e Oliveira constatamos que, mesmo com o tombamento do acervo da Câmara Municipal em 1987, somente em 1995, diante da situação caótica que a documentação se encontrava, foram tomadas providências e cuidados em relação aos documentos acumulados desde 1832. Maria Dalva Souto e Oliveira informou-nos sobre as transformações no trato para com a documentação da Câmara Municipal:

Quando fui contratada pra trabalhar no Arquivo da Câmara [outubro de 1995] encontrei os documentos numa situação melhor, porque Said [Benedito de Paula Said, presidente da Câmara Municipal] tinha colocado duas professoras de História pra organizar esses documentos de forma sistêmica. Mas a organização delas não facilitava encontrar os documentos, então, mudei a forma de organizar os documentos. Coloquei na ordem cronológica e fui pegando as atas, projetos de lei, resoluções.... e fui colocando na ordem. Organizado desse jeito, quando qualquer pessoa chegava pra procurar um documento eu acabava achando rapidinho. Mas... isso demorou muito pra chegar nesse nível (OLIVEIRA, Maria Dalva Souto e, 25 jun. 2012).

O vídeo organizado por Iara Maria da Silva para ser apresentado, sobretudo aos estudantes, em visita ao Arquivo Público Vereador - José Ivan Lopes, também descreve e revela através de imagens, o estado em que a documentação se apresentava até 1995 e a iniciativa do presidente da Câmara da época em cuidar desse acervo documental:

Até 1995, os documentos encontravam-se em precárias condições, empilhados em estantes de madeira sem uma organização formal. Com o objetivo de preservar esse acervo, Benedito de Paula Said, Presidente do Legislativo nesse período, contratou duas professoras da área de História para organizar os documentos de forma sistêmica. Em outubro do mesmo ano foi também contratada a Senhora Maria Dalva Souto e Oliveira para dar continuidade ao trabalho de reestruturação e organização dos documentos visando atender com eficiência e eficácia os consulentes. Apesar das dificuldades com o manuseio de documentos deteriorados e, ainda, pela falta de espaço físico adequado, aos poucos, o Arquivo da Câmara foi obtendo um novo aspecto caracterizando-se como órgão de importância no âmbito interno e externo, tanto local como regional (SILVA, Iara Maria da, out. 2008).

O vídeo apresenta a fotografia do vereador e presidente da Câmara na época, Benedito de Paula Said⁴⁹ (ANEXO 2), enfatizando a iniciativa desse gestor público que se sensibilizou com o estado da documentação, assim como percebeu a importância desse acervo para o Poder Legislativo e a comunidade montes-clarense. Benedito de Paula Said, em entrevista conferida no dia 8 de outubro de 2012 via *e-mail*, reforçou a sua atuação, enquanto gestor

⁴⁹ Apresentamos como anexos uma pequena biografia de todos os vereadores citados no decorrer desse trabalho.

público e homem da imprensa montes-clarense, bem como o estado em que se encontrava a documentação da Câmara Municipal de Montes claros e que demandava interferência:

Fui vereador por dois mandatos consecutivos (1988 a 2006), tendo exercido também o papel de **secretário-adjunto de Educação** e **atuando na imprensa** (rádio, televisão e jornal) desde o ano de 1973. Na época em que fui presidente da Câmara Municipal (1995) **contratei duas especialistas⁵⁰ para resgatar documentos históricos do município, que estavam abandonados e consumidos pelo tempo.** Valiosos papéis históricos foram resgatados, catalogados (sic) após recuperação, sendo acondicionados em área específica na própria Câmara. O trabalho foi longo e moroso, mas foi possível, a partir daí, **resgatar documentos que mostravam o comportamento social através das épocas, assim como a função e ação pública dos gestores municipais.** Na legislatura posterior, o vereador Ivan José Lopes alugou um prédio adequado para abrigar os documentos, **hoje um arquivo muito visitado.** Na minha época como presidente, também criei um setor para arquivo em vídeo das autoridades ou personagens homenageadas pela Câmara, dando a elas a condição para deixar seu laegado (sic) para as gerações futuras. Esse projeto não se se (sic) foi adiante.
Said (Grifos nossos) (SAID, B. P. (bene.said@bol.com.br). Solicitação [Mensagem pessoal]. Mensagem recebida por filomena.joao.reis1996@gmail.com em 8 out. 2012).

Benedito de Paula Said no seu relato expõe que, como administrador público, o estado lastimável da documentação da Câmara Municipal o inquietava, provocando uma tomada de atitude, concretizada na contratação de professores de História, graduadas da Unimontes, para organizar o acervo. De fato, todos os servidores do Arquivo da Câmara Municipal de Montes Claros (Iara Maria da Silva; Maria Dalva Souto e Oliveira e Werley Pereira Oliveira) corroboraram que esse ato foi imprescindível para que o acervo documental da Instituição, apesar do seu abandono, literalmente existisse nos nossos dias (2013). A percepção de Benedito de Paula Said do valor desses documentos possibilitou que pesquisadores consultassem essa documentação posteriormente e (re)escrevessem a história ou as histórias de Montes Claros, pois, a partir da década de 1990, a procura pelo Arquivo da Instituição cresceu bastante, conforme abordaremos no III Capítulo.

Said ressalta que esses documentos, salvaguardados e estudados, podem “(...) mostrar o **comportamento social** através das épocas, assim como a **função e ação pública dos gestores municipais**” (grifos nossos) (SAID, B. P. (bene.said@bol.com.br). Solicitação [Mensagem pessoal]. Mensagem recebida por filomena.joao.reis1996@gmail.com em 8 out. 2012). O ex-vereador, quando na presidência da Câmara Municipal, entendeu que os documentos da Entidade são de interesse público e que possibilitam compreender o

⁵⁰ Benedito de Paula Said se refere a especialistas, dando a ideia de arquivistas, mas, na verdade, foram contratadas duas professoras de História graduadas pela Unimontes para organizar a documentação da Câmara Municipal, conforme relatam Maria Dalva Souto e Oliveira e Iara Maria da Silva no vídeo.

comportamento social, ou seja, explicar o universo social dos montes-clarenses ou pelo menos parte desse universo, bem como a atuação dos vereadores. Essa percepção é significativa, já que, na maioria das fontes pesquisadas, sobretudo oficial, alguns escritores sempre remetem à questão da “preservação da memória dos heróis que construíram a cidade” voltadas para o político. Said nos mostra a vertente da transparência pública que está e pode ser consultada nos documentos. Para a época, essa postura em relação à conservação e preservação de documentos em Montes Claros não é peculiar, porque há um descaso generalizado para com os documentos arquivísticos. Geralmente, a documentação é pensada e lembrada mais como “histórica” e não com o seu caráter administrativo, visando provar e comprovar a atuação de administradores públicos.

Retornando ao vídeo organizado por Iara Maria da Silva, as imagens de documentos amontoados e acondicionados em caixas de papelão ou mesmo soltos em estantes de madeira ou no chão, chamam a atenção para a gravidade da situação. Maria Dalva Souto e Oliveira em entrevista realizada no dia 22 de junho de 2012, descreveu sua apreensão em relação ao que fazer com esses documentos em estado precário: “A princípio muito nervosa, pois tinha que saber onde colocar cada documento, mas não podia descartar os documentos..., então, ... assim... estava sozinha e não sabia o que fazer com tanta coisa importante na minha frente e... não tinha com quem compartilhar essa aflição (OLIVEIRA, Maria Dalva Souto e, 22 jun. 2012).Esses relatos nos possibilitam verificar que a Câmara Municipal de Montes Claros demorou em perceber o significado dessa documentação, tanto para a administração como para a história da cidade.

No final da década de 1990, professores da Unimontes, ao iniciam a pós-graduação *stricto sensu*, procuram a Câmara Municipal de Montes Claros com o objetivo de obter informações por meio das fontes produzidas por essa Instituição, tal fato levou a Câmara a investir no Arquivo. Aliado a essa demanda em disponibilizar os documentos para pesquisa dos docentes, além da necessidade de organizar a documentação desse Arquivo e da própria Câmara Municipal precisar desse acervo de caráter administrativo, fiscal, legal e probatório para resolver suas necessidades cotidianas, era imprescindível que se adotasse novos procedimentos referentes a essa questão. Nesse sentido, e de acordo com o vídeo produzido por Iara Maria da Silva, o Presidente da Câmara, Ivan José Lopes (ANEXO 3), em 1996, percebendo que os documentos institucionais eram importantes para os moradores da cidade, pois, a procura pelo acervo tornou-se regular, sobretudo para pesquisas acadêmicas, “(...) criou o Anexo I da Instituição com o objetivo de armazenar essa documentação. O prédio

situado à avenida Doutor João Luiz de Almeida passou a ser a nova sede do Arquivo da Câmara Municipal de Montes Claros” (SILVA, Iara Maria da, out. 2008).

O Presidente da Câmara Municipal, na época, Ademar de Barros Bicalho (ANEXO 4), em 03 de julho de 2003⁵¹, conforme é relatado no vídeo de Iara Maria da Silva, transferiu a sede do Arquivo para:

(...) a Avenida Cula Mangabeira. A partir desta data, o Arquivo recebeu o nome de **Arquivo Público da Câmara Municipal - Vereador Ivan José Lopes**⁵², em homenagem àquele que foi um dos primeiros a perceber a importância de preservar a memória local por meio dos documentos produzidos e recebidos pela Instituição e disponibilizá-los para pesquisadores e a população em geral (Grifos nossos) (SILVA, Iara Maria da, out. 2008).

A transferência do acervo documental para esse prédio foi bastante significativa, pois consolidou o Arquivo da Câmara Municipal. Até então, o Arquivo encontrava-se em locais inadequados e sem visibilidade perante a população. A Avenida Cula Mangabeira⁵³, apesar de não estar localizada na área central da cidade, é uma rua de grande trânsito que interliga bairros como o Major Prates – um dos maiores da cidade –, Cândida Câmara, Sagrada Família, Santo Expedito, Vila Guilhermina e a BR 365 e que também conduz a pontos comerciais de grande movimento, como a rodoviária, o *Shopping Center*, entre outros. Essa nova localização e a placa com o nome do Arquivo afixada na porta do prédio possibilitaram maior destaque e visibilidade à instituição. O antigo local em que se encontrava instalado o Arquivo não oferecia condições apropriadas para a guarda do acervo⁵⁴, portanto, aquele novo espaço era uma grande conquista. De acordo com Iara Maria da Silva, em entrevista concedida no dia 25 de junho de 2012:

⁵¹ Parte dos documentos da Câmara Municipal de Montes é tombado em 1987. O Arquivo da Câmara Municipal de Montes Claros começa a se organizar em 1995 com a colaboração das professoras de História, no entanto, esse acervo já é pesquisado por estudantes de pós graduação *stricto sensu*. Devido a sua importância, os presidentes da Câmara, vão procurando espaço para armazenar e disponibilizar essa documentação. O que verificamos é que o referido Arquivo existe de fato, recebendo, inclusive a denominação de Arquivo Público da Câmara Municipal - Vereador Ivan José Lopes de acordo com a Lei nº103, de 12 de dezembro de 2002, mas não de direito, pois a lei de sua criação é de Lei nº 4.014, de 28 de outubro de 2008. Esse capítulo também discorre sobre essa questão.

⁵² CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS. Lei nº103, de 12 de dezembro de 2002, que denomina Arquivo Público da Câmara Municipal - Vereador Ivan José Lopes. Montes claros, 12 dez. 2002. Projeto apresentado pelo Vereador Ademar de Barros Bicalho, apreciado e aprovado pelos demais vereadores do período.

⁵³ Ver sobre a Avenida em: SILVA, Renata Priscila da. *As relações sociais da Rua Travessa Cula Mangabeira na formação do bairro Santo Expedito*. 81 f. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Estadual de Montes Claros, 2011.

⁵⁴ Ver sobre as condições positivas e negativas do prédio em: CORDEIRO, Filomena Luciene. *A cidade sem passado: políticas públicas e bens culturais de Montes Claros – um estudo de caso*. Montes Claros: Unimontes, 2006. p. 109-110.

Os espaços que vamos conquistando com o tempo revela que a Câmara, de certa forma, preocupa com o Arquivo. Sair de uma pequena sala e ir para um prédio como o da Cula Mangabeira foi um grande passo que nós demos. Esse prédio apresentava condições impróprias, mas era um lugar com espaço que dava para colocar os documentos, receber as visitas para pesquisar e também um lugar pra a gente trabalhar. Ficar a beira da Avenida não é uma coisa boa, por causa da poeira do asfalto, dos carros..., mas o Arquivo tinha um lugar que era dele agora. Isso era motivo para comemorar (SILVA, Iara Maria da, 22 jun. 2012).

As fotografias abaixo retratam a magnitude do evento “Inauguração do Arquivo Público da Câmara Municipal na Avenida Cula Mangabeira”, ocorrida em 3 de julho de 2003. Essas constituem documentos que compõem o referido dossiê sob guarda no Arquivo da Câmara e constam diversas imagens que possibilitam análises interessantes. Selecionamos essas fotografias com o objetivo de mostrar como o evento foi revestido de grandeza, contando com a presença de várias autoridades como: Jairo Ataíde (Prefeito Municipal na época), Gil Pereira (Deputado Estadual), Paulo Guedes (Deputado Estadual), Elias Siuf (Professor e jornalista), Athos Avelino (Deputado Estadual), Ana Maria Rezende (Deputada Estadual), Manoel Silveira (Assessor de Ivan José Lopes), Ivan Lopes (Vereador), Aurindo Ribeiro (Vereador), José Marcos Martins Freitas (Vereador), Antônio Cordeiro (Prefeito de Coração de Jesus), Benedito Said (ex-vereador, professor e jornalista), Jamil Abib Curi (Presidente da Construtora PAVISAN na época), além de outras pessoas e parentes de Ivan José Lopes - o homenageado -, como Maria Assunção Lopes (irmã e professora da Unimontes).

Além da presença de autoridade locais e regionais, a grandiosidade do evento se revelou com a participação da Banda de Música do 10º Batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais e com o Coral de Música Lorenzo Fernandez, que reforçaram a distinção do acontecimento. Esse evento marcou uma nova fase para o Arquivo da Câmara Municipal, para os que trabalham no órgão, para os consulentes e, principalmente para a Instituição, pois os documentos que estão sob sua custódia ganharam um espaço melhor e mais apropriado para tal fim.



Figuras 5, 6, 7 e 8: Inauguração da sede do Arquivo Público da Câmara Municipal na Avenida Cula Mangabeira.
Fonte: Fotografias do acervo do Arquivo Público Vereador - Ivan José Lopes.

O cerimonial, cujo roteiro encontra-se no dossiê de inauguração, ocorreu tanto na Câmara Municipal como na nova sede do Arquivo. A placa de inauguração foi descerrada e acima dela foi colocada a fotografia do Vereador Ivan José Lopes, cujo nome foi dado ao Arquivo como forma de homenageá-lo. Algumas autoridades discursaram e Maria Dalva Souto e Oliveira declamou uma poesia. O vereador Ademar Bicalho, presidente da Câmara Municipal na época, no seu discurso falou da importância desse órgão e dos documentos que ele guarda, bem como a lembrança que suscitará ao vereador homenageado:

O arquivo que leva seu nome [Ivan José Lopes], **tem a história política do município**. É uma **inesgotável fonte de pesquisas** de grande importância para a população. Como presidente, tenho a honra de **inaugurá-lo e oficializar o nome do inesquecível e saudoso**⁵⁵ **amigo Ivan Lopes** (Grifos nossos) (BICALHO, 23 jul. 2003).

Interessante notarmos que, tanto Benedit Said como Ademar Bicalho, dizem saber da relevância do Arquivo, principalmente como “lugar de memória” da história política do Município. Diante dessas afirmações nos intriga as posturas de outros presidentes da Câmara que não tomaram iniciativas para manter esse espaço nos moldes exigidos, ou pelo menos em parte, pelas normas arquivísticas.

Ressaltamos que, historicamente, é nesse momento - 3 de julho de 2003 - que se oficializa o nome do Arquivo como Arquivo Público Vereador – Ivan José Lopes. O referido órgão de documentação passa a ter uma sede, um nome, mas, oficialmente ainda não fora criado. Essa criação somente ocorrerá em 28 de outubro de 2008, através da Lei nº 4.014.

A imprensa, especificamente o boletim informativo da Prefeitura Municipal de Montes Claros, “INFORME ASCOM”, relata o acontecimento e, por meio das palavras do vereador Ademar Bicalho, faz as seguintes observações acerca dos documentos da Câmara Municipal: “O Arquivo da Câmara Municipal de Montes Claros, organizado e farto de documentos, constitui uma referência para quem se dedica a estudar a história da cidade e mesmo da região” (PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS. INFORME ASCOM, jun. 2003, n.15, ano 2, p.01). O Jornal de Notícias revela que o momento foi propício a distribuição de “*Medalhas e inaugurações movimentaram a Câmara*”, ressaltando que “O arquivo funciona em prédio alugado na Avenida Cula Mangabeira e tem vasta história política da cidade” (JORNAL DE NOTÍCIAS, 5 jul. 2003).

⁵⁵ Ivan José Lopes morreu em Belo Horizonte, Minas Gerais, em 01 de fevereiro de 2002, sendo enterrado em Montes Claros em 2 de fevereiro de 2002.



Figuras 9 e 10: Sede do Arquivo Público da Câmara Municipal na Avenida Cula Mangabeira: fachada e depósito de documentos, respectivamente (2004).
Fonte: Fotografias de Filomena Cordeiro e acervo do Arquivo Público Vereador - Ivan José Lopes

A Gazeta Norte Mineira, em reportagem datada de 7 de junho de 2003, intitulada “*História da cidade está garantida, disse presidente*” no Caderno Política narrou:

(...) a importância de não deixar a história da cidade sem ser devidamente cuidada e arquivada, pois um **povo sem história é um povo sem memória**, e não se pode deixar de **reverenciar aqueles que souberem dar a vida pela nossa cidade**, e o mínimo que podemos fazer é **guardar esses feitos para que a posteridade possa aplaudir os seus heróis**. Hoje nós podemos nos **orgulhar dos nossos benfeitores**, mas isso é devido a **história deles estarem guardadas e recuperadas e todos podem ter acesso** a tudo que foi feito desde quando Montes Claros era conhecida como Arraial das Formigas (Grifos nossos) (GAZETA NORTE MINEIRA, 7 jun. 2003, s.p.).

A reportagem do referido jornal enfatizou a relevância de guardar esses documentos em um local apropriado, onde seriam cuidados e arquivados, pois “(...) um povo **sem história** é um povo **sem memória**” (Grifos nosso) (GAZETA NORTE MINEIRA, 7 jun. 2003, s.p.). A ênfase na preservação da história e da memória está vinculada a “(...) **reverenciar** aqueles que souberem **dar a vida** pela nossa cidade” (Grifos nosso) (GAZETA NORTE MINEIRA, 7 jun. 2003, s.p.). Pressupõe-se, diante desse discurso que, “aqueles que deram a vida por Montes Claros” são os políticos, pois, o Arquivo da Câmara Municipal tem a custódia da documentação do Poder Legislativo, ou seja, constituiu um acervo que contém os atos dos vereadores e da administração da Instituição geridos por eles.

Entretanto, além dos políticos que realizaram “(...) **feitos** para que a posteridade possa aplaudir” (Grifo nosso) (GAZETA NORTE MINEIRA, 7 jun. 2003, s.p.), transformando-os em “(...) **heróis**” (Grifo nosso) (GAZETA NORTE MINEIRA, 7 jun. 2003, s.p.), inquietações neste estudo, como a ausência da percepção da construção da cidade por seus moradores torna-se latente e visível. Afinal, a cidade pertence a todos os moradores, uma vez que são eles quem a edificam por meio das suas vivências no dia a dia. Essa cidade não pode ser só concebida de pedra e cal⁵⁶, mas das experiências dos seus moradores, trabalhadores diuturnos na sua construção, desconstrução e reconstrução, morando e experimentando as relações sociais nas práticas cotidianas do conviver, do trabalhar, do morar, do comer, do lazer, do existir, enfim, do viver. Montes Claros que, de povoado se tornou arraial, vila e cidade, hoje cidade de porte médio, deve se “(...) orgulhar dos nossos **benfeitores**, mas isso é devido a história deles estarem guardadas e recuperadas” (Grifos nosso) (GAZETA NORTE MINEIRA, 7 jun. 2003, s.p.) no Arquivo Público Vereador - Ivan José Lopes.

⁵⁶ Alusão a: FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

O termo benfeitor nos dicionários consultados tem como sinônimo “Aquele que faz o bem ou benefícios” (FERREIRA, 2001, p. 95), “Caritativo, caridoso; protetor” (BUENO, 1996, p. 98). Ao usar o termo benfeitor, o jornal Gazeta Norte Mineira manifesta no seu texto uma população montes-clarense que vive da benevolência de alguém caridoso, bom e protetor. Dessa forma, percebemos que o jornal não leva em consideração as lutas diárias dos moradores da cidade pela sobrevivência no mundo do trabalho, do bairro, da vizinhança, da falta d’água, luz, esgoto, transporte, emprego, por fim, das condições básicas para viver. O jornal Gazeta do Norte na sua escrita evidencia que esses protetores são os políticos - os prefeitos e vereadores -, cujos documentos estão no Arquivo da Câmara. Os feitos – caridade, bondade, beneficência e proteção - estão relatados nos documentos e guardados no Arquivo da Instituição para que possam ser registrados e divulgados. No entanto, verificamos que esses documentos também abordam a periferia que vive, conforme depoimentos colhidos, sem a assistência desses “heróis” através dos abaixo-assinados e cartas aos vereadores pedindo asfalto, instalação de água, luz e esgoto.

Maria Antônia Aragão Fagundes em entrevista realizada no dia 17 de setembro de 2011, e Almerindo Cordeiro, entrevistado em 20 de maio de 2012, moradores do bairro Santos Reis, periferia de Montes Claros, informaram,

O bairro Santos Reis num é nem a metade do que é hoje. Nós num tinha água, esgoto, luz... tanta coisa a gente precisava. Tudo isso tinha no centro da cidade, mas aqui... pra conseguir foi uma peleja. Em 80 [1980] que começou a melhorar... devagarzinho, muito devagarzinho. Nossa vida foi uma peleja. Ocê acha que algum político vinha aqui nos confortar? Trazer água que nós tinha que pegar era lata na cabeça [põe a mão na cabeça], encher tambor de água todo dia... Ocê acha que era de vez em quando? Não... num era não... Era uma vida muita sofrida a nossa... hoje que entendo melhor quem era esses político. Eles acha que a gente é besta... somo não... (FAGUNDES, Maria Antônia Aragão, 17 set. 2011).

Eu vim pra Montes Claros pela primeira vez em 50 [1950]. Vim cum meu pai da Bahia... de Mortugaba... Gente foi uma eternidade chegar em Ibiaí... pra onde eu ia... passei aqui em Montes Claros pra ir pro Ibiaí. Vim pra ir morar em Ibiaí e tinha sete anos na época. Demoramo uma semana... parece até que foi mais... Chegamo na rodoviária que ficava, onde hoje é o quarteirão do Povo, sabe onde fica a loja [Loka] das meninas de Hilda? Era por ali a rodoviária, depois é que mudou pra perto da estação. Ficamo numa pensão uma semana esperano o ônibus pra ir pra Ibiaí... Montes Claros era grande naquela época pra nós. Em 60 [1960] vim morar aqui definitivo... trabaiá no Frigonorte. No Santos Reis nessa época, nenhum político nem pisava... água... Maria [sua esposa] pegava era lata d’água todo dia... luz era uma escuridão, mesmo o centro da cidade, tinha era uma luz fraquiiiiiinha que apagava, acho que nove horas ou meia noite, num me lembro. Banheiro... era privada mesmo... daquelas que tem fossa... condição nenhuma. Mas devagar fomo construino nossa casa, melhorano nossa vida... mas num foi fácil não... (...) Hoje vejo político aí dizem que troxe asfalto, água, luz... isso e aquilo pro bairro, hun... [resmungo] isso tudo foi nós que pagamo imposto... quantas vez eu e os vizinho aqui

arrumava a rua? Num foi uma nem duas vez não (CORDEIRO, Almerindo, 20 maio 2012).

Os relatos acima demonstram que os políticos de Montes Claros, “heróis” enaltecidos pela imprensa montes-clarense e nos discursos, quando da inauguração da sede do Arquivo da Câmara Municipal, não se confirmam na voz de alguns moradores da cidade. Almerindo Cordeiro no seu depoimento lembrou-se de vereadores, que também eram moradores do bairro Santos Reis:

Messias foi o primeiro vereador daqui mesmo do Santos Reis em... [tenta lembrar a data] 1967. Ele era do MDB [Movimento Democrático Brasileiro]. Na época tinha só dois partido político no Brasil... era a ARENA [Aliança Renovadora Nacional] e o MDB. O ARENA era o partido do governo e o MDB era a oposição. Nessa época, as coisa era feia. A gente fazia de conta que num entendia nada, ainda mais quem tinha famia... se meter em política com fio pra criar era complicado nessa época. Messias foi bom vereador, mas ele não ganhava nada [remuneração]. Arumou um serviço fora e acabou saindo da política. Ai veio o irmão dele, mas ele [Adão Machado] foi em 80 [década de 1980]. Teve Conrado também... esse era do povo... Aldair do PT [Partido dos Trabalhadores] e Prislino também (CORDEIRO, Almerindo, 20 maio 2012).

Manoel Messias Machado confirma o depoimento de Almerindo Cordeiro,

Fui a primeira pessoa com residência e domicílio no bairro Santos Reis a ser eleito vereador à Câmara Municipal de Montes Claros. Eleito em 1966 e posse em 1967, pelo partido Movimento Democrático Brasileiro - MDB. Depois vieram os vereadores José Adão Machado, Conrado Pereira dos Santos, Aldair Fagundes e Sebastião Prislino. (...) A classe política do Município, jamais imaginava que uma pessoa humilde, desprovida de recursos financeiros, moradora do Santos Reis (ou malhada como muitos o chamava), pertencente a um partido de oposição, ainda estudante de contabilidade, chegasse a ser eleita vereador desta cidade. Para o cargo de vereador até então era privilégio dos chamados coronéis políticos que se impunham por intermédio de poder financeiro ou pela ocupação de destacados cargos conseguidos com favores políticos. (...) Naquela época, ou seja, anos sessenta, o Brasil estava submetido a uma ditadura militar, que amedrontava toda população, especialmente as classes estudantil e a política. Neste espectro, sinto-me honrado por ter ajudado a cidade e região a mudar o conceito de representação política, onde as pessoas humildes e de pequeno poder aquisitivo pudesse representar seu povo nas Câmaras legislativas e mesmo no poder executivo. (...) (MACHADO, 22 set. 2011- Texto manuscrito).

Manoel Messias Machado relatou os motivos que o levaram a se candidatar a vereador de Montes Claros, como representante do bairro Santos Reis,

O Santos Reis era um bairro muito carente em termos de serviço público. Não tinha água canalizada, não tinha rede de esgotos, algumas ruas sem iluminação pública, ruas empoeiradas e sem asfalto ou qualquer calçamento. A via de acesso para o centro da cidade, entre Santos Reis e o bairro Vila Brasília não tinha luz elétrica e outras carências. Por isto, o povo do bairro, através da Associação dos Amigos do

Bairro Santos Reis, pleiteava alguém para concorrer ao cargo de vereador e ter assim seu porta-voz na Câmara Municipal e mais força para reivindicar junto à Prefeitura de Montes Claros. Quando surgiu a criação do partido MDB, facilitou a pretendida candidatura. Outros nomes como José Arnaldo, Geraldo Figueira e outros foram propostos. Como estas pessoas indicadas não aceitaram, resolvi assumir o desafio. A candidatura foi bem aceita pelos eleitores do bairro, (...) Aos 23 anos fui eleito, tornando um dos mais jovens vereador à Câmara Municipal de Montes Claros (MACHADO, 22 set. 2011- Texto manuscrito).

Conforme se verifica, o bairro Santos Reis possuía uma população que estava atenta aos interesses locais e preocupados em reivindicar às autoridades o que lhes era de direito. Ainda hoje a participação política dos moradores do bairro Santo Reis é notória. Desta forma, podemos constatar que o Arquivo Público Vereador - Ivan José Lopes guarda documentos que trata não apenas de “heróis” - políticos como, vereadores e prefeitos -, mas também de pessoas comuns que reivindicam condições básicas para a sua sobrevivência. Para tanto, especialmente historiadores, basta fazer (re)leituras e (re)interpretações desse acervo para emergir “outras histórias e memórias”, bem como vascular essa documentação para se deparar com reivindicações populares, correspondências e memoriais que trazem à tona a outra face da política, a população.

Em 2003, a Câmara Municipal de Montes Claros, ao realizar concurso público, estabelece o cargo de Assistente Operacional/Arquivista. Além da instalação da nova sede, o concurso público foi também uma importante conquista para a consolidação do Arquivo Público Vereador - Ivan José Lopes. O concurso público disponibilizou três vagas, ou seja, servidores para lotação no Arquivo, alterando positivamente o quadro de pessoal. Até o período de 2003, o Arquivo da Câmara Municipal contava apenas com Maria Dalva Souto e Oliveira, que fora contratada desde 1995, para organizar os documentos. Foram aprovados no concurso e assumiram o cargo: Werley Pereira de Oliveira, Iara Maria da Silva e Rodrigo Silva⁵⁷. Esse fato é marcado na memória dos trabalhadores do Arquivo da Câmara Municipal, conforme podemos constatar nos depoimentos de Maria Dalva Souto e Oliveira, Werley Pereira de Oliveira e Iara Maria da Silva respectivamente:

Werley e Iara são funcionários efetivos, eles não estão de passagem, por isso o cuidado que eles têm com os documentos. Me lembrei!!! Sherley foi a primeira servidora efetiva a trabalhar no Arquivo, depois ela foi transferida para outro Setor da Câmara. Foi uma das melhores coisas que o vereador Ademar Bicalho fez foi fazer o concurso para cargos no Arquivo. O concurso vem acabar com essa ideia de que é cabide de emprego (OLIVEIRA, Maria Dalva Souto e, 25 jun. 2012)

⁵⁷ Rodrigo Silva não se encontra trabalhando mais no Arquivo, pois foi aprovado em outro concurso e exonerou-se do cargo na Câmara Municipal de Montes Claros. Ver em: CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS. *Dossiê concurso público*. Montes Claros, 2003.

Vale ressaltar que somos servidores efetivos lotados no Arquivo da Câmara. Fizemos concurso público... quando chegamos aqui, Dalvinha já estava e foi quem nos recebeu e ensinou o que fazer na época. Ter servidor efetivo no Arquivo é uma grande conquista. Nós estamos aqui por mérito e não por fazer parte de cabide de emprego (OLIVEIRA, Werley Pereira de, 22 jun. 2012).

Eu cheguei depois de Werley e Rodrigo. Tomei posse depois. Quando cheguei como servidora concursada, encontrei quem me ensinasse o trabalho. Depois de seis meses... aí teve aquele projeto na Unimontes (...) onde fui aprender técnicas de arquivo. Não estamos aqui no Arquivo de passagem, mas é o nosso local de trabalho, estamos lotados nesse Setor. Isso é diferente (SILVA, Iara Maria da, 22 jun. 2012).

Os trabalhadores do Arquivo da Câmara também expuseram como fator significativo, o convênio⁵⁸ celebrado, em 2004, entre a Câmara Municipal de Montes Claros e a Unimontes. Esse convênio ocorreu com o intuito de organizar, microfilmar, digitalizar e disponibilizar documentos da administração pública da cidade. A DPDOR da Unimontes tinha sob sua custódia documentos da Prefeitura Municipal de Montes Claros que foram doados em 1992 pela Divisão de Patrimônio Histórico/Divisão de Preservação e Promoção do Patrimônio Cultural de Montes Claros/Secretaria Municipal de Cultura⁵⁹. Após avaliação, verificou-se que essa documentação se apresentava fragmentada, caracterizando-se como coleção⁶⁰. Com o objetivo de transformar esse acervo em fundo⁶¹, a DPDOR articulou o convênio com a Câmara Municipal que possuía tanto documentos da Câmara, como da Prefeitura. Para desenvolver esse projeto, a DPDOR/ Unimontes teve o apoio financeiro da FAPEMIG. Esse projeto foi importante para o Arquivo da Câmara, segundo relata Iara Maria da Silva,

(...) porque acabei aprendendo técnicas arquivísticas, coisa que não sabia que existia. Fiquei um ano na Unimontes e aprendi muita coisa... e a partir dessa experiência, que foi muito rica... por sinal eu pude trazer algum conhecimento técnico como organizar e higienizar documentos pro Arquivo da Câmara (SILVA, Iara Maria da, 22 jun. 2012).

Esse projeto teve início na presidência do Vereador José Maria Saraiva (ANEXO 5) e culminou, segundo consta no vídeo de Iara Maria da Silva, com “(...) a inauguração do projeto

⁵⁸ UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS. *Convênio entre Universidade Estadual de Montes Claros e Câmara Municipal de Montes Claros*. Montes Claros, 2005. (Documento sob custódia da DPDOR)

⁵⁹ Esse Termo de Doação encontra-se na pasta “Termos de Doações” da DPDOR/Unimontes em seu arquivo corrente, móvel de quatro gavetas que se encontra na parte administrativa do Setor.

⁶⁰ Coleção: “Conjunto de documentos reunidos aleatoriamente, sem relação orgânica entre si, em oposição à formação típica de *acumulação*” (CASTILHO, Ataliba Teixeira de (Org.). *A sistematização de arquivos públicos*. Campinas, SP: Unicamp, 1991. p. 118).

⁶¹ Fundo: “Unidade principal do quadro de arranjo, correspondendo a cada arquivo” (CASTILHO, Ataliba Teixeira de (Org.). *A sistematização de arquivos públicos*. Campinas, SP: Unicamp, 1991. p. 126). E ainda, “1. A principal unidade de arranjo estrutural nos arquivos permanentes, constituída dos documentos provenientes de uma mesma fonte geradora de arquivos. 2. A principal unidade de arranjo funcional nos arquivos permanentes, constituída dos documentos provenientes de mais de uma fonte geradora de arquivo reunidas pela semelhança de suas atividades, mantido o princípio da proveniência” (PAES, Marilena Leite. *Arquivo: teoria & prática*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1986. p. 9).

denominado ‘Acervo da memória pública de Montes Claros’ com o Vereador Sebastião Ildeu Maia (ANEXO 6), ocorrida no dia 16 de outubro de 2005, em comemoração ao ‘Dia do Município’.” (SILVA, out. 2008).

Em 2008⁶², o vereador Coriolando da Soledade Ribeiro Afonso (ANEXO 7), presidente da Câmara na época, preocupado em reestruturar e modernizar a Instituição, bem como sensibilizado com a preservação documental e ciente da transparência administrativa por meio da documentação organizacional, implementa medidas nesse sentido. Para tanto, cria a Escola do Legislativo⁶³ e transfere a sede do Arquivo da Câmara para a Avenida Afonso Pena, no Edifício Presidente Tancredo Neves – EPTAN. Coriolando da Soledade Ribeiro Afonso na apresentação do livro “Gestão de Documentos: Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade” demonstra conhecimento acerca do papel do Arquivo para a Administração e a história da cidade, assim como foi demonstrado por Benedito Said e Ademair Bicalho, citados anteriormente. Coriolando da Soledade Ribeiro Afonso relata que,

As transformações político-econômicas, no decorrer do tempo, ampliaram a máquina administrativa e consolidaram a burocracia legislativa municipal. Conseqüentemente, cresceu o volume de documentação produzida e recebida pela Câmara Municipal, ampliando as funções do Arquivo e a necessidade de sua sistematização. A idéia de se implantar o Projeto do Sistema de Arquivos e Gestão de Documentos da Câmara Municipal de Montes Claros nasceu, sobretudo da necessidade de se organizar a grande massa documental acumulada pela Instituição, obedecendo à teoria das três idades do documento: corrente, intermediária e permanente. Este projeto teve como objetivo principal desenvolver uma política arquivística adequada à realidade da Instituição e compatível com a necessidade de agilização da informação e de eficiência administrativa promovendo a interação e a integração das diferentes fases da gestão de documentos preservando a memória Institucional e Regional. Que a contribuição da Câmara Municipal à sociedade Montesclarenses possa ser instrumento de ligação do passado-presente-futuro, e que a semente, agora plantada, possa render frutos para numerosas gerações (AFONSO, In: CORDEIRO *et al*, 2008, p. 8).

⁶² Em 2008 foi aprovada a Lei nº 4.014, de 28 de outubro de 2008, que cria o Arquivo do Legislativo, bem como foi elaborado o Manual de Redação Técnica dos Documentos, o Plano de Classificação de Documentos e a Tabela de Temporalidade da Câmara Municipal de Montes Claros e o Regulamento do Arquivo Público Municipal Vereador - José Ivan Lopes. Todas essas atividades foram executadas por meio do projeto denominado “Implantação do sistema de arquivos e gestão de documentos da Câmara Municipal de Montes Claros”.

⁶³ “A Escola do Legislativo da Câmara Municipal de Montes Claros foi criada pela Lei nº 3.880, de 17 de dezembro de 2007, e tem como objetivo criar um espaço de aprimoramento profissional para vereadores e servidores do Legislativo, oferecer ações que promovam a educação para a cidadania e de fortalecimento do Poder Legislativo regional. Dentre os objetivos da Escola do Legislativo estão a de implementar ações para a capacitação e atualização de agentes políticos e públicos; desenvolver projetos de educação para a cidadania, promovendo a interação do Poder Legislativo com escolas, faculdades e sociedade civil; viabilizar projetos de atendimento ao cidadão e implementar e consolidar parcerias internas e externas. A Escola do Legislativo de Montes Claros funciona na avenida Dr. João Luiz de Almeida, 719, Vila Guilhermina. O projeto mantém constantes ações junto à população” (CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS. Escola do Legislativo. Disponível em: <<http://www.cmmoc.mg.gov.br/index.php/escola-do-legislativo>>. Acesso em: 8 jul. 2012).



Figuras 11, 12 e 13: Sede do Arquivo Público da Câmara Municipal no Edifício EPTAN: fachada, hall e depósito de documentos (2009), respectivamente.
 Fonte: Fotografias de Filomena Cordeiro e acervo do Arquivo Público Vereador - Ivan José Lopes

Essa percepção do então presidente da Câmara, Coriolando da Soledade Ribeiro Afonso, evidencia que o administrador geral de qualquer instituição arquivística deve se sensibilizar para as questões relativas ao patrimônio documental para que assim medidas possam acontecer concretamente, melhorando a situação dos arquivos. Ao afirmar isso não subestimamos, por exemplo, a atuação dos trabalhadores do Arquivo da Câmara, que procuraram o presidente e manifestaram a realidade do órgão de documentação, como podemos observar no depoimento de Werley Pereira de Oliveira:

Fomos [Werley Pereira de Oliveira, Iara Maria da Silva e Maria Dalva Souto e Oliveira] até Cori [Coriolando da Soledade Ribeiro Afonso] para dizer da nossa angústia com a mudança de prédio do Arquivo. **Aonde estavam nos levando era um lugar impróprio para os documentos. Manifestamos por escrito, colocamos todas as nossas reivindicações para que ele tomasse ciência de que o que estava acontecendo não era o certo para o Arquivo.** Nos colocaram em um lugar com piso grosso... num porão!!! Ficamos muito tristes. **Tivemos embates terríveis** com Cori, mas ele sempre nos escutou e devagar foi nos entendendo... até que dizemos da importância de fazer a gestão de documentos e ele concordou em fazer. Essa foi de fato uma grande vitória. Pena os outros presidentes que seguiram não ter dado continuidade... mas estamos na luta (...) (grifos nossos) (OLIVEIRA, Werley Pereira de, 25 jun. 2012).

De acordo com os relatos de Werley Pereira de Oliveira, Iara Maria da Silva e Maria Dalva Souto e Oliveira, a gestão documental na Câmara Municipal foi resultado de muitos embates difíceis, período quando todos aprenderam e decidiram fazer o que seria melhor para a instituição e para o Arquivo. Contudo, as administrações da presidência da Câmara Municipal de Montes Claros de 2009 a 2010 e 2011 a 2012, Athos Mameluque (ANEXO 8) e Valcir da Ademoc (ANEXO 9) respectivamente, não deram prosseguimento às atividades iniciadas na gestão anterior. Desta forma, esses presidentes, mesmo tendo encontrado a gestão documental⁶⁴ já encaminhada, não deram continuidade ao processo, o que prejudicou, sobremaneira, os procedimentos sequenciais. Werley Pereira de Oliveira abordou esse assunto em entrevista do dia 22 de junho de 2012:

Cori [Coriolando da Soledade Ribeiro Afonso] deu o primeiro passo, mas... os outros presidentes teriam que continuar com as atividades da gestão de documentos. Tamo com o plano de classificação e a tabela de temporalidade pronta, mas não podemos fazer nada sem o apoio da presidência. Fomos [Werley Pereira de Oliveira, Iara Maria da Silva e Maria Dalva Souto e Oliveira] conversar com Athos [Mameluque] e depois Valcir [da Ademoc]... eles até nos ouviram, levamo

⁶⁴ Gestão documental: “Conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes a sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente, intermediária e permanente” (BRASIL. Presidência da República. *Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991*. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Brasília, 8 jan. 1991).

documento dizendo o que era necessário fazer, mas ficou nisso mesmo. Hoje considero assim ... 2009 a 2010 o Arquivo parou... de 2011 a 2012 está voltando pra trás (OLIVEIRA, Werley Pereira de, 22 jun. 2012).

Iara Maria da Silva no seu depoimento em 25 de junho de 2012 também tratou sobre esse tema:

Foi tão difícil chegar aqui... Ficamos 2008 trabalhando nesse projeto da gestão documental e a gente tava muito feliz porque pensamos que as coisas agora no Arquivo iam andar. Mas parou... Essa mudança pra esse prédio [Avenida Dr. João Luiz de Almeida, nº 719, Vila Guilhermina] mesmo... Temos que avaliar os documentos pra saber o que eliminar, mas não temo como fazer... até tem pessoas que estão destinadas pra cá⁶⁵ [para o Arquivo], mas cadê? (...) (SILVA, Iara Maria da, 25 jun. 2012).

A análise de Werley Pereira de Oliveira e Iara Maria da Silva revelou que as questões relativas ao Arquivo Público Vereador - José Ivan Lopes são bastante complexas, tensas e conflituosas no âmbito interno, apesar de não parecer. Os trabalhadores do Arquivo da Câmara, por conhecerem as necessidades da entidade, tomam iniciativas para que as atividades no órgão andem da melhor maneira possível, entretanto, a administração geral não as tem como prioritárias.

As presidências da Câmara Municipal deveriam assumir o compromisso de prosseguir as atividades e demandas do Arquivo Institucional, no entanto, isso não acontece, e os trabalhadores lotados nesse setor ficam sem perspectivas, convivendo com uma rotina enfadonha e prejudicial, conforme declara Iara Maria da Silva: “(...) Como não podemos continuar com a gestão de documentos, vamos fazendo nossas atividades rotineiras” (SILVA, Iara Maria da, 22 jun. 2012).

Em 2011, as instalações do Arquivo da Câmara sofrem mudanças novamente. O Arquivo Público Vereador - José Ivan Lopes foi transferido para a Avenida Dr. João Luiz de Almeida, nº 719, na Vila Guilhermina, juntamente com a Escola do Legislativo. Novamente, os trabalhadores do Arquivo têm que lidar com questões, não somente relativas à mudança de espaço físico, que significa transladar todo o acervo com os devidos cuidados e demandas de esforço físico, mas a localização geográfica e as condições físicas do lugar que não são adequadas para o funcionamento de um órgão de documentação.

⁶⁵ Conforme nos relatou Iara Maria da Silva e Werley Pereira de Oliveira os cargos comissionados de coordenação de acordo com a estrutura do Arquivo estão preenchido, todavia, as pessoas que os ocupam encontram-se desviados das funções. Esses cargos comissionados estavam previstos para servidores efetivos, no entanto, estão nas mãos de pessoas que não fazem parte do quadro funcional concursado e efetivo da Instituição. (ANEXO 10)



Figuras 14, 15 e 16: Sede do Arquivo Público da Câmara Municipal na Avenida Dr. João Luiz de Almeida (2012), respectivamente: fachadas e interior.
 Fonte: Fotografias de Filomena Cordeiro e acervo do Arquivo Público Vereador - Ivan José Lopes

Werley Pereira de Oliveira em entrevista concedida no dia 25 de junho de 2012, revelou a sua frustração em relação aos encaminhamentos atuais para o Arquivo da Câmara,

Problemas administrativos que encontramos é... são os clássicos que encontramos com todos os arquivo. **Estrutura não adequada...** esse é o terceiro prédio desde quando cheguei aqui. Problemas como **inundações**, onde o depósito do meio enche de água... temos aqui o problema da **poeira** devido a via de acesso, tráfego movimentado, e ... quanto a dimensão de **pensar a higienização, acondicionamento, política de gestão documental... de 2009 até hoje, nenhum presidente ou vereador apoiou**. Nós servidores é que temos a sensibilidade. O Arquivo teve uma história lenta e gradual, o que se esperava... Isso vem desde 1995... **2008 podemos caracterizar como “o ano”** [faz as aspas com os dedos], pensar política pública de arquivo... sabemos que Montes Claros não tem essa política. **De 2009 a 2010 dizemos que paramos ... 2011 a 2012 começou a andar pra trás**. Por trás disso, houve uma ruptura onde acreditava que arquivo era lugar de pessoas de cargos políticos, que davam trabalho para a Instituição... e... **virou cabide de emprego**. Por quê? Porque apresentamos propostas pra pensar as políticas de arquivo, mas não nos ouviu, todavia, via-se uma estrutura para dar continuidade ao trabalho e os cargos que era limitados – efetivos da Instituição – foram para a categoria de amplo... onde hoje são colocados cargos políticos, indicações de políticos, de vereadores... **Cadê essas pessoas? Onde elas estão?** Questões administrativas que se perdem, que acabam trazendo confusões e nos desestimula, pois pensamos uma estrutura e não acontece. Hoje penso minhas atribuições... e não me dá condições de pensar trabalhos, pois as coordenadorias nomeadas não estão aqui, pra levar os projetos adiante, nos orientar e fazer o Arquivo funcionar como deve ser (Grifos nossos) (OLIVEIRA, Werley Pereira de, 25 jun. 2012).

O relato de Werley Pereira de Oliveira reafirmou a postura de alguns administradores públicos, sobretudo aqueles que estão em cargos-chave como presidência ou direção, enfim, chefias, para lidar com as necessidades dos arquivos. Pensar na organização de um arquivo público municipal sem a colaboração e respaldo do prefeito e, nesse caso em especial, dos vereadores e do presidente da Câmara Municipal é muito complicado. Pois, quando os administradores principais de uma entidade não respaldam os trabalhos no Arquivo, muitas vezes, torna-se inviável prosseguir com atividades corriqueiras.

Em relação às coordenadorias nomeadas citadas por Werley Pereira de Oliveira, o Vereador Sebastião Ildeu Maia disse em entrevista realizada no dia 25 de dezembro de 2012 que,

Desconheço essa lei... Não sei de lei que fala sobre esses cargos. Eu sei que a Câmara tem os seus cargos que tem que ser selecionado pelo presidente [da Câmara Municipal de Montes Claros]... isso cabe ao presidente... colocar no local correto, né. É só essa parte é o presidente... os demais vereadores, às vezes, tem alguns cargos, mas é o presidente que vai dizer pra onde vai e se ele colocou alguém é questão do presidente (MAIA, Sebastião Ildeu, 25 dez. 2012).

Conforme podemos verificar nesse depoimento, as lideranças políticas não estão atentas às legislações e, muitas vezes, questões tão importantes como essas relativas aos cargos comissionados como as coordenadorias de um arquivo que demandam profissionais capacitados na área para realização do trabalho não é levado em consideração. Essas indicações políticas comprometem o trabalho no Arquivo, pois, os indicados e empossados, além de não ter formação na área, também não comparecem para orientar os outros trabalhadores no exercício das funções pertinentes a arquivologia. Werley Pereira de Oliveira reafirma acerca desse assunto, dizendo “(...) essas pessoas... esses coordenadores devem estar aqui e nos orientar, dizer o que devemos e como devemos fazer... pensar projetos (...) levar o Arquivo pra frente” (OLIVEIRA, Werley Pereira de, 25 jun. 2012). Esses relatos constata a não priorização do Arquivo Institucional e os encaminhamentos “políticos” como necessidades em primeiro plano.

O livro “Subsídios para a implantação de uma política municipal de arquivos” do Ministério da Justiça/Conselho Nacional de Arquivos direciona uma mensagem ao prefeito, que cabe igualmente a qualquer dirigente de uma instituição pública, como nesse caso específico, ao presidente da Câmara Municipal:

(...) Com esse objetivo, o prefeito/líder, atento ao interesse coletivo, (...). Assim, é oportuno lembrar a tão propalada transparência administrativa que requer das autoridades um rigoroso compromisso com a comunicação e, por conseguinte, com a informação, a fim de demonstrar que o governo está a serviço dos seus eleitores e dos munícipes em geral. Tornar comuns, portanto, as informações, sobre propósitos e feitos da Prefeitura, vem sendo considerado instrumento de grande valia para governantes e cidadãos. Embora não possa ser negada a força da informação no sucesso de qualquer empreendimento, a administração local tem deixado, muitas vezes, de crescer porque não tem dado aos documentos produzidos, recebidos e acumulados pelo município o relevo que merecem, posto que, entre outros valores, são eles veículos da ação do governo, por testemunharem as relações deste com a comunidade a que serve e por provarem direitos e raízes históricas. Falando-se em documentos – poderosa fonte de informação – traz-se a baila **o órgão público destinado a promover a gestão da informação de governo, a guarda e a preservação do patrimônio documental do município, para torná-lo acessível a todos os interessados: o arquivo municipal** (Grifos nossos) (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA/CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2000, p. 9-10).

Os documentos públicos municipais, segundo observamos, constituem transparência das atividades realizadas pelos administradores públicos e estabelecem relação entre o cidadão e o governante, se colocados à disposição dos consulentes, e esse espaço, em geral, são os arquivos. Nesse sentido, conferimos que o arquivo não compreende apenas um amontoado de papéis velhos, antigos e sem valor, mas diz respeito ao direito à cidadania e à

memória⁶⁶. Nesse aspecto, o Arquivo Público Vereador - José Ivan Lopes se classifica como transparente acerca da administração pública do Legislativo de Montes Claros, pois tanto para os trabalhadores da Instituição como os vereadores e consulentes, em geral, é permitido o acesso ao acervo documental, conforme expõe Maria Dalva Souto e Oliveira:

As pessoas podem acessar os documentos, basta solicitar. Antes tinha uma burocraciazinha, porque tinha que pedir ao presidente [da Câmara Municipal] com um ofício... mas hoje, com o regulamento e, principalmente quando é uma coisa mais simples nós mesmos resolvemos. Aqui vem um pouco de tudo: vêm estudantes de escola primária... de faculdade... pra fazer mestrado e doutorado... pesquisador até de fora como São Paulo... Os vereadores também vem procurar documentos pra fiscalizar o Poder Executivo. Tem uns que nem vem, mas há uns dois que vem muito aqui (OLIVEIRA, Maria Dalva Souto e, 22 jun. 2012).

Se o Arquivo Público Vereador - José Ivan Lopes é transparente, colocando seu acervo à disposição dos consulentes, pensar acerca do direito à cidadania e à memória a partir dessa documentação constitui um tema estimulante. Somente o fato de essa documentação estar disponível para o público, em geral, já estabelece a garantia de cidadania.

Desde 1987, com o tombamento do acervo documental do Poder Legislativo pelo Poder Executivo, o Arquivo Público Vereador - José Ivan Lopes direciona suas atividades, visando à guarda dos documentos produzidos, recebidos e acumulados pela Câmara Municipal de Montes Claros, apesar das dificuldades que enfrenta para concretizar essa meta.

Segundo expõe o vídeo produzido por Iara Maria da Silva, o Arquivo Público Vereador - José Ivan Lopes possui em seu acervo:

(...) documentos como a resolução da Assembléia Geral legislativa, que eleva vários povoados de Minas Gerais em Vilas, dentre eles, o povoado de Formigas – antigo nome de Montes Claros – e cria para cada Vila, uma Câmara Municipal. Esse documento específico é datado de 13 de outubro de 1931. Além desse documento, o Arquivo da Câmara Municipal possui também os seguintes tipos documentais: Projetos de Lei e de Resolução; Atas das sessões ordinárias e extraordinárias da Câmara; Atos, decretos, Leis; Indicações dos Vereadores; Fitas K7 e VHS das principais reuniões; Orçamento e Prestação de Contas da prefeitura Municipal; Correspondências; Clipping Político da Câmara Municipal (incorporação no setor em 2004) e outros. O arquivo tem também um mini-acervo bibliográfico que dispõe sobre a História do Município de Montes Claros (SILVA, Iara Maria da, out. 2008).

⁶⁶ Ver em: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania São Paulo*: Prefeitura do Município de São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, Departamento do Patrimônio Histórico, 1991. [resoluções do Congresso "O direito à memória"].

Esse acervo descrito por Iara Maria da Silva nos mostra a variedade de tipos documentais que se encontram sob a custódia do Arquivo da Câmara Municipal e, conseqüentemente a grande quantidade e diversidade de informações contempladas nesses documentos. Os produtores desse acervo são gestores públicos, dentre eles, alguns eleitos pela população para representá-la no Poder Legislativo – os vereadores - e outros que, lotados na Câmara Municipal – servidores/trabalhadores -, possibilitam o seu funcionamento, realizando as atividades inerentes a ela. Enquanto instituição pública, a Câmara Municipal presta contas dos seus atos junto à população e, essa comunicação⁶⁷ também se faz por meio da transparência contida nos documentos que registram as ações da organização e as disponibiliza para consultas⁶⁸ ao público em geral. Dessa forma, os documentos públicos são, na sua maioria, de domínio público, mas sob custódia do arquivo, onde poderão ser consultados e pesquisados.

A Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2000⁶⁹, que acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Verificamos que, já há algum tempo, o Estado vem promulgando leis que regulamentam, sobretudo informações relacionadas às finanças e ao orçamento, objetivando oferecer transparência de suas ações de créditos e despesas para a população.

⁶⁷ A Câmara Municipal de Montes Claros possui outros instrumentos para mostrar suas ações à população, conforme nos relata Iara Maria da Silva: “As reuniões das sessões da Câmara ocorrem às terças e quintas pela manhã. Estas sessões são transmitidas por **rádio (Terra)** e **TV (canal 36 da Assembleia de Minas)**, simultaneamente e em tempo real, com reprise no mesmo dia às 18 horas. Estas reuniões também são assistidas por jornalistas da **imprensa escrita e TVs locais** que posteriormente publicam e transmitem os assuntos discutidos e as entrevistas feitas com os vereadores. Acredito também que a assessoria de imprensa da Câmara seja responsável por enviar **releases** dos assuntos principais discutidos nas reuniões e nas audiências públicas feitas no plenário, aos jornais da cidade, para serem lançados no seu caderno de política. O **site** também é outra ferramenta de divulgação. O **boletim informativo** é feito através do site, com a divulgação dos assuntos em pauta da Câmara.” (Grifos nossos) (SILVA, Iara Maria (tilapinta@hotmail.com). Solicitação [Mensagem pessoal]. Mensagem recebida por filomena.joao.reis1996@gmail.com em 19 fev. 2013).

⁶⁸ Toda instituição com a gestão de documentos elabora uma tabela de temporalidade para os documentos que produz e recebe no decorrer do exercício das suas funções e, nela contem informações sobre os prazos de guarda e a disponibilização dos documentos para consulta. Há também legislação que regulamenta a disponibilidade ao público de certos documentos. Ver em: BRASIL. Presidência da República. *Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991*. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Brasília, 8 jan. 1991.

⁶⁹ BRASIL. Presidência da República. *A Lei Complementar nº 131 de 27 de maio de 2000*. Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Brasília, 27 de maio de 2000.

A Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que “(...) regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991” (BRASIL. Presidência da República. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011) é revisitada e culmina em debates e controvérsias em 2012. Durante os meses de maio e junho de 2012 vimos, principalmente na mídia, uma grande polêmica em relação à divulgação da Lei de Acesso à Informação⁷⁰, cuja legislação obriga órgãos públicos dos três poderes - Executivo, Legislativo e Judiciário - e das três esferas - federal, estadual e municipal - disponibilizar a qualquer cidadão informações públicas que não sejam sigilosas. O Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012⁷¹, sancionada pela Presidência da República acerca do acesso à informação se refere no Artigo 3º:

- I - **informação** - dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato;
- II - **dados processados** - dados submetidos a qualquer operação ou tratamento por meio de processamento eletrônico ou por meio automatizado com o emprego de tecnologia da informação;
- III - **documento** - **unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato;**
- IV - **informação sigilosa** - informação submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado, e aquelas abrangidas pelas demais hipóteses legais de sigilo;
- V - **informação pessoal** - informação relacionada à pessoa natural identificada ou identificável, relativa à intimidade, vida privada, honra e imagem;
- VI - **tratamento da informação** - **conjunto de ações referentes à produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transporte, transmissão, distribuição, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação, destinação ou controle da informação;**
- VII - **disponibilidade** - qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados;
- VIII - **autenticidade** - qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema;
- IX - **integridade** - qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino;
- X - **primariedade** - qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações;
- XI - **informação atualizada** - informação que reúne os dados mais recentes sobre o tema, de acordo com sua natureza, com os prazos previstos em normas específicas ou conforme a periodicidade estabelecida nos sistemas informatizados que a organizam; e
- XII - **documento preparatório** - **documento formal utilizado como fundamento da tomada de decisão ou de ato administrativo, a exemplo de pareceres e notas**

⁷⁰ BRASIL. Presidência da República. *Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011*. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Brasília, 18 nov. 2011.

⁷¹ BRASIL. Presidência da República. *Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012*. Regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição. Brasília, 16 de maio 2012.

técnicas (Grifos nossos) (BRASIL. Presidência da República. *Decreto nº 7.724*, de 16 de maio de 2012).

O artigo 3º do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, vem elucidar acerca da transparência administrativa que constitui na apresentação de seus documentos, independentes dos seus suportes à população. Alguns dos itens marcados em negrito na citação acima, como disponibilidade, autenticidade, integridade e primariedade se referem aos princípios fundamentais da Arquivologia⁷². De acordo com o Artigo 5º, “(...) Sujeitam-se ao disposto neste Decreto os órgãos da administração direta, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União” (BRASIL. Presidência da República. *Decreto nº 7.724*, de 16 de maio de 2012). Consequentemente, se insere nesse grupo as prefeituras e as câmaras municipais. O Decreto regulamenta sobre o pedido de acesso à informação, sendo “(...) Art. 11. Qualquer pessoa, natural ou jurídica, poderá formular pedido de acesso à informação” (BRASIL. Presidência da República. *Decreto nº 7.724*, de 16 de maio de 2012), assim como o procedimento de acesso à informação; os recursos cabíveis, caso não obtenha a informação; a classificação de informações quanto ao grau e prazos de sigilo; os procedimentos para classificação de informação; a desclassificação e reavaliação da informação classificada em grau de sigilo; as responsabilidades do servidor público que obstruir informações públicas e; o monitoramento da aplicação da lei.

Todas as informações contidas nessas legislações estão diretamente vinculadas às teorias, conceitos e práticas da Arquivologia⁷³ e da Arquivística⁷⁴. Nesse sentido, podemos perceber a importância de um arquivo para qualquer instituição, especialmente as públicas que devem transparência à população. Essa transparência pública é visualizada, em especial por

⁷² Princípios fundamentais da Arquivologia:

- 1) RESPEITABILIDADE: Identidade dos documentos relativa a seu produtor. Não deve ser misturado.
 - 2) ORGANICIDADE: Reflete a estrutura, funções e atividades da instituição.
 - 3) UNICIDADE: Caráter único.
 - 4) INTEGRIDADE: Fundo respeitado.
 - 5) CUMULATIVIDADE: Formação progressiva, natural e orgânica.
 - 6) ORDEM ORIGINAL: Gênese dos arquivos.
 - 7) TERRITORIALIDADE: esfera de produção e recepção – nacional, regional e institucional.
- (BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006).

⁷³ “a) Aplicação prática da arquivologia.

b) Princípios e técnicas a serem observadas na constituição, organização, desenvolvimento e utilização dos arquivos (a)” Ver em: CASTILHO, Ataliba de (Org.). *A sistematização de arquivos públicos*. Campinas, SP: Unicamp, 1991. p.112.

⁷⁴ “Disciplina que tem por objeto o conhecimento dos arquivos (a, b) e dos princípios e técnicas a serem observados na sua constituição, organização, desenvolvimento e utilização.” Ver em: CASTILHO, Ataliba de (Org.). *A sistematização de arquivos públicos*. Campinas, SP: Unicamp, 1991. p.116.

meio dos documentos arquivísticos, ou seja, a documentação produzida e/ou recebida pela instituição - pessoas que a administra - no desenvolver de suas tarefas cotidianas. Acessar essas informações permite ao morador das instâncias federal, estadual e municipal serem cidadãos. A cidadania é primordial para a vida em sociedade, pois ela consiste em direitos e deveres que envolvem o conviver em grupo. Pedro Antônio Reis, em entrevista do dia 11 de junho de 2012, enfatizou a importância dos governantes tornarem suas ações transparentes:

Os governo, desde presidente até o vereador, acho que eles... e o vereador... é o menor nessa escala, num é mesmo?... deve ser sincero com o povo, dizer o que tão fazeno... e tem que mostrar isso. Como? Agora que a senhora me fez pensar, vejo que os documento é a melhor forma de ficar sabendo o que tá acontecendo. Os documento registra tudo o que eles faz. Veja as falcaturia que os político apronta! Descobrimo tudo porque a televisão vai lá e pega eles no flagra... com a boca na botija. E pra comprovar tem os documento que eles mesmo faz. Nós temo é que cobrar mais deles [os políticos], mas quem é que vai no arquivo olhar alguma coisa? Só jornalista, num é mesmo? (REIS, Pedro Antônio, 11 jun. 2012).

Em relação ao acesso à informação, Iara Maria da Silva nos relatou, durante entrevista em 22 de junho de 2012, o caso bastante interessante de uma senhora que precisava se aposentar e não conseguia encontrar os documentos que comprovavam seu tempo de serviço em uma escola do Município de Montes Claros. Depois de procurar em casa, na Prefeitura Municipal, na Secretaria de Educação e até com colegas documentos que pudessem ajudá-la a resolver seu problema, foi sugerido à referida senhora por servidores da Prefeitura Municipal que pesquisasse no Arquivo da Câmara Municipal. Iara Maria da Silva diz que,

(...) essa senhora chegou aqui no Arquivo desesperada, sem saber onde mais procurar. Esse parecia ser o último lugar. Ela me explicou o que queria e tentei ver o que se aproximava do assunto que ela pedia. Fico muito feliz quando alguém vem aqui e conseguimos ajudar. Esse foi um caso assim. Revirei os documentos desse Arquivo, mas não conseguia achar nada, até que encontrei um projeto de lei⁷⁵ que falava da criação de escolas municipais. A escola que ela trabalhou não existia mais e ela não tinha nenhum documento que provava seu tempo de serviço. Encontrei o projeto de lei e nele tinha o nome da escola que ela trabalhou. Esse documento acabou ajudando ela aposentar (SILVA, Iara Maria da, 22 de jun. 2012).

Assim, o presente relato ratifica que o acesso à informação faz com que a Instituição pública seja transparente, mas também garanta o direito à cidadania. Hoje, sobretudo, é necessário provar grande parte das nossas ações através de documentos. A documentação

⁷⁵ CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS. *Projeto de lei nº 26/75, que cria escolas municipais em diversas localidades do Município*. Montes Claros, 12 nov. 2012.

descrevendo nossos atos tornam-se contratos que devem ser cumpridos e também podem garantir nossos direitos, como foi o caso apresentado por Iara Maria da Silva.

Iara Maria da Silva, nessa mesma entrevista, contou-nos outro caso similar.

(...) um senhor tinha uma casa na rua Tiradentes, isso aqui em Montes Claros, mas essa rua antes, era na época a rua Ruy Barbosa... a Ruy Barbosa era a Tiradentes e vice versa... é confuso isso... então, ele precisava provar que sua casa era na da atual rua 15 de novembro e na Tiradentes, mas não conseguia achar nenhum documento que dizia isso. A escritura dele falava que a casa ficava na rua Tiradentes... e agora? Não sabia como ajudar esse homem, parece que ele ia perder a casa, caso não conseguisse provar qual era a localização da casa. Ele foi embora, falei que ia procurar alguma coisa e que ligava caso achasse alguma coisa. Procurei até cansei, mas achei o projeto de lei que dava os nomes das ruas e... assim, ele acabou resolvendo seu problema, que parecia bem grande e complicado (SILVA, Iara Maria da, 22 jun. 2012).

Os depoimentos de Iara Maria da Silva evidenciam o que um arquivo público representa no sentido de solucionar problemas, comprovando determinadas ações e garantindo o direito à cidadania.

Os arquivos também são instituições que garantem o direito à memória. O Arquivo da Câmara Municipal tem auxiliado na escrita de muitos trabalhos de várias áreas do conhecimento⁷⁶ e guarda uma documentação relevante para a (des)(re)construção da(s) história(s) da cidade. Vários pesquisadores consultaram, e ainda consultam, esse acervo para escrever sobre Montes Claros, alguns deles de forma recomendada, como Hermes de Paula⁷⁷ para o centenário da cidade, e Jorge Tadeu Guimarães⁷⁸ para o quinquentenário da Câmara Municipal, dentre outros. É importante ressaltar que a organização dos documentos desse Arquivo ocorreu, principalmente por causa das pesquisas, mas também para atender as consultas frequentes realizadas pelos vereadores ou trabalhadores da Instituição. Entre os documentos que os servidores do Arquivo da Câmara Municipal têm como referência da história de Montes Claros e consideram preciosidades são, de acordo com as entrevistas realizadas com Iara Maria da Silva e Werley Pereira de Oliveira, no dia 25 de junho de 2012:

O documento da criação da Vila de Montes Claros de Formigas... esse é um documento bonito, manuscrito em um livro... que fala do Imperador D. Pedro II. Esse documento merece estar em qualquer exposição para que o povo possa ver.

⁷⁶ Esse tema será abordado no III Capítulo.

⁷⁷ O livro foi encomendado para as comemorações do centenário de Montes Claros: PAULA, Hermes, Augusto de. *Montes Claros sua história, sua gente, seus costumes*. Montes Claros: Unimontes, 2007.

⁷⁸ O livro foi encomendado para as comemorações do quinquentenário da Câmara Municipal de Montes Claros: GUIMARÃES, Jorge Tadeu. *Montes Claros – 50 anos: 1947 – 1997*. Faces do legislativo. Montes Claros: Sociedade Editorial Arapuim Ltda., 1997.

Tem outros também... aqueles que ajudam a resolver coisas.. esses sim, são importantes (SILVA, Iara Maria da, 25 jun. 2012).

Gosto desse também [criação da Vila de Montes Claros de Formigas]... agora acho que os projetos de leis e resoluções são documentos muito importantes... e muitos dizem respeito a nós que vivemos em Montes Claros... muitos nem sabem que essas leis são pra todos nós cumprirmos... esses documentos podem ser consultados e interpretados de várias formas. Há muitas coisas nas suas entrelinhas, basta o pesquisador procurar e vai encontrar... o que não gosto é as denominações de vias públicas... é apenas uma articulação política para agradar algumas pessoas... vaidade... porque não põe os nome da rua de um morador em vez de alguém que nem sabe quem é? (OLIVEIRA, Werley Pereira de, 25 jun. 2012).

Os documentos do Arquivo da Câmara Municipal são fontes inesgotáveis de pesquisa, podendo ser estudados e interpretados a partir, inclusive do que não está escrito e se encontra nas entrelinhas do texto, assim como com seu poder probatório comprovar fatos e ajudar pessoas a solucionar problemas. Podemos considerar o Arquivo Público Vereador - Ivan José Lopes como um órgão que garante os direitos tanto relacionados à cidadania como à memória dos moradores de Montes Claros. No entanto, os cidadãos devem ter essa consciência, percebendo o valor desses documentos arquivísticos e sempre recorrer à Instituição para consultas com o objetivo de conhecer e fiscalizar os agentes públicos municipais da cidade.

Nessa perspectiva, o Arquivo Público Vereador - José Ivan Lopes apresenta-se relevante para o cotidiano institucional e também para o pesquisador. Podemos constatar essa afirmação ao compreendermos melhor as atividades desse Arquivo.

Estamos o tempo todo enfatizando o papel dos arquivos para a administração e o bom andamento de uma instituição, pois eles constituem lugar de memória e, por isso, garantem o direito à cidadania e à memória. Nosso objeto de pesquisa, o Arquivo Público Vereador - José Ivan Lopes, conforme relato dos funcionários do Setor, tem sob sua custódia documentos que são preponderante nas tomadas de decisões institucionais. De acordo com Iara Maria da Silva em 22 de junho de 2012:

Os documentos guardados no Arquivo são bem procurados, principalmente pela Câmara que vira e mexe quer confirmar alguma informação. Eles ligam... dizem o que estão querendo e nós com os dados nas mãos procuramos até encontrar. Também tem os vereadores... uns mais que outros, que vem aqui ver os documentos, fiscalizar mesmo o executivo, papel que é deles. Tem horas que os documentos que tão nesse Arquivo resolve cada situação que nós nem imaginamos... (SILVA, Iara Maria da, 22 jun. 2012).

O depoimento de Iara Maria da Silva nos revela que os documentos armazenados no Arquivo Público Vereador - José Ivan Lopes são importantes para resolução de problemas

internos institucionais. Demonstra igualmente que os documentos, apesar de organizados, muitas vezes, é complicado encontrá-los e exemplifica:

As denominações de ruas ou homenagens... principalmente as homenagens... os vereadores querem homenagear alguém... dar um título..., então, tem que ter o cuidado de verificar se aquela pessoa já foi homenageado. Senão ela ganha várias ou duas vezes a homenagem... Eles têm que vir aqui consultar os documentos e ver se já foi ou não homenageado. As ruas acontece a mesma coisa... apesar que isso também tem muito haver com articulação política, vaidade, ostentação, mas fazer o quê? Pra achar o documento, a pessoa tem que vir com os dados ou ligar, muitas vezes é difícil encontrar o que eles querem e pedem (SILVA, Iara Maria da, 22 jun. 2012).

Conforme podemos verificar no relato de Iara Maria da Silva, os documentos são procurados para resolver questões internas da Câmara Municipal. As denominações de ruas e, especialmente as homenagens e titulações dadas aos cidadãos, mesmo que vista pela entrevistanda como articulação política, vaidade e ostentação, devem ser averiguadas se já ocorreu e, essa pesquisa deve ser realizada nos documentos do Arquivo Institucional. Caso não haja a verificação pode se repetir a homenagem e a denominação da rua, o que demonstra “(...) falta de cuidado do vereador que propõe o projeto ou muita bajulação...” (OLIVEIRA, Werley Pereira de, 25 jun. 2012), de acordo com o relato Werley Pereira de Oliveira em entrevista concedida no dia 25 de junho de 2012. Nessa mesma entrevista, Werley Pereira de Oliveira diz que,

Os documentos são resultados de tomadas de decisões... gerados na Câmara, os documentos não nascem com o interesse de fazer história, mas para resolver questões... exemplo... denominação de rua... depois vira comprobatório. As folhas de pagamento... pessoas que querem aposentar... vem procurar o Arquivo. Podem ser documentos do legislativo ou executivo... o que eles [funcionários da Prefeitura Municipal] não conseguem no Arquivo da Prefeitura vem pegá aqui... são os próprios funcionários do Arquivo da Prefeitura que preferem pesquisar aqui, pois é mais fácil achar o documento (OLIVEIRA, Werley Pereira de, 25 jun. 2012).

Encontramos no acervo do Arquivo Público Vereador - José Ivan Lopes uma correspondência do Tribunal de Contas da União denominada “Comunicações Processuais”, datada de 24 de julho de 2000 e dirigida ao vereador Antônio Soares Silva – presidente da Comissão Legislativa de Inquérito – que, apesar de longa, apresentamos para exemplificar a transparência pública através dos documentos:

Prezado Senhor,

Por meio desta **diligência**, necessária para o saneamento do processo de Representação TC-007.341/1999-7, relativa a irregularidades no Sistema único de Saúde-SUS no Município de Montes Claros, com fulcro no art. 10, parágrafo 1º, da Lei nº 8.443/92, e tendo em vista delegação de competência do Ministro-Relator, solicito a Vossa Senhoria que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresente:

a) **Documentação** (extratos bancários, empenhos, cheques, folhas de pagamento, etc) encaminhada pela Secretaria Municipal da Fazenda da Prefeitura de Montes Claros à CLT e citada nos documentos “Considerações à respeito da CLI da Saúde (M. Claros)”. Tal documentação foi usada pela CLI para levantar irregularidades, contra o atual dirigente do executivo municipal, na gestão de recursos de R\$ 1.936.542, 63, em 1997, para pagamento de pessoal.

b) Demais documentos e conclusões levantados pela CLI, após o encaminhamento da Representação ao TCU, quando entender pertinente à apuração dos fatos relacionados à sua má gestão de recursos públicos federais.

(...)

Atenciosamente,

Neusa Coutinho Affonso

Secretária Substituta

(Grifos nossos) (CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS. Dossiê correspondências recebidas, 11 ag. 2000).

Outro documento que confirma o papel do vereador em fiscalizar não só o poder executivo, mas o próprio poder legislativo se mostra nesse documento datada de 29 de novembro de 1999:

ALDAIR FAGUNDES BRITO, Brasileiro, Casado, Vereador pelo Partido dos Trabalhadores – PT em Montes Claros/MG. Residente à (...), venho a presença de V. Exa. requerer, se digne fornecer, por certidão e/ou como requisição no prazo legal, **informações atinentes a frequência dos Vereadores às reuniões ordinárias** conforme segue:

A) Cópias das atas de todas as reuniões ordinárias, realizadas nesta casa desde o dia 1º de Janeiro de 1997 até a presente data.

B) Cópia do Livro de Chamada relativas a estas reuniões, no mesmo período.

Motivo: Acompanhar a frequência dos Vereadores às reuniões ordinárias nesta legislatura.

(...)

P. Deferimento

Montes Claros, 29 de Novembro de 1999

Aldair Fagundes Brito

(Grifos nossos) (CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS. Dossiê correspondências recebidas, 29 nov. 1999).

O acesso a essas informações revelou a importância e responsabilidade do Arquivo Público Vereador - José Ivan Lopes que armazena documentos comprometedores e sérios. O poder de fiscalização do cidadão junto aos órgãos públicos tem crescido cada vez mais. Contudo, o cidadão, por não conhecer o poder que tem, não se reveste dele para inspecionar

as atividades dos seus gestores e cobrar medidas que solucionem os problemas, especialmente aqueles vinculados à corrupção.

As reuniões realizadas pelos vereadores, ordinárias ou extraordinárias, são gravadas e, posteriormente registradas em atas, instituindo-se como documentos passíveis de direito à cidadania e à memória. Nessas reuniões são decididas questões relativas à cidade, muitas delas geram leis e, todos esses documentos vão ser guardados no Arquivo da Câmara, conforme já salientamos. Os moradores de Montes Claros nas entrevistas, após horas de conversas, demonstraram perceber que esse acervo é importante e, por isso devem conhecê-lo melhor, de acordo com Pedro Antônio Reis em 11 de junho 2012:

Pois é... fiquei pensando aqui... ni como os documento da Câmara é importante. Nós precisamos conhecer melhor eles, até pra saber quais as leis que existe e nós tem que cumprir... e também saber o que nossos vereador vem fazendo. Às vezes parece que eles [vereadores] não fazem nada. Mas nada não deve ser não... senão pra quê tanta reunião? Nós só lembramo de política na época de votar e não deve ser assim não. Quem imaginava que uma conversa na praça ia me dá essa luz? (REIS, Pedro Antônio, 11, jun. 2012).

Pedro Antônio Reis após algum tempo de entrevista ou conversa vai relembando como a Câmara Municipal por meio do Poder Legislativo tem um papel relevante para a sociedade, assim como deve estar atento ao que acontece nesse estabelecimento:

O que acontece lá [Câmara Municipal] tem haver comigo... com nós todos. E o interessante é que podemos conhecer o que os outros vereador fez (risos), principalmente agora que é época de eleição... Esse povo [candidatos a vereador] devia se preocupar, pois tudo que eles faz tá lá registrado... Então é tudo gravado e colocado na ata? Do jeito que acontece? Nossa!!! Eles [vereadores] fala tanta besteira, pois eu escuto no rádio. Fico até com vergonha pra eles... (REIS, Pedro Antônio, 11, jun. 2012).

A maioria dos entrevistados não atinava para as questões relativas à transparência do poder público através da documentação produzida e/ou recebida que, posteriormente são armazenadas nos arquivos públicos. Alguns acreditavam que esse acervo documental era eliminado. Clarice Santos Correia em entrevista concedida em 3 de setembro de 2012 diz que,

Achava que jogava fora. Assim que começava um ano novo, pra mim, tudo ia pro lixo. Pois... pra quê guardar essa papelada veia? Eu mesmo só guardo lá em casa documento importante... até conta de água e luz eu jogo fora... mas se precisar passo aperto, pois não guardo, não. Eu posso ir lá no Arquivo e ver esses documento todo aí? Gente, que coisa!!! A gente vive aprendendo... vou ficar mais atenta com essas coisa... sou muito atrapalhada (CORREIA, Clarice Santos, 3 set. 2012).

Encontramos outras pessoas que falaram como a instituição pública deve ser transparente e mostraram que a *internet* hoje é uma possibilidade para sua execução. João Pereira Luz no seu depoimento em 3 de setembro de 2012 afirma que,

Hoje, as ações do poder público deve ser transparente. Vemos o tempo todo a televisão ou até o jornal [imprensa escrita] dizendo sobre isso. Até o salário deve ser colocado na *internet* pra todo mundo ficar sabendo quanto ganha os funcionários públicos. Já até andei dando uma olhada, mas não vi nada não. (...) A Câmara de Montes Claros tem o *site* dela e vem sempre dizendo as notícias, o que os vereadores anda fazendo. Gosto de dar uma fuxicada de vez em quando, assim ficamos informados. Olho também o *site* da Unimontes... é pública também... (LUZ, João Pereira, 3 set. 2012).

João Pereira Luz demonstra que está atento às novidades e as notícias da atualidade, principalmente utilizando as novas tecnologias. Para ele, todos esses instrumentos “(...) televisão, jornal [imprensa escrita] e o computador tão aí pra facilitar a nossa vida e ajudar a ver o que esse povo [político] anda fazendo. Tem até documento pra pesquisar na própria *internet*, sem precisar ir nos arquivos, sabia?” (LUZ, João Pereira, 3 set. 2012). Esse relato nos permite compreender que alguns moradores de Montes Claros estão utilizando as novas tecnologias para ficarem sabendo sobre política, economia, etc, e, documentos que se encontram nos arquivos, como é o caso dos salários de servidores públicos.

Constatamos que a Lei nº 4.014, de 7 de novembro de 2008, determina as finalidades e o papel do Arquivo Público Vereador - José Ivan Lopes, na sociedade montes-clarense:

Art. 2º - O Arquivo Público Municipal Vereador - José Ivan Lopes do Município de Montes Claros tem como finalidades precípuas:

I. **Garantir acesso as informações** contidas nos documentos sob sua custódia, observadas as restrições regimentais, na fase intermediárias, e de forma ampla, na fase permanente;

II. **Custodiar os documentos** de valor temporário e permanente acumulados pelos órgãos da Câmara no exercício de suas funções, dando-lhes tratamento técnico;

III. Estender a custódia aos documentos de origem privada considerados de interesse público municipal, sempre que houver conveniência e oportunidade;

IV. Estabelecer diretrizes e normas, articulando e orientando tecnicamente as unidades que desenvolvem atividades de protocolo e arquivo corrente no âmbito do Poder Legislativo Municipal.

V. Promover interação sistêmica com os arquivos correntes e protocolos nas repartições municipais;

VI. Manter intercâmbio com instituições afins, nacionais e internacionais;

VII. Custodiar, por intermédio de acordos previamente firmados, e se houver conveniência e oportunidade, documentos de outras esferas e poderes governamentais (Grifo nossos) (CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS. Lei nº 4014, 7 nov. 2008).

Entre as finalidades, conforme podemos verificar, garantir acesso às informações contidas nos documentos sob guarda do Arquivo é ponto relevante, proporcionando tanto a transparência em relação às atividades realizadas pela Câmara, bem como a produção de pesquisas. O texto também deixa claro que há restrições regimentais, na fase intermediária, e de forma ampla, na fase permanente que devem ser observadas para acessar os documentos. Isso significa que há outras legislações que regulamentam essas restrições como é o caso dos documentos sigilosos ou em fase de organização⁷⁹.

Na trajetória da Arquivologia verificamos que as legislações são de fundamental importância para que os documentos sejam valorizados e que as instituições, sobretudo públicas invistam nesses órgãos de documentação. Temos, dessa forma, a Constituição Política do Império de 1824 que se refere ao período do Império à República Velha, tratando acerca da criação do Arquivo Imperial e assim, instituindo um órgão que teria como dever preservar a documentação do país. Da mesma forma, a Constituição Federal de 1946 será a primeira referência legal à proteção do patrimônio documental. A Constituição Federal de 1988, que vigora até os dias atuais, discorre acerca da competência da administração em fazer a gestão pública e franquear a consulta aos documentos. Como podemos observar o percurso acerca da instituição dos arquivos e acesso a informação dos documentos sob sua custódia é longo, podemos dizer que no Brasil é secular, pois remete as primeiras iniciativas de 1824 a 1988.

Montes Claros a partir da Lei nº 4.014, de 7 de novembro de 2008, procura garantir o acesso aos documentos sob a guarda do Arquivo da Câmara Municipal. Para complementar essa legislação, a Portaria nº 87, de 26 de novembro de 2008 (ANEXO 11), explicita as normas para atendimento ao público:

Art. 11 – Admissão: É facultada a todo cidadão brasileiro ou estrangeiro, desde que se registre como consulente. (...)

Art. 12 – Consulta: A consulta consiste no empréstimo de documentos para pesquisa ao consulente de acordo com as regras vigentes do Arquivo Público Municipal
Vereador - José Ivan Lopes.

§ 1º - Ao público em geral

(...)

§ 2º - Aos setores da Administração da Câmara Municipal de Montes Claros cujos documentos semi-ativos estejam custodiados pelo Arquivo da Instituição é permitido o empréstimo de documentos a servidores previamente credenciados (...).

⁷⁹ BRASIL. *Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002*. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. Brasília, 4 jan. 2002. MINAS GERAIS. *Lei nº 11.726, de 30 de dezembro de 1994*. Dispõe sobre a política cultural em Minas Gerais. Belo Horizonte, 31 dez. 1994.

(Grifos nossos) (CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS. Portaria nº 87, de 26 de novembro de 2008).

O texto mostra que há um regulamento para pesquisa no Arquivo Público Vereador - José Ivan Lopes e que o acervo está disponível tanto para o público em geral como para os servidores da Câmara Municipal de Montes Claros. Sendo assim, constatamos que os documentos estão para servir a administração, os direitos a cidadania, a memória e a pesquisa científica.

Outra finalidade desse Arquivo é custodiar os documentos acumulados pelos órgãos da Câmara no exercício de suas funções, mas, além de guardar, a legislação enfatiza o tratamento técnico que deve ser dispensado ao acervo. Não basta guardar, mas organizar. Sobre essa questão Iara Maria da Silva em entrevista no dia 22 de junho de 2012, informou que,

Os documentos que são produzidos pela Câmara vêm para ser guardado aqui no Arquivo, mas nós não temos nem pessoal... nem tempo pra organizar tanto documento e, muitas vezes nem material adequado para executar essa tarefa. Organizamos, então, por assunto e em ordem cronológica... é o que nós sabemos fazer... além de... desse jeito, facilita encontrar o documento na hora que precisam dele. Sei que tem o jeito técnico pra organizar, mas precisamos de uma assessoria pra isso (SILVA, Iara Maria da, 22 jun. 2012).

O depoimento acima, possibilita constatar que o Arquivo Público Vereador - José Ivan Lopes não possui recurso humano com capacitação adequada ao exercício da função⁸⁰, ou seja, graduados em Arquivologia. Ainda assim, os trabalhadores lotados nessa Instituição realizam tarefas arquivísticas rotineiras e participam de cursos promovidos pela Câmara Municipal, Unimontes e Senado Federal. Iara Maria da Silva comenta que “(...) fazemos cursos vez ou outra de arquivo... a Câmara realiza ou pela Unimontes e, agora principalmente pela Interlegis⁸¹ ligado ao Senado Federal” (SILVA, Iara Maria da, 22 jun. 2012).

As outras alíneas da Lei nº 4.014, de 7 de novembro de 2008, abordam sobre o papel do Arquivo da Câmara como guardião de documentos de origem privada, articulador da gestão de documentos por meio de normas que estabeleçam regras acerca dos arquivos temporários e protocolos, e também promotor de intercâmbio em âmbito nacional e internacional com o objetivo de pensar as questões arquivísticas de forma ampla e interativa.

⁸⁰ Os servidores do Arquivo Público - Vereador Ivan José Lopes tem a seguinte formação escolar ou acadêmica: Iara Maria da Silva – graduada em Letras/Português pela Unimontes; Werley Pereira de Oliveira – graduação em Norma Superior e atualmente é mestrando em Desenvolvimento Social pela Unimontes; e Maria Dalva Souto e Oliveira – ensino médio.

⁸¹ Ver sobre em: <http://www.interlegis.leg.br/>

A Lei nº 4.014, de 7 de novembro de 2008, também organiza a estrutura do Arquivo Público Municipal Vereador - José Ivan Lopes:

Art. 3º - O Arquivo Público da Câmara Municipal Vereador - José Ivan Lopes do Município de Montes Claros terá a seguinte estrutura organizacional:

- I. Coordenação Geral do Arquivo;
- II. Coordenação de Arquivo Corrente e Intermediário;
 - a) Serviço de Recepção, de Protocolo e de Arquivo Corrente
 - b) Serviço de Arquivo Intermediário
 - c) Serviço de Atendimento ao Público
- III. Coordenação do Arquivo Permanente;
 - a) Serviço de Processamento Técnico de Documentação Textual
 - b) Serviço de Processamento Técnico de Documentação Especial
 - c) Serviço de Tratamento Documental
- IV. Coordenação de Arquivos Privados e Apoio Cultural;
 - a) Serviço de Arquivos Privados
 - b) Serviço de Pesquisa
 - c) Serviço de Biblioteca e Hemeroteca (CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS. Portaria nº 87, de 26 de novembro de 2008).

Ressaltar a estrutura organizacional do Arquivo da Câmara Municipal de Montes Claros nos possibilita algumas comprovações: primeiro, em 2008 os trabalhadores do referido órgão obtiveram grandes conquistas com o projeto de Gestão Documental; segundo, um organograma pressupõe a organização do órgão e suas responsabilidades; terceiro, o mesmo organograma mostra que há trabalhos a serem realizados no órgão; quarto, as especializações dos profissionais do referido órgão devem ocorrer para concretizar as tarefas propostas; quinto, a preocupação dos trabalhadores do Arquivo e da Câmara em registrar a estrutura por meio de leis, pois há que ser cumprida; sexto, as coordenações propostas para o Arquivo demonstram conhecimento e pesquisa sobre qual é a função e papel de um órgão de documentação dessa natureza; e sétimo, diante de impasses e conflitos políticos há uma lei que ampara o Arquivo e sua organização. Porém, salientamos que, de acordo com os depoimentos de Iara Maria da Silva e Werley Pereira Oliveira, toda essa organização se configurou apenas no papel ou serviu para gerar empregos na Instituição, conforme abordagem anterior.

Enfim, as administrações das Câmaras Municipais, especificamente a de Montes Claros, possuem Arquivos que servem para guardar e, posteriormente possibilitar o acesso à informação para tomadas de decisões importantes e de diversas naturezas na Instituição, assim como para pesquisar questões relativas à cidade e direitos e deveres dos seus moradores. O Arquivo Público Vereador - José Ivan Lopes é um possibilitador e facilitador de forma direta ou indireta na (des)(re)construção das histórias e das memórias de Montes Claros e no sentido

de garantir o direito à cidadania por meio do acesso as informações que contém. Ressalta-se que esse lugar de memória é constituído de disputas constantes que se manifestam nas relações sociais, envolvendo todos os âmbitos, como os trabalhadores, o poder político propriamente dito, o cidadão e a memória.

As disputas são visíveis na construção social da memória nesse espaço quando os trabalhadores do Arquivo reivindicam melhorias para o órgão documental; o cidadão verifica um direito adquirido; um vereador fiscaliza o ponto de frequência da Câmara Municipal; a escrita de história(s) se faz por diversos profissionais enaltecendo heróis ou explicando o universo social do homem; os cargos comissionados não são delegados a profissionais ou trabalhadores concursados, mas a amigos e correligionários; os locais onde se dispõe a colocar o Arquivo não se apresentam adequados e demandando impasses e embates; a negligência em relação à política arquivística institucional, priorizando outros itens em detrimento do Arquivo; e a ausência da consciência arquivística proposital ou não dos gestores públicos. Assim, constamos que esse é um lugar de memória(s), mas de muitos embates e disputas.

CAPÍTULO II

ENTRE MONUMENTOS E DOCUMENTOS: DISPUTAS PELOS LUGARES DE MEMÓRIAS EM MONTES CLAROS

Patrimônio. Esta bela e antiga palavra estava, na origem, ligada às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo. Requalificada por diversos adjetivos (genético, natural, histórico, etc.) que fizeram dela um conceito “nômade”, ela segue hoje uma trajetória diferente e retumbante (CHOAY, 2006, p. 11).

A cidade por si só é um espaço contraditório, pois constitui um lugar onde a sociabilidade deve se concretizar por meio das relações que os homens estabelecem entre si no cotidiano das suas vivências, no entanto, é igualmente um campo de disputas constantes. Há projetos dominantes que se consolidam em vários âmbitos na cidade, geralmente manipulados pelo âmbito político, que prioriza concepções e planos de um pequeno grupo mantenedor do/no poder. Todavia, o território⁸² no qual os homens experimentam a vida consiste na pluralidade dessa existência que necessita do relacionamento, se colocando, muitas vezes, por meio das disputas. Esse outro - ou alguns deles - possui ideias que confrontam com os interesses da maioria, da coletividade. A cidade, esse espaço plural e diverso, é palco de possibilidades dos homens se (re)conhecer nele, por exemplo, através dos seus bens culturais. Nesse sentido, queremos pensar a cidade de Montes Claros a partir do seu patrimônio cultural, tendo como referência a área central, mas também a periferia por meio do bairro Santos Reis. Para tanto, um passeio por essa cidade nos proporciona (re)conhecê-la melhor, assim como os seus moradores.

A ideia de centro e periferia foi se construindo em Montes Claros a partir da forma que, em geral, os memorialistas encontraram para explicar a origem da cidade e,

⁸² A concepção de território remete ao exercício de poder, seja de ordem política, econômica, cultural e institucional, de um grupo social sobre um determinado espaço. Sendo assim, estamos compreendendo território como o espaço e as relações sócio-históricas qualificadas pelo poder (MAIA, C.; CORDEIRO, F. L. In: Anais do IX Congresso Regional de História: Territórios da História. Montes Claros: Unimontes, 2008. p.7-8). Ver também: HAESBAERT, Rogério. *Territórios Alternativos*. Niterói: EDUFF; São Paulo: Contexto, CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

posteriormente, adotada por outros pesquisadores de áreas de conhecimento diverso, entre eles, historiadores, sociólogos e geógrafos. Montes Claros se formou em volta da Fazenda Montes Claros, da capela construída por José Lopes de Carvalho que, depois se tornou a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição e São José e do largo à sua frente, atual Praça Dr. Chaves ou Praça da Matriz. A concepção de centro caracteriza *status* aos moradores, aqueles que possuem lotes ou edificações nessa região da cidade, pois, é nesse espaço que o comércio se organiza, a maioria das instituições se localiza, a fé se representa na Igreja Matriz e na Catedral e consiste no lugar de referência para compras, resolver pendências, rezar em momentos especiais, marcar encontros, passear, etc. Podemos citar alguns autores memorialistas e/ou cronistas como Nelson Vianna, Hermes de Paula, Ruth Tupinambá Graça e Dário Teixeira Cotrim que, nas suas obras, fazem menção nesse sentido, avigorando a ideia de centralidade:

(...) agora veremos a **prosperidade sempre crescente de FORMIGAS, sendo a causa mater de sua importância a modesta capella que sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição e São José**, o espírito religioso de José Lopes de Carvalho (...), então proprietário da **Fazenda Montes Claros**, entendeu dever “levantar para commodidade sua e de seu vizinhos, desejosos de acudir ao CULTO DIVINO, a que não podiam regularmente satisfazer pela distância em que estavam da sede da Freguesia (Santo Antonio da Itacambira), ou mesmo da Capella mais próxima, e que era a do Senhor do Bonfim de Macaúbas” (Grifos nossos) (VIANNA, 2007, p. 51).

(...) De posse da autorização, **o Alferes José Lopes de Carvalho tratou de construir a capela**, a cinquenta metros da sua residência, isto é, nos fundos da atual matriz da Praça Dr. Chaves. Bem cedo, **em torno da capela – célula vital de extraordinário poder de atração** – fazendeiros das vizinhanças vieram construir suas casas domingueiras, onde vinham descansar das labutas da semana, dar uma prosa com os compadres, e, mensalmente, receber graças do santo ofício (Grifos nossos) (PAULA, 2007 p. 12).

(...) Com a graça de Deus, o esforço de José Lopes de carvalho, e as vantagens do patrimônio da **nova capela, os fazendeiros da vizinhança começaram a construir suas casas à sua volta** e aos domingos vinham com suas famílias, **fazer compras**, bater papos com os amigos, **saber os boatos e notícias da política da província**, e mensalmente, recebe os santos sacramentos da missa, pagar alguma promessa e, atendendo a amizade dos compadres, levar á pia batismal os afilhados, e ao altar, os casais enamorados (Grifos nossos) (GRAÇA, 2007, p. 14).

(...) Portanto, estamos convictos de que, se outros méritos não os tivesse, bastaria a doação dessas terras, além dos cinquenta novinhos ferrados, que foram empregados na ajuda da **construção de uma modesta ermida, para que o Alferes José Lopes de Carvalho fosse reconhecido como sendo autêntico fundador da Vila de Montes Claros de Formigas, depois de alguns anos, transformada nesta querida, dinâmica e belíssima cidade de Montes**, e que é hoje venerada excessivamente por todos nós (Grifos nossos) (COTRIM, 2007, p. 165).

Poderíamos mencionar também, além dos memorialistas e/ou cronistas, historiadores como Gy Reis Gomes Brito, César Henrique de Queiroz Porto, Maria de Fátima Gomes Lima do Nascimento e Carla Cristina Barbosa, que trazem essa informação e, dessa forma, confirmam a concepção de centralidade desse território para Montes Claros.

Elevada à cidade, no dia 03 de julho de 1857, pela lei provincial nº 802, reduzia-se a um **modesto centro, onde imperava a Igreja de Nossa Senhora e São José** – a praça da Matriz de hoje – e algumas poucas e empoeiradas ruas. (...) Logo após a edificação da igreja, **novas moradias foram surgindo**, construídas pelos fazendeiros da região, objetivando seu descanso e de seus familiares, aos domingos, ao mesmo tempo proporcionando oportunidade de encontro com os compadres, para bater uma boa prosa, sempre que possível, também receber as graças do santo Ofício, e, ainda ter em sua companhia a presença de parentes e amigos nos períodos das festas religiosas (Grifos nossos) (BRITO, 2006, p. 70 – 71).

A **grande praça da cidade** [atual Praça da Matriz] parece que causou uma certa surpresa ao viajante [Saint Hilaire], pois segundo ele, "sua extensão seria digna das maiores cidades" (SAINT HILAIRE, 1975: 306-326). Saint Hilaire observou ainda que grande parte das **casas do povoado está erigida ao redor da praça** de formato irregular. A praça, então, **significa o coração da povoação de Formigas**. (...) **As famílias mais tradicionais da antiga Montes Claros construíram suas casas ou sobrados nessa parte da cidade**. Essa disposição espacial da maior parte das casas da classe dominante reflete a sua riqueza e o seu prestígio político (Grifos nossos) (PORTO, 2007, p. 36-37).

Para compreender a visão de Saint-Hilaire, basta retornar à fazenda Montes Claros, na segunda metade do século XVIII, quando ao ser comprada pelo **Alferes José Lopes de Carvalho, ele requereu a devida licença para edificação da Capela, que passou a ser chamada Capela de Nossa Senhora da Conceição e São José, visando**, com esta edificação, segundo Oliva Brasil, "**criar uma freguesia** eclesiástica, tanto que constituiu por doação o seu patrimônio constante de um terreno de uma légua de largo por légua e meia de comprimento e mais 50 novilhas ferradas. **Começou, então, a povoação** (...)". A freguesia cresceu vertiginosamente e alcançou seu desenvolvimento. "Em 13 de outubro de 1831, a Regência, que eleva a categoria de Vila e a povoação da Formiga, vindo esta a ser Distrito de Serro Frio" (Grifos nossos) (NASCIMENTO, 2004, p. 47).

(...) Assim, a fazenda dos Montes Claros transformou-se no maior centro comercial de gado no Norte de Minas, povoando a região. (...) E como características dos bandeirantes, **o povoado da fazenda Montes Claros desenvolveu-se em torno da Capela de Nossa Senhora da Conceição e São José**. Nessa perspectiva, as origens da cidade também podem ser referenciadas na religião católica e na fé de seus santos (Grifos nossos) (BARBOSA, 2007, p. 55-56).

Como podemos observar cada um desses historiadores reforça a centralidade da cidade a partir da Praça da Matriz da Igreja de Nossa Senhora e São José e da Fazenda Montes Claros. Suas justificativas são por diversas razões, entre elas, a origem da cidade (Brito, Porto, Nascimento e Barbosa); local onde as famílias tradicionais e ricas constroem suas moradias (Porto); referência da fé (Barbosa e Nascimento); e alusão ao desenvolvimento comercial (Barbosa). Outros historiadores também apontam para essa centralidade, contudo os já mencionados corroboram bem com essa concepção.

Também mencionaremos geógrafos, com o objetivo de mostrar como a referida ideia se encontra inserida no projeto urbano e cultural da cidade, resultando no mesmo entendimento que os moradores têm. Os geógrafos Marcos Esdras Leite e Anete Marília Pereira, por exemplo, em um artigo intitulado “A expansão urbana de Montes Claros a partir do processo de industrialização” apresentam a cidade geográfica e historicamente, enfatizando esse conceito de centralidade:

Em 1768, a fazenda de Montes Claros foi vendida ao Alferes José Lopes de Carvalho e em **1769 foi construída a capela de Nossa Senhora e São José, o marco inicial**. A partir daí começa o **processo de ocupação dessa área**, com a construção de casas domingueiras pelos fazendeiros vizinhos. (...) Em 1844, a vila passa a se chamar Vila de Montes Claros, já se destacando como **centro comercial, político-administrativo da região** do Norte de Minas (Grifos nossos) (LEITE; PEREIRA, 2004, p. 34).

Conforme constatamos, Anete Marília Pereira e Maria Ivete Soares de Almeida, em um artigo denominado “Montes Claros: desenvolvimento urbano e problemas ambientais”, novamente trazem à tona essa afirmação:

A cidade de Montes Claros teve sua origem ligada à expansão da pecuária no norte de Minas gerais e à ação das bandeiras paulistas quando, em busca de ouro, Antônio Gonçalves Figueira funda em 1707, **a fazenda Montes Claros**. Essa fazenda tornou-se **ponto de passagem para os tropeiros, ampliando seu comércio e sua importância no âmbito regional**. Já no século XIX, a cidade era considerada o principal centro do comércio regional. (...) A cidade de **Montes Claros desenvolve-se a partir de uma fazenda de gado**, e, apesar de ter sido foco de políticas de planejamento regional, teve um **crescimento urbano espontâneo**, num padrão disperso e predominantemente horizontalizado. Para facilitar uma melhor análise do **processo de ocupação e crescimento de Montes Claros**, será feita uma divisão da cidade em **seis grandes regiões: centro, centro-oeste, norte, sul, leste e oeste**⁸³,

⁸³ Explicar a ocupação, suas motivações e resultados se faz necessário para compreendermos melhor o projeto de cidade e o foco nos tombamentos de bens culturais que ficam na região central. Dessa forma, também podemos acompanhar o crescimento da cidade a partir do surgimento dos novos bairros e, assim nos localizarmos diante do nosso recorte espacial pensado nesse capítulo, ou seja, a região central e o bairro Santos Reis. O texto abaixo nos apresenta esse assunto em detalhes: “**A região, aqui definida como central**, tinha, nos anos de 1970, uma organização muito complexa, pois nela **coexistem os usos residencial e comercial**. Era a região mais desenvolvida da cidade e compreendia, além do **centro propriamente dito, os bairros: São José, São João, Morrinhos, Vila Guilhermina, Sumaré, santa Rita, Lourdes, Francisco Peres**. Todas esses bairros possuíam uma dimensão menor que a atual e indicadores de infra-estrutura urbana também diferenciados. (...) A **região centro-oeste de Montes Claros** era, em 1970, uma **zona de classe média**, onde residiam os fazendeiros, médicos, advogados, engenheiros e chefes políticos. A região **abrangia os bairros Todos os Santos, São Luiz, Melo e Santa Maria**. Todos adotados de boa infra-estrutura. Talvez tenha sido essa região que menos mudou ao longo destas quatro décadas. A área territorial teve pequena ampliação, ocorrendo a ocupação do espaço vazio à margem esquerda do Rio Vieira, surgindo apenas três novos bairros neste local: **Vila Brasília, Vila Três Irmãs e Vila Santo Antônio**. No que diz respeito ao padrão de renda da população residente, este permaneceu praticamente o mesmo, com exceção da população desses novos bairros que são considerados como bairros de classe média baixa. **A região norte** foi a que mais **cresceu** na década em questão. (...) A causa é simples: o **Distrito Industrial foi instalado** nessa região. Mesmo antes da instalação do Distrito Industrial, aí já se encontravam **dois bairros bastante populosos: Renascença e Santos Reis**. Depois da implantação das

tendo por base a posição geográfica e a semelhança nos padrões de crescimento de cada um destes recortes espaciais (Grifos nossos) (PEREIRA; ALMEIDA, 2004, p. 79).

Os citados geógrafos, ao tratar da centralidade de Montes Claros a partir da Fazenda Montes Claros, Praça da Matriz ou Igreja Nossa Senhora da Conceição e São José, avigoram a história do surgimento da cidade, tornando a região central marco inicial e lugar privilegiado, principalmente pelo seu valor imobiliário atual. Todos esses lugares - Fazenda Montes Claros, Praça da Matriz ou Igreja Nossa Senhora da Conceição e São José - constituem o centro da cidade, estão próximos e confirmam o aludido conceito.

Marcos Esdras Leite e Anete Marília Pereira, ao refletirem o crescimento urbano e industrial de Montes Claros, apontam, a partir desse marco inicial, a transformação da cidade, de agrária para urbano-rural no final da década de 1960 e 1970; o crescimento demográfico provocando a ampliação da malha urbana e o surgimento da periferia⁸⁴; as leis de mercado e os interesses do capital, verificando a especulação em relação às áreas centrais em vez da periferia com exceção da área ocupada pela classe média alta; e a necessidade da implementação do plano diretor. A região central é cobiçada, por exemplo, para o comércio ou considerado ponto estratégico para negócios, valorizando monetariamente o lugar, de acordo com Marcos Esdras Leite e Anete Marília Pereira,

Durante esses últimos trinta anos, **o centro de Montes Claros, veio se tornando cada vez mais uma área estritamente comercial, na qual vem ocorrendo uma grande valorização imobiliária**, o que fez com que várias famílias, que aí residiam, vendessem suas casas para, no local, serem construídos imóveis comerciais. Mesmo

industrias **surgiram mais oito novos bairros: Jardim Eldorado, Santa Eugênia, Vila Antônio Narciso, Vila Atlântida, esplanada do Aeroporto, Vila Ipê, Alice Maia e Vila Regina, além de três favelas; São Vicente, Morro do Frade e Tabajara.** (...) **No sul da cidade**, o desenvolvimento, no início dos anos 1970, foi pouco expressivo. Houve a conservação de áreas que já tinham certa infra-estrutura, como foi o caso do **bairro Santo Expedito**, após o qual em direção sul, existiam amplos vazios urbanos e apenas algumas casas nos bairros **Major Prates e Maracanã.** (...) A localização geográfica e a proximidade com importantes via de acesso, como a BR 135 e a BR 365 (...) são consideradas as causas principais da expansão da Zona sul. (...) **Na região leste** da cidade, o processo de ocupação na década de 1970 foi pouco significativo, pois como já foi dito antes, os imigrantes, no período em estudo, se dirigiam para as regiões norte e sul, principalmente a norte. (...) **havia apenas dois bairros, com poucos domicílios: Delfino Magalhães e Jardim Palmeiras.** (...) Na década de 1980, esse processo se intensifica com o **surgimento de vários bairros, como o bairro Independência** (...) habitada principalmente por uma população de baixa renda e com baixos indicadores de infra-estrutura. (...) **Na região oeste** (...). **Existiam apenas os bairros Vila oliveira, Vila Mauricéia e Jardim Panorama.** A região oeste de Montes Claros tem uma característica que a diferencia das outras, pois está localizada em uma área de uma beleza natural exuberante - o chamado Morro do mel ou Morro do Ibituruna. (...) Na década de 1980, **surge** um novo bairro nessa região, **o Ibituruna**, que é um **bairro de classe média alta**, de grande dimensão, com considerável área verde, ótima infra-estrutura e beleza paisagística. Mas a efetiva ocupação desse bairro só se intensifica na década de 1990 com a construção de mansões por toda parte. **Os lotes desse bairro estão entre os mais caros da cidade**” (Grifos nossos) (LEITE; PEREIRA, 2004, p. 40-45).

⁸⁴ Ver em: PEREIRA, Anete Marília; ALMEIDA, Maria Ivete Soares de. *Leituras geográficas sobre o norte de Minas Gerais*. Montes Claros: Unimontes, 2004.

as áreas adjacentes ao centro da cidade foram transformadas em áreas comerciais, pois o centro antigo não consegue concentrar tantos estabelecimentos comerciais. Essa área central é hoje a região de maior adensamento e uma das áreas mais verticalizadas da cidade. (...) **A tendência da área central é se tornar cada vez mais uma região mais adensada com funções comercial e de serviços.** (...) continua sendo a que **oferece uma maior diversidade de atividades e onde circula um grande número de pessoas** (Grifos nossos) (LEITE; PEREIRA, 2004, p. 40-41).

Da mesma forma, Anete Marília Pereira e Maria Ivete Soares de Almeida analisam Montes Claros a partir do desenvolvimento urbano e os problemas ambientais gerados em função desse desenvolvimento. A produção da cidade é um processo que demanda a interação de vários agentes, cujos interesses são diversos. Os capitalistas, as empresas imobiliárias, a população excluída e o próprio Estado se articulam e tornam a cidade materializada por meio das intervenções planejadas ou simplesmente pelo ato de viver nesse espaço que é de todos ou apenas de alguns. Como os moradores são diversos, a cidade igualmente se manifesta como “muitas cidades”: “Há a cidade daqueles que a planejam, daqueles que a produzem, e daqueles que a gerenciam. Há também a cidade daqueles que, embora nela residam, dela não usufruem. Há a cidade lugar de poder e a cidade lugar de miséria, lugar de lazer e lugar de trabalho” (PEREIRA; ALMEIDA, 2004, p. 76). Nessa heterogeneidade, a cidade se mostra como um lugar de disputas e conflitos, onde a lógica capitalista se concretiza a partir das práticas cotidianas, e as relações sociais são travadas entre o capital e o cidadão, revelando uma cidade produzida coletivamente, contudo, há seleções na sua apropriação tornando-a excludente.

Montes Claros também se mostra nessa perspectiva, sobretudo no final da década de 1960 e 1970 com o processo de industrialização, como uma cidade cuja sociedade é complexa, diversificada e intensamente desigual. A década de 1980 é “(...) marcada por uma nova fase de expansão da cidade, sobretudo na zona sul com o surgimento de novos bairros, a construção de conjuntos habitacionais, a revitalização de favelas e novos loteamentos, sem, contudo, obedecer a um planejamento global e efetivo” (PEREIRA; ALMEIDA, 2004, p. 82-83). Hoje (2013). Atualmente, ainda constatamos essa mesma falta de planejamento da cidade, apesar da existência de um Plano Diretor⁸⁵, justificada pela diversidade de interesses de grupos que teimam em marginalizar, em especial, a periferia habitada por moradores de

⁸⁵ O Plano Diretor em vigor foi aprovado em 27 de agosto de 2001 pela Lei nº 2.921. Em 16 de julho foi aprovada a Lei nº 3.031 de Uso e Ocupação do Solo. Em 22 de dezembro de 2006, foi aprovado o Decreto Municipal nº 2.310, que “Regulamenta o Conselho Municipal de Política Urbana - COMPUR, criado pela Lei nº 2.921, de 27 de agosto de 2001, que instituiu o Plano Diretor do Município de Montes Claros.” Disponível em: <http://www.montesclaros.mg.gov.br/publica_legais/>. Acesso em: 11 mar. 2013.

baixa renda⁸⁶. O Plano Diretor no capítulo I, artigo 3º e alínea VI, explicita na sua “Conceituação e objetivos” que sua preocupação também deve contemplar “(...) a **preservação, a proteção e a recuperação** do meio ambiente e **do patrimônio cultural, histórico**, paisagístico e arqueológico, assegurado, quando de propriedade pública, o acesso a eles” (Grifos nossos) (Lei nº 2.921, de 27 de agosto de 2000. Disponível em: <http://www.montesclaros.mg.gov.br/publica_legais/>. Acesso em: 11 mar. 2013). A alusão ao patrimônio cultural e histórico no Plano Diretor é significativa na organização e no planejamento da cidade, uma vez que, concretiza um projeto de cidade e um conceito de patrimônio cultural em articulação com o patrimônio documental, nosso objeto de estudo. A preservação, proteção e recuperação desses bens culturais, quando existem, são focadas na área central da cidade.

Podemos observar que, essa área central, hoje (2013) em Montes Claros, consiste no local onde o comércio se organiza, todavia, ainda há muitas moradias e equivale a zona de maior incidência de bens culturais tombados como patrimônio cultural. Nessa perspectiva, vamos pensar essa cidade, enfocando o núcleo central, mas trazendo, igualmente a periferia, nesse caso particular, o bairro Santos Reis, para a escrita da história. Para tanto, vamos, por meio de um passeio mais prolongado na região central e no bairro Santos Reis, conhecer os bens culturais de cada região e, assim refletir acerca do projeto cultural enfocado no patrimônio cultural dessa cidade. No entanto, não estamos com essa escolha desmerecendo outros lugares, esses constituem nosso recorte espacial para pensar a relação e as similaridades e diferenças entre centro e periferia em Montes Claros.

Andar pelo centro de Montes Claros é bastante instigante e interessante na perspectiva de visualizar os bens culturais, sobretudo aqueles que foram tombados pelo COMPHAC, tidos como símbolos e lugares da memória⁸⁷ e da história local denominado como “centro histórico” ou “Cidade velha”. Há uma variedade enorme de formas de vivenciar essa cidade.

⁸⁶ Verificamos no cotidiano da cidade de Montes Claros, que a Administração Pública Municipal, especialmente de 2009 a 2012, não se organizou com o objetivo de trazer melhorias para a periferia que contempla moradores de baixa renda. No entanto, essa não é uma constatação referente somente a esse período, mas é de longa data e de características históricas e geográficas. Ver em: PEREIRA, Anete Marília; ALMEIDA, Maria Ivete Soares de. *Leituras geográficas sobre o norte de Minas Gerais*. Montes Claros: Unimontes, 2004; PORTO, César Henrique de Queiroz. *Paternalismo, poder privado e violência: o campo político Norte-Mineiro durante a primeira República*. Montes Claros: Unimontes, 2007; PEREIRA, Laurindo Mékie. *A cidade do favor: Montes Claros em meados do século XX*. Montes Claros: Unimontes, 2002; CORDEIRO, Filomena Luciene. *A cidade sem passado: políticas públicas e bens culturais de Montes Claros – Um estudo de caso*. Montes Claros, MG: Unimontes, 2006; e BRITO, Gy Reis Gomes. *Montes Claros da Construção ao progresso: 1917 – 1926*. Montes Claros, MG: Unimontes, 2006.

⁸⁷ Ver em: NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Revista Projeto História*. São Paulo, n. 10, p 7-28, dez. 1993.

As pessoas são distintas e a forma como veem o mundo, as coisas, os fatos e o patrimônio cultural também se apresentam em perspectivas diferentes, pois esta é uma região - “centro histórico” - onde há múltiplos transeuntes que vêm de toda parte da cidade.

Em um primeiro olhar e de posse de algumas informações básicas e oficiais acerca dos bens culturais tombados⁸⁸ ou não, podemos, ao percorrer as ruas centrais de Montes Claros, visualizar o local onde a cidade nasceu e, a partir desse marco, verificamos como, ainda, continua a se expandir. A Praça Dr. Chaves ou Praça da Matriz - nome como todos a chamam ou a conhecem - é o local onde se originou a cidade e, ao seu redor, vai se configurando e ganhando formas até nossos dias. Ao mover-se na cidade, tendo como referência a Praça da Matriz, ponto central, deparamos, ao norte, com a Igreja da Matriz de Nossa Senhora e São José, ponto de encontro religioso e de fé, mas também uma alusão à primeira igreja construída em Montes Claros, onde os montes-clarenses foram se ajuntando e transformando a antiga fazenda em povoado e, posteriormente em arraial, vila e cidade.

De acordo com Milene Maurício (2005), o prédio da Igreja Matriz não é o primeiro. Nesse mesmo local, mais ao fundo, José Lopes de Carvalho⁸⁹ construiu a primeira capela, que posteriormente fora demolida com a finalidade de erigir outra com espaço físico maior, erguida em 1845, pelo padre Chaves, tornando-se a Matriz. Em 1888, o padre Manoel Assunção chamou Constantino Martins Rego para fazer os trabalhos de talha dessa Igreja (MAURÍCIO, 2005). No decorrer do tempo – sobretudo, no final da década de 1990 a 2000 -, a Igreja Matriz passou por reformas que inclusive a descaracterizou. Da mesma forma, no seu entorno verificamos transformações que revelam outra cidade, mais moderna e alinhada à ideia de “progresso e desenvolvimento” (BRITO, 2006).

As fotografias abaixo nos mostram a Praça e a Igreja da Matriz e possibilitam verificar essas transformações. O Largo da Matriz, de acordo com imagem datada de 1911, revela um espaço bastante grande que, vai se desenhando no decorrer do tempo. No princípio era um grande terreno onde os moradores da cidade se concentravam em dias de festas, feiras ou outros eventos. A referida imagem retrata a chegada do primeiro bispo, Dom João Antônio Pimenta, em Montes Claros, vê-se uma concentração de pessoas na frente da Igreja Matriz

⁸⁸ Ver em: MIRANDA, Marcos Paulo de Souza; ARAÚJO, Guilherme Maciel; ASKAR, Jorge Abdo. *Mestres e conselheiros: manual de atuação dos agentes do patrimônio cultural*. Belo Horizonte: IEDS, 2009.

⁸⁹ A Fazenda dos Montes Claros pertencia a Antônio Gonçalves Figueira que, cansado e velho, retorna a São Paulo para ficar com sua família e, assim, vende a mesma para o Alferes José Lopes de Carvalho. José Lopes de Carvalho constrói uma Capela para sua família e moradores dos arredores da Fazenda, visando a realização dos sacramentos e, dessa forma, tendo como referência a Capela nasce ao seu redor, o povoado, que se transforma em Vila e depois em Cidade de Montes Claros. Ver em: GRAÇA, Ruth Tupinambá. *Montes Claros era assim ...* Montes Claros: Unimontes, 2007, p. 11-12.

para recepcionar o Bispo. Nessa primeira fotografia, a Praça se mostra sem arborização, constituindo-se de um espaço público urbano, onde os moradores da cidade compareciam para se divertirem, passearem, encontrarem com outras pessoas, etc., em momentos especiais. A segunda fotografia, cuja data provável é de 1945, nos apresenta outra festividade realizada na Praça. Podemos ver a presença da banda, dando a conotação de outro festejo. Há muitas pessoas de diversas idades na comemoração, manifestando que o lugar era de todos. Essas pessoas se encontram bem vestidas, comprovando que o lugar e o momento mereciam cuidados especiais. A Praça, naquela época, ainda de acordo com o retrato, era bem arborizada, e a sua parte central estava disponível para a reunião de pessoas. De 1911 a 1945, a população ou a Administração Pública percebeu a relevância da arborização do espaço público principal da cidade. A última fotografia, bastante recente, de 21 de abril de 2011, exhibe as mudanças pelas quais a praça passou, como calçamento, ordenação dos jardins, colocação de bancos, arborização e, ao fundo, a Igreja da Matriz. As barraquinhas instaladas ao redor da Praça evidenciam que o local é referência para realização de eventos, nesse caso específico, a Feira de Artesanato⁹⁰.

Prosseguindo com o percurso do nosso passeio, ao lado esquerdo da Igreja Matriz havia um sobrado em estilo colonial construído em 1853, hoje demolido. Atualmente (2013), nesse local, encontra-se um prédio em estilo moderno de dois pavimentos. Do lado direito há um prédio, que fora erguido em 1904, pertencente à família Rêgo⁹¹. Esse edifício resistiu às mudanças e funções que desempenha desde aquela época.

⁹⁰ Ver sobre a feira de Artesanato em: BARBOSA, Carla Cristina. *Sertão: cultura e poder*. In: _____. *A feira e seus aspectos histórico-culturais na formação socioespacial de Montes Claros – MG*. Montes Claros: Unimontes, 2007. p. 45 – 82.

⁹¹ Geralmente os prédios em Montes Claros são denominados com os nomes das famílias que os construíram ou moraram neles. Ainda hoje, muitos dos descendentes dessas famílias, ainda moram nessas edificações. Para conhecer melhor sobre essas famílias ver em: PAULA, Hermes, Augusto de. *Montes Claros sua história, sua gente, seus costumes – Parte II*. Montes Claros: Unimontes, 2007.



Figuras 17,18 e19: Largo da Matriz em 1911e [1945?] e em 21 de abril de 2011, respectivamente.

Fonte: Primeira fotografia sob custódia da Divisão de Pesquisa e Documentação Regional - Unimontes; Segunda, Arquivo Público - Vereador Ivan José Lopes; e terceira, Disponível em:<http://jerusiaarruda.blogspot.com.br/2011/04/cinema_21.html>. Acesso em: 18 maio 2012.



Figuras 20 e 21: Sobrado dos Maurício na década de [1940?] e Casarão da FAFIL em 2007
 Fonte: Acervo do Arquivo Público Vereador - Ivan José Lopes

Atrás da Matriz temos duas edificações, conforme expõe as fotografias acima, consideradas de grande significado para a memória da Cidade: o “sobrado dos Maurício”, construção de 1812, considerado o prédio mais antigo de Montes Claros, restaurado em 2011 e abrigando, desde então, a Secretaria Municipal de Cultura; e a “Antiga FAFIL”⁹² que será no futuro⁹³, o Museu Histórico Regional, também restaurado pelo Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - IEPHA.

Ao sul, do outro lado da Praça da Matriz, avistamos o “sobrado dos Oliveira”, um prédio de dois pavimentos em estilo colonial brasileiro, datado de 1856, hoje sob custódia do Centro de Agricultura Alternativa – CAA, que desenvolve um trabalho de restauração do edifício. Ao leste, temos alguns prédios antigos como o “sobradinho da Senhora Firmiana Alves Maurício”, estilo neocolonial, construído em 1932; o “Sobrado do Padre Paulo Antônio Barbosa”, propriedade dos herdeiros de Hildebrando Mendes, local onde funcionou o primeiro telégrafo da cidade; na sequência, o Centro Cultural Hermes de Paula, uma edificação em estilo moderno, mas que abriga e preserva a cultura por meio de livros, jornais, revistas, documentos e exposições artísticas, culturais e literárias. Ao lado do Centro Cultural está o Palácio Episcopal edificado em 1914 por D. João Antônio Pimenta, a primeira construção feita de tijolos em Montes Claros; ao lado do Palácio temos um prédio em estilo eclético pertencente à família dos Maurício onde, atualmente, funciona uma clínica odontológica dos herdeiros dessa família; e há ainda, um prédio moderno no qual está instalada uma loja de artigos infantis. Do lado oeste, onde antes existia um sobrado do século XIX encontra-se um posto de combustível; mais adiante, o prédio dos Correios e vários pontos comerciais que levam ao “Quartirão do Povo”, rua que compreende o ápice econômico de Montes Claros, a Praça Dr. Carlos. A partir desse ponto existem vários outros edifícios, a maioria são comércios, nos quais a população montes-clarense no seu ir vir, realizam suas compras.

⁹² Construção de 1886 que tinha como finalidade servir de residência e que, posteriormente abrigou a primeira escola pública de Montes Claros, o Grupo Gonçalves Chaves, a primeira Escola Normal, a primeira biblioteca, o primeiro grupo teatral (1905), e as duas primeiras faculdades (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – FAFIL e a Faculdade de Direito - FADIR).

⁹³ Desde meados da década de 1990, que esse prédio vem sendo estudado e restaurado para ser o Museu Histórico Regional. A edificação pertence à Universidade Estadual de Montes Claros e há na estrutura da Instituição, cargos comissionados que são responsáveis por esse trabalho e a implantação do referido Museu. Todavia, até os dias de hoje, não há efetivação da ideia, apesar do prédio se encontrar restaurado.



Figuras 22 e 23: Rua Justino Câmara década de [1940?] e 1997, respectivamente.

Fonte: Fotografia sob custódia da Divisão de Pesquisa e Documentação Regional – Unimontes e acervo pessoal de Filomena Cordeiro

A rua Justino Câmara, localizada ao lado da igreja Matriz, possui muitas construções – prédios e residências – datadas do século XIX, entre elas, o “Sobrado do Coronel Antônio Pereira dos Anjos”, “Sobrado do coronel Celestino Soares da Cruz” e o “Sobrado do alferes José Fernandes Pereira Corrêa”. Nessa rua, atualmente, encontramos residências e alguns pontos comerciais, todavia, predominam as residências. As fotografias acima exibem a rua Justino Câmara em 1940 e 1997, o que possibilita verificar alterações acarretadas pelo tempo e que remetem à ideia de “progresso” como o asfaltamento e a presença de muitos veículos automotores. Nos arredores da Matriz várias outras edificações revelam as construções do início da cidade, geralmente em estilo colonial.

Continuamos nosso percurso em direção à Praça Dr. Carlos⁹⁴, após subir o Quarteirão do Povo, que também constitui ponto de encontro dos moradores do centro e comercial de Montes Claros desde a época da sua construção, início do século XX, assim como passagem de transeuntes de todos os lugares da cidade. Com o passar do tempo e pelo papel da referida praça – trânsito dos moradores da cidade e referência comercial – a Praça Dr. Carlos começou a abrigar os camelôs que vendiam produtos diversos. Mas, antes disso, essa praça tinha ao seu lado também um ponto comercial de grande importância na época: o Mercado Municipal. A edificação do final do século XIX, que abrigava o Mercado Municipal de Montes Claros foi motivo de tensões políticas na época da sua construção entre os dois partidos políticos⁹⁵ da

⁹⁴ A Praça Dr. Carlos foi inaugurada em 20 de fevereiro de 1920, sendo conhecida como Largo de Cima. “(...) Mas esta praça simples era muito importante, porque ali se formara uma interessante cadeia de lojas. À sua volta, foram se agrupando as melhores casas comerciais, que por coincidência, pertenciam aos mais antigos moradores da praça, às mais antigas e tradicionais famílias de uma cidade que, sem recursos econômicos, longe da civilização, as lojas eram a única chance para se ganhar dinheiro. As residências daquela praça possuíam, todas, ao lado, um cômodo de negócios (como diziam), cujos donos nelas sistematicamente moravam. Era muito mais cômodo e tranquilo, atendendo os amigos e compadres a qualquer hora do dia e até à noite. Balconista era raro, o chefe de família com seus filhos davam conta da freguesia. (...)”. (GRAÇA, 23 fev. 2008. Disponível em: <<http://www.montesclaros.com/mural/default.asp?>>. Acesso em 18 maio 2012). No centro da Praça havia um chafariz e um relógio que foi retirado. Em 1988 foi construído dois terminais de ônibus nas suas laterais, visando atender a população, sobretudo da periferia, pois a Praça Dr. Carlos constitui o “centro nervoso” de Montes Claros. No início da década de 1990, camelôs se instalaram na referida Praça e esse fato consistiu em embates frequentes entre o poder público (Prefeitura Municipal) e os ambulantes. Os cidadãos montesclarenses achavam que as barracas instaladas na Praça Dr. Carlos a tornava mais feia, mas diante da situação em que os camelôs necessitavam do exercício dessa atividade para sobreviver, ficavam ora a favor e ora contra os mesmos. Em 2000, esses camelôs com suas barracas são transferidos para um prédio denominado *Shpping* Popular, construído no local onde antes existia o antigo mercado e que, no momento, era o “Cimentão”, estacionamento de carros. Em 2004, a Praça Dr. Carlos sofre mudanças com o objetivo de adaptar melhor a sua função, ou seja, lugar de passagem e circulação dos transeuntes.

⁹⁵ O presente artigo relata sobre essa questão, mostrando que os partidos políticos influenciavam em todos os aspectos da vida dos moradores de moradores, inclusive nas relações afetivas: TUPINAMBÁ, Ruth. *Rixa entre "Estrepes" e "Pelados"*. Montes Claros, 27 dez. 2011. Disponível em: <<http://www.onorte.net/noticias.php?>>. Acesso em: 11 maio 2012. “A nossa cidade foi durante muito tempo, rigorosamente dividida em duas partes. Não era uma divisão projetada por engenheiros ou agrimensores, numa divisão exata, com planta caprichosamente desenhada em papel próprio com as devidas separações em quinhões através dos teodolitos, judicialmente aprovadas, nem tão pouco, pela Administração Municipal ou Estadual. Nada disto. Era

cidade – o “Partido de Cima”, cujo chefe era Honorato José Alves e o “Partido de Baixo” da concentração conservadora liderado por Camilo Filinto Prates. O prédio, mesmo já tendo sido demolido, desperta em alguns moradores sentimento de nostalgia, pois o seu estilo imponente, bem como o movimento comercial do seu entorno propiciava vivências que ainda hoje fazem parte da memória desses moradores. É o que se verifica nos relatos de Ruth Tupinambá Graça na revista do volume II do Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros - IHGMC:

Este mercado foi por muitos anos o ponto vital da nossa cidade, onde a preferência para os “bate papos”, assuntos políticos, religiosos e sociais, negócios, decisões familiares, até batizados, casamentos e desquites, tudo era ali discutido e não existia lugar melhor para as “fofocas”. Aos sábados, tornou-se o hábito de todos, era o dia da feira. Todos os moradores da nossa cidade antiga dirigiam-se ao Mercado para fazer compras. Era feira de verdade onde se encontrava de tudo: arroz com casca ou socado no pilão, açúcar mascavo, rapadura cerenta gostosa, doce de cidra, laranja

simplesmente uma divisão feita por dois partidos políticos importantes da nossa cidade: Partido de Baixo e Partido de Cima com seus apelidos: “Estrepes” e “Pelados”. O de Cima com seu chefe deputado Dr. Honorato Alves que morava na parte superior da cidade. O de Baixo chefiado pelo Deputado Dr. Camilo Prates que morava na parte de baixo, ou seja, na Praça da Matriz hoje Dr. Chaves. Os moradores da parte de cima pertenciam politicamente ao grupo dos “Pelados” e os da parte de baixo ao grupo dos “Estrepes”. Era uma rixa tremenda. Os de cima não toleravam os de baixo. Eram prepotentes julgavam-se superiores e os de baixo, por sua vez, pertencendo á famílias tradicionais , gente que estudou em Diamantina (centro mais civilizado naquela época) professores, doutores, coronéis julgavam-se “donos do pedaço”. Acontecimentos políticos e sociais com graves conseqüências,vinganças e até mortes prejudicavam as famílias. Tudo era dividido ostensivamente: um rapaz do lado de cima não podia namorar com uma moça do lado de baixo, nem tão pouco freqüentar qualquer acontecimento social, político ou religioso dos de baixo e vice-versa. O único lugar freqüentado pelos dois partidos era o Mercado Municipal (hoje infelizmente demolido) portanto ninguém se espantava ou se admirava quando, de repente, surgia uma discussão, uma briga e até tiros. Era a intolerância e impertinência, era o choque entre os Estrepes e os Pelados. Em virtude destas proibições aconteceram muitos casos de fugas (em altas horas) de “donzelas” da sociedade para encontros desejados e proibidos. Certa vez dois jovens de famílias tradicionais da nossa cidade, se apaixonaram. Ela era uma garota linda no esplendor dos seus 18 anos, morena de olhos verdes uma cabeleira loira que emoldurava um rosto perfeito. Ele também um jovem bonito, educado e que correspondia o seu amor na mesma medida. Seu único defeito era pertencer a partido contrário. Certa noite eles apaixonados (Cupido não brinca em serviço) deram uma escapulida e se encontraram ás escondidas. Mas mentira tem pernas curtas e o romance foi descoberto e o inocente encontro tornou-se um escândalo. A proibição foi cerrada. O pai da jovem sentindo-se traído e humilhado perante o partido e a sociedade e como os conselhos e proibições não convenciam a jovem enamorada, resolveu castigá-la dando-lhe uma grande surra. O romance do apaixonado casal não teve um final feliz. No dia seguinte foi uma tragédia em sua casa. Todos choravam A jovem desesperada, revoltada com a injustiça do partido, a intolerância e maldade do pai impedida de ver o seu amor, achou que a única solução da sua vida era a morte, o suicídio. E assim o fez. Ingeriu uma grande quantidade de soda caustica que a levou a morte rápida. Foi um caso extremamente doloroso e que abalou toda a cidade. Mas este drama não serviu de lição para os fanáticos políticos (política é uma praga) a intolerância entre os partidos políticos ainda perdurou por muitos anos. O tempo passou e este triste acontecimento foi como um sonho, ou pesadelo, e hoje ninguém mais se lembra destas histórias e das rixas políticas de cidade pequena. A cidade cresceu. Novas gerações surgiram mais evoluídas mais civilizadas. Aqueles políticos antigos morreram e a política tomou novos rumos. O progresso chegou trazendo nova cultura influenciada por novos Alunos de Faculdades, formados, professores (que naquele tempo eram mais valorizados) escritores, poetas e sonhadores... A fatal animosidade e o coronelismo desapareceram e a civilização veio transformando a “Princesa do Sertão” em “Rainha do Norte de Minas”, onde há lugar para todos os montesclarenses e forasteiros (que aqui são recebidos como filhos) e aqui se enriquecem, numa convivência “quase tranqüila” todos trabalhando, acumulando riquezas, agindo com o coração, amando e respeitando esta terra abençoada exaltando sua música, sua cultura, seu folclore... As duas partes se uniram finalmente formando uma grande e forte corrente, cujos elos envolventes, prendem e enfeitam a quem desta cidade se aproxima.”

em forma embrulhadas em folhas de bananeiras, batidas de Santo Antônio, café em grão (torrado em casa) tão saborosos. Os bruaqueiros com enorme variedade de mercadorias iam chegando, aos poucos, desde madrugada e enchendo o Mercado: farinha de milho bem torradinha, queijos, requeijões, farinha de mandioca do Morro Alto, beiju de goma tão clarinhos. As carnes de porco, carne de sol de “dois pêlos”, em grandes montes (GRAÇA, In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros*, v. II, 2008, p. 227).

O prédio foi demolido, “(...) o velho mercado já não existe mais; foi demolido no ano de 1967, por decreto do então prefeito municipal, Antônio Lafetá Rebelo, em nome do progresso” (ALMEIDA, In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros*, v. VII, 2011, p.145).

Com a demolição do antigo Mercado Municipal, o espaço, antes ocupado por esse edifício, tornou-se um estacionamento e atualmente abriga o *Shopping Popular* que acomodou em suas dependências os camelôs da Praça Dr. Carlos. Desta forma, a referida praça constitui hoje (2013) um lugar de circulação dos moradores da cidade, movimentação que ocorre de maneira bastante impessoal, ao contrário do que acontecia antes, quando esse espaço era um ambiente de partilha e de vivências, sobretudo no antigo mercado.

As fotografias retratam a fachada principal do antigo Mercado Municipal, expondo o ponto estratégico onde estava localizado, assim como exhibe a intensa movimentação comercial que ocorria dentro e no entorno da edificação. Através das imagens vemos pessoas comercializando seus produtos, muitos deles produzidos em seus próprios quintais ou vindos das regiões vizinhas de Montes Claros. Ao fundo, verifica-se a comercialização de gado. O Mercado era, pois, espaço de articulação do comércio de pequeno e grande porte, como evidenciam as imagens.

As fotografias da Praça Dr. Carlos, igualmente, permitem perceber as suas modificações e confirmam os relatos de que era constituída como local de intenso comércio, apresentando os armazéns ao redor, as famosas “vendas”, lugar onde se comercializavam diversos produtos, desde tecidos a alimentos. A Praça era bastante arborizada, como mostram as fotografias de 1930 e 1980, no entanto, em 2009, teve o seu planejamento alterado em conformidade com o projeto urbano da cidade, ou seja, ponto de passagem para agilizar e fluir o comércio e o trânsito de pedestres. Essa Praça se transformou com o objetivo de atender as demandas do sistema capitalista que pede espaços de circulação e escoamento de pessoas.



Figuras 24, 25 e 26: Antigo Mercado Municipal [década de 1940?].

Fonte: Acervo disponível na Divisão de Pesquisa e Documentação Regional da Unimontes e Arquivo Público - Vereador Ivan José Lopes



Figuras 27, 28 e 29: Praça Dr. Carlos nas décadas de [1930?], 1980 e 2009, respectivamente.
 Fonte: Primeira e segunda fotografia do Arquivo Público – Vereador Ivan José Lopes e terceira, Disponível em:
<http://www.google.com.br/imgres?q=pra%C3%A7a+dr.+carlos+de+montes+claros>. Acesso em: 18 maio 2012.



Figuras 30, 31 e 32: Catedral na década de 1960; Estação Ferroviária na década de [1960?]; e Igreja dos Morrinhos em 1997
 Fonte: Acervo disponível na Divisão de Pesquisa e Documentação Regional da Unimontes.

Prosseguindo a trajetória chegamos à Catedral de Nossa Senhora Aparecida, construção de estilo neogótico⁹⁶, tombada como patrimônio cultural de Montes Claros, cuja edificação iniciou na década de 1920 e finalizou em 1950. Ao redor da igreja ainda podemos visualizar alguns prédios antigos, sobretudo de estilo *Art Déco*⁹⁷.

Há ainda outros prédios que podemos vislumbrar durante esse itinerário por fazerem parte do roteiro “turístico” da cidade, bem como trabalhá-los em sala de aula, tanto nas universidades nos cursos de História, Arquitetura, Engenharia e Turismo como no ensino fundamental e médio para explicar a história e a configuração urbana de Montes Claros. Entre essas edificações, podemos citar outros prédios localizados na área central com valor histórico, de antiguidade, de rememoração intencional, de uso e de arte⁹⁸: o Grupo Escolar Gonçalves Chaves, as residências de Dr. João Pimenta de Carvalho e de Francisco Ribeiro, antigo Colégio Tiradentes, Antigo Conservatório de Música Lorenzo Fernandes, Estação Ferroviária, Capelinha dos Morrinhos, além de vários outros monumentos espalhados pela cidade.

Não podemos nos esquecer de relatar os bens imateriais que Montes Claros possui e que constituem fator de identificação ou que foram arquitetados com essa finalidade. Os bens aos quais nos referimos são algumas festas significativas realizadas na região central da cidade que, apesar de não serem tombadas como patrimônio histórico e cultural, consistem em motivo de encontros entre os seus moradores. As Festas de Agosto, por exemplo, Festa dos Catopês⁹⁹, Marujadas e Cabloquinhos, Festival Internacional¹⁰⁰ do Folclore, Festa Nacional

⁹⁶ “A arquitetura neogótica é a corrente estilística, que no contexto do Historicismo do século XIX e começo do século XX, manifesta ligação formal com a arquitetura gótica da Idade Média, tendo-se disseminado no mundo ocidental. Destaca-se como um dos componentes do Historicismo/ Ecletismo, revelando, dentre as correntes medievalistas, como a mais importante no período.” Ver em: MEYER, 2007, p. 728. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/>>. Acesso em: 12 mar. 2012.

⁹⁷ “O período entreguerras na Europa foi marcado pelas vanguardas que, no campo arquitetônico, constituíram o Movimento Moderno. Mas desde o final do século XIX discutia-se a necessidade de renovar a linguagem arquitetônica em face das novas técnicas e demandas da sociedade industrial. Art Nouveau, Art Déco e variantes racionalistas propuseram, antes e durante a afirmação do modernismo, outras soluções para orientar a construção moderna e superar as limitações do academicismo historicista.” Ver em: BLANCO; CAMPOS NETO, 2009, p. 2. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/>>. Acesso em 12 mar. 2012.

⁹⁸ Ver sobre esses valores em: KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. *Os rituais do tombamento e a escrita da história: bens tombados no Paraná entre 1938-1990*. Curitiba: UFPR, 2000.

⁹⁹ Ver o artigo que comenta sobre as referidas festas em: CATOPÊS: celebrando o Congado em Montes Claros/MG. Disponível em: <<http://digiforum.com.br/viewtopic.php?>>. Acesso em: 11 maio 2012.

“O ritual congadeiro, expressão da religiosidade negra que sobreviveu ao processo de imposição cultural, acontece em Minas Gerais durante os festejos de Nossa Senhora do Rosário, São Benedito e Divino Espírito Santo, mesclando tradições africanas com elementos de bailados e representações populares luso-espanholas e indígenas. Montes Claros possui atualmente seis grupos de Congado, sendo um de Caboclinhos, dois de Marujos e três de Catopês que, entre os meses de maio e agosto, desfilam pelas ruas visitando casas e igrejas, devotando sua fé e suas crenças no poder divino. Os Marujos usam vestimentas com as cores azul e vermelho – o azul representando os cristãos e o vermelho representando os mouros. O capitão do terno vem à frente, com sua

do Pequi¹⁰¹, Exposição Agropecuária, Aniversário da Cidade, festas Juninas e festas religiosas, como *Corpus Christi*. Essas festividades constituem força aglutinadora na região central da cidade todos os moradores, “revelando” a “cultura local”. No entanto, estamos tratando de bens culturais materiais e imateriais – edificações e festas - que se encontram na região central da cidade e se caracterizam por concepções políticas acerca do patrimônio cultural de Montes Claros, estas apresentadas aos moradores por instâncias como Secretaria Municipal de Cultura, que promove, no caso, as festas, e COMPHAC que tombam os prédios.

O projeto de bens culturais de Montes Claros, dessa forma, é construído por um grupo de pessoas que representam a sociedade montes-clarense. Contudo, indagações perpassam a mente de historiadores, como nós, cujo ofício permite (re)ler e (re)interpretar essas fontes nos fazendo pensar os motivos que levaram, por exemplo, ao tombamento da Igreja Matriz e o fato do mesmo não ter acontecido com outras igrejas da cidade. Perceber Montes Claros nessa perspectiva possibilita vislumbrar uma cidade como expressão de um campo conflituoso,

espada, conduzindo o cortejo; os Marujos trazem expressa, em sua arte, a fusão de várias tradições portuguesas, encenando grandes feitos náuticos e a vitória do catolicismo sobre os muçulmanos. Na sua música, a alegria e a tristeza sempre estão lado a lado, dividindo os versos, acompanhados por pandeiros, comuns às guardas de Congado de Montes Claros, e por cavaquinhos, violões e violas de 12 cordas. Os Caboclinhos retratam a figura do índio brasileiro, associado à Confraria de Nossa Senhora do Rosário. Seus trajes simbolizam as vestimentas indígenas, com enfeites de penas acopladas às roupas vermelhas. Os Catopês apresentam variações em suas vestimentas, principalmente nas cores, que costumam estar relacionadas àquelas predominantes na bandeira do santo de devoção do terno. Em Montes Claros, os dois ternos de Nossa Senhora do Rosário utilizam camisas e calças brancas, e o terno de São Benedito utiliza, predominantemente, a cor rosa. Os integrantes dos três ternos usam na cabeça o que eles chamam “capacete”, adereço com fitas coloridas e/ou penas – variando de acordo com o terno. Os Catopês usam somente instrumentos de percussão: caixa, chama, tamborim, pandeiro e chocalho. Enquanto Catopês, Marujos e Caboclinhos rendem cânticos de louvor aos santos de devoção, o Festival Folclórico, que acontece no mesmo período, promove shows musicais, exposições artísticas, oficinas culturais, palestras e debates, além de barraquinhas de comidas, bebidas e de artesanato que atraem curiosos, admiradores e turistas da cidade e de todo o Norte de Minas.” Ver em: BARBOSA, Carla Cristina. *Sertão: cultura e poder*. In: _____. *A feira e seus aspectos histórico-culturais na formação socioespacial de Montes Claros – MG*. Montes Claros: Unimontes, 2007. p. 65.

¹⁰⁰ “O Festival Internacional do Folclore acontece anualmente, no mês de maio, e conta com a mistura de danças, cores, ritmo dos grupos folclóricos de Montes Claros, como o Banzé, e, principalmente, com a presença de grupos de diversos países, como Iugoslávia, Itália, Espanha, Índia e outros”.

¹⁰¹ Ver o artigo que comenta a Festa do Pequi em Montes Claros: FESTA nacional do pequi. Disponível em: <http://www.topgyn.com.br/conso01/minas_gerais/>. Acesso em: 11 maio 2012. “A Festa Nacional do Pequi já se tornou uma tradição em Montes Claros, no Norte de Minas, uma cidade distante 417 quilômetros de Belo Horizonte. Servido nas refeições misturado ao arroz e usado para a produção de licores, o pequi é o fruto comestível da árvore *Caryocar brasiliense*, nativa do Brasil. A preservação do pequizeiro já virou símbolo da luta contra a devastação do cerrado. Símbolo da culinária regional, o pequi é motivo de festa e fartura. Trata-se de uma espécie vegetal de grande valor econômico para a região do cerrado, apresentando valor nutricional para a população do sertão norte-mineiro. Realizada desde 1990, a festa se dá em fevereiro no Parque de Exposições João Alencar Athayde e leva um público diversificado. Reúne desde os apreciadores do famoso arroz-com-pequi até especialistas em conservação do ambiente. Além de exposições, palestras e concursos de culinária, os visitantes têm ainda a oportunidade de assistir apresentações de artistas da região, que já revelou talentos musicais como o montes-clarense Beto Guedes. A Festa Nacional do Pequi oferece oficinas para o aproveitamento do pequi na geração de renda. Outro destaque é a culinária, com o tradicional concurso Arroz com Pequi. O objetivo é estimular a criatividade dos apreciadores da culinária do pequi e preservar a culinária norte-mineira.”

onde há uma memória e uma história que devem ser oferecidas e cultuadas como “oficial e verdadeira”. Tombar edificações que se localizam no centro da cidade significa muitas coisas, além de guardar na memória o local onde a cidade surgiu, é igualmente perpetuar as experiências de um grupo que se diz “dono” da cultura e do saber local. Nesse contexto de preferências de projetos culturais que perpassam todas as outras dimensões humanas, vemos uma cidade ser (re)(des)construída pelas mãos de muitos ou melhor, de todos, inclusive de trabalhadores, relegados a escanteio nesse campo em que acredita-se ser obrigado ter “cultura”, ser letrado ou estudado para compreender o que está sendo planejado, falado, escrito ou instituído.

A cidade é construída por todos, mas os projetos articulados nela e para ela excluem determinados grupos, em especial a classe trabalhadora, geralmente habitante da periferia. Ao recusar ou não apresentar outras possibilidades para se assimilar e apreender a cidade, os atos de apropriação e expropriação se debatem com a resistência e insubordinação por meio de diferentes patrimônios culturais que se revelam, por exemplo, nas periferias, e manifestam o pertencimento social, não através somente de prédios antigos ou festas que acontecem na região central. Diferentes sujeitos sociais no seu dia a dia, vivendo a rotina diária do trabalho, do lazer, do morar, do vestir, do comer, e de tantos outros atos, dão sentidos às coisas e ao mundo que está ao seu redor. Assim, temos, não apenas uma única história e memória, mas “Muitas Memórias, portadoras de outras histórias”, que nos revelam uma cidade plural e diversa com significados e sentidos estabelecidos também pelos trabalhadores, desempregados, pobres, enfim, os excluídos e marginalizados pelo planejamento urbano ou pelas políticas públicas, que pensam Montes Claros para alguns e não para todos.

Nesse mesmo caminho, ou seja, percorrer lugares com o objetivo de mostrá-los melhor, assim como conhecer seus bens culturais, queremos sair do centro e refletir a periferia de Montes Claros. Se, na área central da cidade temos as manifestações culturais citadas acima, na periferia também vamos encontrar outras, que são repletas de sentido para os seus moradores como, por exemplo, a Festa dos Santos Reis, que acontece no bairro Santos Reis; a Feira de Artesanato do bairro Santos Reis; a feira do bairro Major Prates; a Festa de Nossa Senhora da Consolação no bairro Cintra; a Feira Livre no bairro Major Prates; as Barraquinhas no bairro Todos os Santos; a Festa de São Judas no bairro São Judas; além de outras mais.



Figuras 33, 34, 35 e 36: Festa de Agosto na Igreja do Rosário e os catopés; Festa de São Judas (2012); e Feira no bairro Major Prates (2011).

Fonte: FESTAS de agosto. Disponível em: <<http://www.overmundo.com.br/banco/a-mistica-do-agosto>>. Acesso em: 25 maio 2012; FONSECA, Kamila Freire, 2012; e ALMEIDA, Shirley Patrícia Nogueira de Castro e 2011, p. 67, respectivamente.

As fotografias acima retratam os bens imateriais de Montes Claros como as Festas de Agosto, que acontecem anualmente na região central. De acordo com Hermes de Paula (2007), a Festa de Agosto é uma festa religiosa em homenagem a Nossa Senhora do Rosário, São Benedito e Espírito Santo. Durante a festa acontece a celebração de missas com o levantamento de mastro e realizam-se as marujadas, catopés e caboclinhos. As imagens nos mostram os catopés dançando com suas roupas coloridas e alegres em frente à Igreja do Rosário, local em que se realiza a mencionada festa, área central da cidade. Em agosto, na época da festa, na Avenida Coronel Prates, onde se situa a Igreja do Rosário, são instaladas barraquinhas com comidas e artesanato típicos da região norte mineira, bem como *shows* musicais com artistas regionais e apresentação de danças folclóricas. O evento atrai um grande número de moradores, tanto da cidade como das regiões circunvizinhas.

Na sequência das fotos acima, a terceira apresenta a Festa de São Judas, que ocorre no bairro de mesmo nome, localizado na periferia de Montes Claros. Essa também é uma festa religiosa que atrai moradores de outras localidades da cidade, bem como pessoas de várias cidades do norte de Minas Gerais. Os festejos em homenagem a São Judas, santo padroeiro, faz parte da devoção da maioria dos moradores do bairro. Durante a festa organizam-se barraquinhas que comercializam comidas típicas, também os eventos sacros (procissões e missas) são a tônica da festa.

A quarta fotografia retrata a Feira do Major Prates, que acontece nos finais de semana e agrega comerciantes do referido bairro, mas, também de outros lugares da cidade.

Sendo assim, apontamos dois eventos - bens imateriais – que ocorrem nas periferias de Montes Claros - bairros São Judas e Major Prates – que atraem os moradores da cidade e da região. Eventos esses que dão sentidos e significados a quem deles participa efetivamente ou apenas se mostra como um atrativo turístico ou acadêmico. Da mesma forma, continuando com a reflexão do patrimônio cultural de “pedra e cal”¹⁰², a periferia de Montes Claros possui edificações tão expressivas quanto as da área central e constituem histórias e memórias da cidade, dentre elas, podemos citar, a gruta dos Santos Reis, a Igreja de São Geraldo, casas diversas no bairro Alto São João e a Igreja de São Francisco de Assis no Morro do Frade.

¹⁰² Alusão ao texto de: FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.) *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.



Figuras 37, 38 e 39: Capela de São Geraldo (s.d.); Igreja do Morro do Frade (1997); e Festa e Gruta dos Santos Reis (2012).
 Fonte: Arquivo Público Vereador - Ivan José Lopes; CORDEIRO, Filomena Luciene, 1997; ANDRADE, Daniel Ruas, 2012, p. 23, respectivamente.

As regiões periféricas da cidade também apresentam suas possibilidades de sentido coletivo que merecem a atenção dos órgãos públicos para sua valorização de forma institucional. Há bens com valores de antiguidade de uso e histórico como podemos observar na Gruta dos Santos Reis, situada no bairro de mesmo nome e na Igreja de São Francisco de Assis no Morro do Frade. Esses templos religiosos são utilizados para visitação ou celebração de eventos religiosos. A Gruta dos Santos Reis é marco inicial de fé, mas, igualmente do surgimento do bairro, sendo referência para os moradores daquele lugar.

A Capela de São Geraldo, situada no Bairro São Geraldo II, foi tombada através do Decreto nº 1761/1999, sendo a única Igreja localizada na periferia de Montes Claros que foi contemplada com esse ato. Esse tombamento revela a importância dessa Igreja para a comunidade e a cidade, pois em meio a outros bens, selecionaram-na para oficializá-la como patrimônio cultural. Como é possível mostrar através da fotografia abaixo, a referida Igreja é bem simples e pequena, apresenta uma fachada com três óculos, elemento arquitetônico, de forma quadrada, localizada acima da porta principal. Há um sino que chama a comunidade para as orações. O teto possui duas caídas. Conforme descrevemos a Capela de São Geraldo e, examinando a fotografia, notamos suas semelhanças arquitetônicas.

Esse breve passeio pelo centro da cidade, com alguns desvios pela periferia, revela patrimônios culturais pensados, sobretudo como projeto de cultura por órgãos oficiais como a Prefeitura Municipal/Secretaria de Cultura/Conselho de Patrimônio Histórico e Artístico de Montes Claros. A imprensa local, através de suas reportagens, também legitima social e intelectualmente esse projeto e bens culturais. Inclusive, alguns desses bens são tombados, conforme abordamos anteriormente, denotando a sua legitimidade.

O passeio cultural por Montes Claros não pode se limitar à região central da cidade, pois, existem outros lugares de memórias que não se encontram nela, conforme evidenciado acima. Há vários bairros que possuem seus lugares de memórias e merecem a mesma atenção como patrimônio cultural. Poderíamos fazer um passeio, por exemplo, pelo bairro Santos Reis¹⁰³. Esse bairro surgiu em 1932, de acordo com a Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros, v. VIII, sob a liderança do:

(...) místico Pedro Xavier Mendonça, que herdou as terras do sogro Teófilo Martins de Freitas, filho de tradicional família montes-clarense, e que para lá se mudou em busca de sossego e de saúde, a comunidade se organizou e se consolidou, sobretudo

¹⁰³ Ver sobre a história do bairro Santos Reis em: REIS, Filomena Luciene Cordeiro; LEITE, Marta Verônica Vasconcelos. Vivências, fé e devoção: práticas cotidianas e o festar no bairro Santos Reis. In: *Festa de Santos Reis: 80 anos de manifestações alegres e simples da fé*. Montes Claros: Unimontes, 2012. (No prelo)

a partir da construção da gruta-presépio, da realização anual da festa dos Santos Reis com a tradição da Folia e das Pastorinhas (REIS; LEITE, 2011, p. 47).

No bairro Santos Reis, localizado na periferia de Montes Claros - assim como tantos outros - encontramos espaços com significados sociais de suma importância para a comunidade, como a Igreja dos Santos Reis, local onde se realiza a festa dos Santos Reis; a Gruta dos Santos Reis, ponto onde nasceu o bairro em 1932, conforme tratado anteriormente; o antigo Centro de Integração e Atendimento ao Menor – CIAME, que atendia, nas décadas de 1980 e 1990, jovens, crianças e donas de casa, oferecendo aulas de dança, bordado, costura e pintura, entre outras atividades; a rua Geraldino Machado que, desde a década de 1970, tornou-se ponto de encontro da juventude do bairro aos domingos e local de encontro dos casais de namorados. O Santos Reis possui manifestações que perpassam a "pedra e o cal", pois seus moradores, na sua grande maioria trabalhadores que migraram para Montes Claros em busca de uma vida melhor, trouxeram seus costumes da zona rural, que foram sendo transformados na vida cotidiana pela sobrevivência.

Retomando o roteiro pelas ruas do centro de Montes Claros, que nos revela essas edificações constituídas como "centro histórico" ou "cidade velha" e as festas de caráter popular, e comparando-as aos movimentos que ocorrem no Santos Reis, a ideia é mostrar que há um projeto de cidade a partir, sobretudo, da perspectiva cultural, que não contempla de forma oficial outros espaços até o momento na e da cidade. Com exceção de bens naturais, fazendas situadas afastadas da região central e a Capela São Geraldo que são tombadas e, assim, institucionalizadas e oficializadas, a periferia não é considerada nesse aspecto. A Capela São Geraldo, construída em 1910 e localizada no bairro de mesmo nome, é o único bem cultural tombado fora do centro de Montes Claros, ou seja, na periferia¹⁰⁴. Esse tombamento é justificado porque a referida Capela possui características arquitetônicas que remetem às neocoloniais. Também se observa que o patrimônio cultural colocado em debate e, sobremaneira no senso comum, está sempre vinculado com exclusividade ao patrimônio arquitetônico.

De acordo com Françoise Choay (2006), ocorre um processo na evolução da percepção dos patrimônios culturais desde os tempos medievais até o século XX, culminando

¹⁰⁴ Há outros bens tombados – arqueológicos e rurais - que não se encontram no centro de Montes Claros, mas nos seus arredores e distritos do Município que constituem: Lapa Grande, Lapa pequena, Lapa Encantada, Lapa do Andorinhão, Lapa do gado Manganagem, Lapa da Claudina, Lapa das Garças, Lapa dos Gauribas, Lapa do Buriti, lapa do Cedro, Lapa das Cabeceiras, Lapa do Pilão, Abrigo do Pau Preto, Lapa do Furadinho, Lapa do Guiné, Lapa do Fabiano, Lapa Santa Rita, Lapa da Tapuia, Fazenda das Quebradas e Fazenda Canoas. Ver em: MONTES CLAROS, MG. Câmara Municipal de Montes Claros. *Lei nº 1.652, de 02 de outubro de 1987*. Montes Claros, 2 out. 1987.

nos tempos atuais em atentar para as questões relativas aos valores comunitários de um determinado bem cultural. Porém, esse foi um processo lento e gradual, quando o homem, principalmente os estudiosos do assunto, perceberam que não podiam determinar o que tem ou não significado para uma comunidade¹⁰⁵. Nesse sentido, é necessário observar as tensões referentes ao assunto, lançando outras possibilidades de olhares como nos sugere Beatriz Sarlo¹⁰⁶.

Nessa perspectiva, a proposta desta tese constituiu-se em refletirmos não apenas os bens culturais arquitetônicos, mas também outros patrimônios, como as vivências e, principalmente, os documentos arquivísticos que se encontram sob a custódia de arquivos públicos, inseridos em contextos de tensões, conflitos e coerções. Esses conflitos, ou muitos deles podem, estar registrados nesses documentos e, dessa forma, contar outras histórias além das oficiais. A análise desses documentos possibilita também a constatação de que, a construção da política de preservação do patrimônio cultural¹⁰⁷ de Montes Claros, Minas Gerais, torna visível políticas públicas excludentes e marginais, sobretudo em relação às áreas periféricas e aos grupos que habitam fora do centro da cidade. Para tanto, a pesquisa neste capítulo se propôs a pensar esses bens culturais articulados a partir de fontes como as revistas do Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros, o livro *O patrimônio histórico de Montes Claros* de autoria de Milene Antonieta Coutinho Maurício - memorialista e gestora cultural de Montes Claros por muito tempo - e a imprensa montes-clarense que, de acordo com o estudo, mostrou uma versão e perspectiva oficial.

As fontes sobre a história de Montes Claros são bastante escassas, no que se refere aos séculos XVIII, XIX e meados de XX. Dessa forma, as obras dos memorialistas como Hermes de Paula (1909 – 1983), Urbino de Sousa Viana (1870 - 1945), João Vale Maurício (1922 – 23/03/2000), Ruth Tupinanbá Graça, Nelson Vianna, Cândido Canela (1910 - 1993), Mauro Moreira, Simeão Ribeiro Pires (1959 – 1962), Haroldo Lívio, Dário Teixeira Cotrim, Cyro dos Anjos (1906 – 1993) e outros que registraram acontecimentos de Montes Claros, tornam-se fontes primárias quando se pretende um aprofundamento sobre a história local e regional. Para tanto, a leitura e análise das obras de alguns desses memorialistas se fizeram necessárias com o objetivo de pensar a concepção de patrimônio cultural desse grupo de pensadores locais que possuíam, ou ainda possuem poder, sobretudo intelectual e político, para um

¹⁰⁵ Ver em: CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade; UNESP, 2006.

¹⁰⁶ SARLO, Beatriz. Um olhar político. In: *Paisagens imaginárias*. São Paulo: Edusp, 1997. p. 55-63.

¹⁰⁷ Ver sobre a história da preservação do patrimônio cultural no Brasil em: PINHEIRO, Maria Lúcia Bressan. Origens da noção de preservação do patrimônio cultural no Brasil. In: *Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo*, Programa de Pós Graduação do Departamento de Arquitetura e Urbanismo, USP, 2/2006, p. 4-14.

projeto cultural da cidade. A visão na escrita da história de Montes Claros e região norte mineira desses memorialistas permite várias possibilidades de pesquisa.

Percebe-se que as obras dos memorialistas e cronistas possuem características muito próprias, não se vinculando a nenhuma corrente historiográfica específica. Este modelo, porém, não exclui probabilidades de reflexão sobre a cidade, pelo contrário. Por isso, a ideia nesse item da tese consistiu em analisar o livro de Milene Antonieta Coutinho Maurício¹⁰⁸ intitulado *O patrimônio histórico de Montes Claros*. A análise desse material foi de grande valia, pois trata especificamente do patrimônio cultural de Montes Claros, mostrando uma concepção particular que, todavia, perpassa a ideia de grupo, apresentando-se como percepção coletiva. Essa assertiva se manifesta concretamente nos bens culturais tombados na e da cidade, tidos como “históricos” e listados nessa obra. Encontramos outros textos como é o caso da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros que tratam sobre esse assunto, contudo, não de forma tão particular quanto o livro de Milene Maurício. Assim, desmerecê-la seria um grande desperdício historiográfico. Essa escolha consiste em um recorte de fontes possíveis para se pensar a temática problematizada a partir de conceitos e teorias historiográficas, pois o historiador não é capaz de trabalhar todos os documentos, versões, tempos e espaços históricos¹⁰⁹.

O livro de Milene Maurício constitui resultado de um trabalho monográfico do curso de “Especialização em Museologia”, bastante elogiado pelos professores, conforme verificamos na parte denominada “Comentários”, onde encontramos bilhetes contendo essas informações. Milene Maurício na apresentação do livro coloca duas questões significativas: primeiro, poucas pessoas conhecem a história de Montes Claros e a “epopeia” de seus fundadores e, segundo, o descaso e a falta de documentos para escrever sobre a nossa memória.

Poucos conhecem a história de Montes Claros. **A epopéia de seus fundadores; a luta heróica dos que fincaram as raízes do arraial;** a crença no futuro dos habitantes da tímida Vila das Formigas; a fé inabalável e o espírito indômito do

¹⁰⁸ Ver em: MAURÍCIO, Milene Antonieta Coutinho. *O patrimônio histórico de Montes Claros*. Montes Claros: Unimontes, 2005. “(...) é mineira de Montes Claros, licenciada em pedagogia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Montes Claros, com habilitação em Orientação Educacional e Supervisão escolar. Pertence à Academia Montes-clarenses de Letras; é membro da Comissão Mineira de Folclore; especialista em pesquisa do folclore regional. Já ofereceu a Minas Gerais seu livro *As Mais Belas Modinhas*. Com a mesma sensibilidade, lançou, pela Editora Comunicação, o livro para crianças *Vamos Brincar de Brincar*. Foi premiada, em Montes Claros, por duas monografias: em 1984, com o I Centenário da Imprensa de Montes Claros. Em 1985, com Centenário do Poeta e Jurista João Chaves. Ainda em 1985, alcançou o prêmio Bárbara Eliodora, em Belo Horizonte, pelo Conselho Estadual da Mulher, com a monografia *Emboscada de Bugres - Tiburtina e a Revolução de 1930*, que agora se transforma em livro.”

¹⁰⁹ Ver em: BLOCH, Marc. *Apologia da história ou ofício do historiador*. Rido de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

sertanejo que sonhou transformá-la numa cidade; o suor e o sangue de vários desbravadores anônimos que tornaram-na como trincheira de luta e venceram tantos **desafios que teimavam em entrar-lhe o progresso** (Grifos nossos) (MAURÍCIO, 2005, p. 21).

Milene Maurício, no início do texto, diz que poucos conhecem a história de Montes Claros. Essa afirmação é relevante no sentido de atentarmos para qual história as pessoas devem conhecer e os sentidos que a mesma pode ter em suas vidas. A história possui várias versões, por isso, conhecê-la não significa necessariamente se identificar com ela. A família, muitas vezes, tem o hábito de sentar e conversar sobre o que viveu. Nossos pais contam como se conheceram, casaram, tiveram filhos, lutaram para nos criar, nossos primeiros passos e palavras, nossas brincadeiras extravagantes que marcaram todos, enfim, (re)lembra como viveram anos atrás, no passado. Ao descreverem esses fatos mostram como são protagonistas dessa história, muitas vezes divertida, alegre, cheia de conquistas e vitórias, outras triste, com derrotas e perdas. São nessas narrativas íntimas que nos conhecemos melhor, sabemos quem foram nossos avós, bisavós, tios, primos, amigos, enfim, pessoas que fizeram parte desse círculo familiar e nos reconhecemos nele. Esse é o sentimento de pertencimento. Se reconhecer nessa história mostra que os acontecimentos nos envolvem como sujeitos sociais, dando sentido na nossa caminhada, nesse caso, familiar. Entretanto, vivemos a vida por inteiro, assim, os outros aspectos – político, econômico, social, cultural, intelectual, afetivo, ético, moral, etc. – também são contemplados nas nossas ações que vão transformando o mundo que nos rodeia e a nós próprios. Hobsbawm, nesse sentido, afirma que,

Todo ser humano tem consciência do passado (definido como o período imediatamente anterior aos eventos registrados na memória de um indivíduo) em virtude de viver com pessoas mais velhas. Provavelmente todas as sociedades que interessam ao historiador tenham um passado, pois mesmo as colônias mais inovadoras são povoadas por pessoas oriundas de alguma sociedade que já conta com uma longa história. Ser membro de uma comunidade humana é situar-se em relação ao seu passado (ou da comunidade), ainda que apenas para rejeitá-lo. O passado é, portanto, uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade humana. O problema para os historiadores é analisar a natureza desse “sentido do passado” na sociedade e localizar suas mudanças e transformações (HOBBSAWM, 1998, p. 22).

Contudo, esse fato - lembrar o passado - acontece com todos os homens, pois é “(...) uma dimensão permanente da consciência humana” (HOBBSAWM, 1998, p. 22), possibilitando-os se identificarem com um determinado grupo(s), lugar(es) e tempo(s). As lembranças são de todos que querem recordar e, mesmo aqueles que não têm esse interesse, viveram e guardam vestígios do seu passado, na memória, nos documentos pessoais e oficiais,

no ato de viver. Não obstante, o texto de Milene Maurício ressalta a importância de conhecer a história de Montes Claros, mas com ênfase em algumas pessoas e acontecimentos específicos como a “(...) **epopéia de seus fundadores; a luta heróica dos que fincaram as raízes do arraial (...) que teimavam em entrar-lhe o progresso**” (MAURÍCIO, 2005, p. 21). A história para se conhecer da cidade se volta para os chamados “heróis ou heroínas” e acontecimentos grandiosos. Mas, além dessas figuras, os homens em geral, independente da classe social, se relacionam o tempo inteiro, fazem a sua trajetória e, conseqüentemente suas escolhas, o que os leva a ganhar muitas vezes, assim como perder. Todos nós somos agentes históricos, que transformam o mundo a nossa volta. Analisando a participação do homem comum, como de cada um de nós, enquanto ator social e, refletindo o texto de Milene Maurício, que se propõe a escrever uma história que contempla “heróis” e fatos grandiosos, pessoas que lutaram heroicamente para que Montes Claros alcançasse o progresso atual, percebemos uma cidade cujo espaço é conflitivo, expressando uma apropriação seletiva e excludente.

A cidade é construção coletiva, mas apropriada por poucos. Essa história institui uma epopeia, ou seja, “Poema longo sobre assunto heróico. (...) Série de ações heróicas” (BUENO, 1996, p. 251). No entanto, na cidade existe, além desses heróis, os anônimos que se encontram no seu cotidiano trabalhando para se sustentar e, sem, principalmente cargos políticos para intervir na gerência desse lugar, transformando-o com o seu viver diário. A partir de suas experiências em diversas dimensões, esses homens comuns são igualmente desbravadores, ou seja, “heróis”, pois, por meio do suor, sobretudo do seu trabalho na luta pela sobrevivência nesse espaço-temporal, chegam ao sertão¹¹⁰/interior e o transforma em cidade através do ato cotidiano de viver. Raymond Williams (1989) por meio do estudo da história e literatura nos permite entender os conflitos sociais entre esses espaços: campo/sertão/interior e cidade que, constituem historicamente modos de viver. Esses lugares – campo e cidade - são movidos por sujeitos sociais que vivem e, ao existir, vão modificando-o de acordo com suas experiências e relações estabelecidas com o outro e o meio em que se encontram inserido. Campo, apesar de denotar um caráter bucólico, campestre e simples, diferente da cidade, renova-se e inova-se, pois consiste em um lugar de ação do homem, agente histórico que impõe mudanças no próprio ato de existir. Pensar Montes Claros nessa

¹¹⁰ Ver sobre sertão: - RIBEIRO, Ricardo Ferreira. *Sertão, lugar desertado: o cerrado na cultura de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. - RIBEIRO, Ricardo Ferreira. *Florestas anãs do sertão: o cerrado na história de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. - ESPINDOLA, Haruf Salmen. *Sertão do Rio Doce*. Bauru, SP: Edusp, 2005.

perspectiva de Raymond Williams (1989) é interessante, uma vez que, ainda “sertão/campo”, constitui movimento no sentido de mostrar ação transformadora e não estagnação, a partir dos modos de viver de todos os moradores desse lugar e, não apenas de alguns, os “heróis”, e comprova quantos desafios o homem comum superou para “(...) **transformá-la numa cidade (...) e entrar-lhe o progresso**” (Grifos nossos) (MAURÍCIO, 2005, p. 21).

Após fazer essa anotação sobre o papel dos “heróis fundadores”, Milene Maurício faz um apelo no seu livro para que os moradores de Montes Claros possam doar acervos que possibilitem a escrita da história ou o não esquecimento da memória da cidade. Esse pedido demonstra tanto o descaso das políticas públicas de patrimônio documental/arquivístico, quanto a ausência desses em Montes Claros e também a dificuldade para se escrever sobre a história da cidade sem uma documentação que constitua fonte de pesquisa. Milene Maurício afirma que,

A presente e despretensiosa monografia faz um retrospecto da história e da atual situação do **patrimônio que ainda nos resta. Faz um alerta para o descaso e esquecimento que são relegados o nosso acervo** e a nossa memória cultural. Faz ainda um apelo aos dirigentes, historiadores e a toda a população para que, em benefício das gerações futuras, **sejam doados à municipalidade jornais, revistas, fotografias, objetos, livros, anotações e documentos** ligados à origem da nossa querida Montes Claros (Grifos nossos) (MAURÍCIO, 2005, p. 22).

Essa é uma preocupação geral de Milene Maurício e de outros pesquisadores de Montes Claros. Há vários relatos de memorialistas e cronistas nesse sentido, como Nelson Vianna em Efemérides Montesclarenses e Foiceiros e Vaqueiro, Ruth Tupinambá Graça em Montes Claros era assim... e Simeão Ribeiro Pires em Raízes de Minas, respectivamente:

Mesmo assim, **é forçoso reconhecer que existem lacunas dificilmente sanáveis, por falta de documentos.** Um exemplo está no período de toda **gestão do cel. Joaquim José Costa.** Os livros referentes à sua administração, inclusive os das atas das sessões da Câmara, da sua posse e da dos vereadores, que deveriam servir de no espaço de 1912 a 1916, **desapareceram inexplicavelmente.** Como eles, **diversos outros de várias administrações foram criminosamente consumidos** (Grifos nossos) (VIANNA, 2007, p. 9).

É bem verdade que também os meus **informantes** muita coisa **souberam por outiva** (sic). (...) Na maior parte, **chegam-nos pela tradição oral** (...). Temos, porém, graças a **memória** de (...) (Grifos nossos) (VIANNA, 2007, p. 10)

Quis apenas **contar histórias**, obedecendo aos **impulsos de um coração** saudosista, **cheio de recordações...** **Histórias que ouvi, momentos vividos intensamente, lembranças que ficaram guardadas** (na minha alma e na minha retina), como um filme lindo que vimos na infância, adolescência ou juventude, um filme que nos emocionou muito e do qual nunca nos esquecemos! (Grifos nossos) (GRAÇA, 2007, p. 9).

Que encanto encontrar e penetrar no filão, dispor à vontade do mapa da mina, **batear documentos como garimpeiro, encontrar na pesquisa diária na Torre do**

Tombo, ou Arquivo Ultramar (...). Nas largas e confortáveis mesas de leitura dos **arquivos portugueses** apareciam, vez por outra, alguns brasileiros, sempre apressados (Grifos nossos) (PIRES, 2007, p. 31).

Podemos observar nos textos acima, relatos sobre a ausência de documentos que desaparecem de forma inexplicável e até mesmo criminosa, assim como a oralidade e arquivos portugueses que são indispensáveis para escrever sobre Montes Claros. Há lacunas na documentação de órgãos públicos da cidade, sobretudo do Poder Legislativo e Executivo que provocam vazios na historiografia local e regional¹¹¹.

A partir dessa apresentação, na qual Milene Maurício reivindica documentos para não se perder a história de Montes Claros, ela discorre sobre os patrimônios culturais da cidade com o desejo de deixar registrado o que ainda resta, descrevendo-os e relatando a história oficial que se tem sobre eles, também expõe fotografias com o objetivo de que os leitores visualizem o objeto narrado. Pelas referências bibliográficas do livro verifica-se que suas fontes constituem dos memorialistas/cronistas da cidade como Rui Veloso Versiani dos Anjos, João Vale Maurício, Hermes de Paula, Nelson Vianna, Urbino de Sousa Viana, entre outros, assim como jornais que tratam sobre a história desses mesmos bens. Essas fontes revelam a preocupação dos escritores montes-clarenses em cultivar a memória local, já que, caso não o tivessem feito, haveria um vácuo maior ainda para a historiografia. Podemos constatar no formato da pesquisa de Milene Maurício um trabalho descritivo, cujo objetivo é relacionar esses patrimônios históricos para que as novas gerações possam, no futuro, remeter a eles como referências da cidade. Contudo, esse livro traz implícita uma concepção de patrimônio cultural, consequentemente, um projeto de cultura para Montes Claros, pois a autora era um agente cultural.

Milene Maurício explora no seu livro fotografias e desenhos que ilustram sua narrativa, revelando as edificações e pessoas que constituem “bens culturais de Montes Claros”. Dessa forma, seu primeiro texto mostra uma “Visão retrospectiva do Arraial de Formigas no final do século XVIII” (MAURÍCIO, 2005, p. 23) por meio de um desenho que detalha a Praça Dr. Chaves na época da origem da cidade. Esse desenho é significativo, pois retrata as primeiras casas e a capela e, revela as edificações tombadas na atualidade, e outras já demolidas nos dias atuais (2013).

¹¹¹ Ver sobre esse assunto em: CORDEIRO, Filomena Luciene. *A cidade sem passado: políticas públicas e bens culturais de Montes Claros – Um estudo de caso*. Montes Claros, MG: Unimontes, 2006.

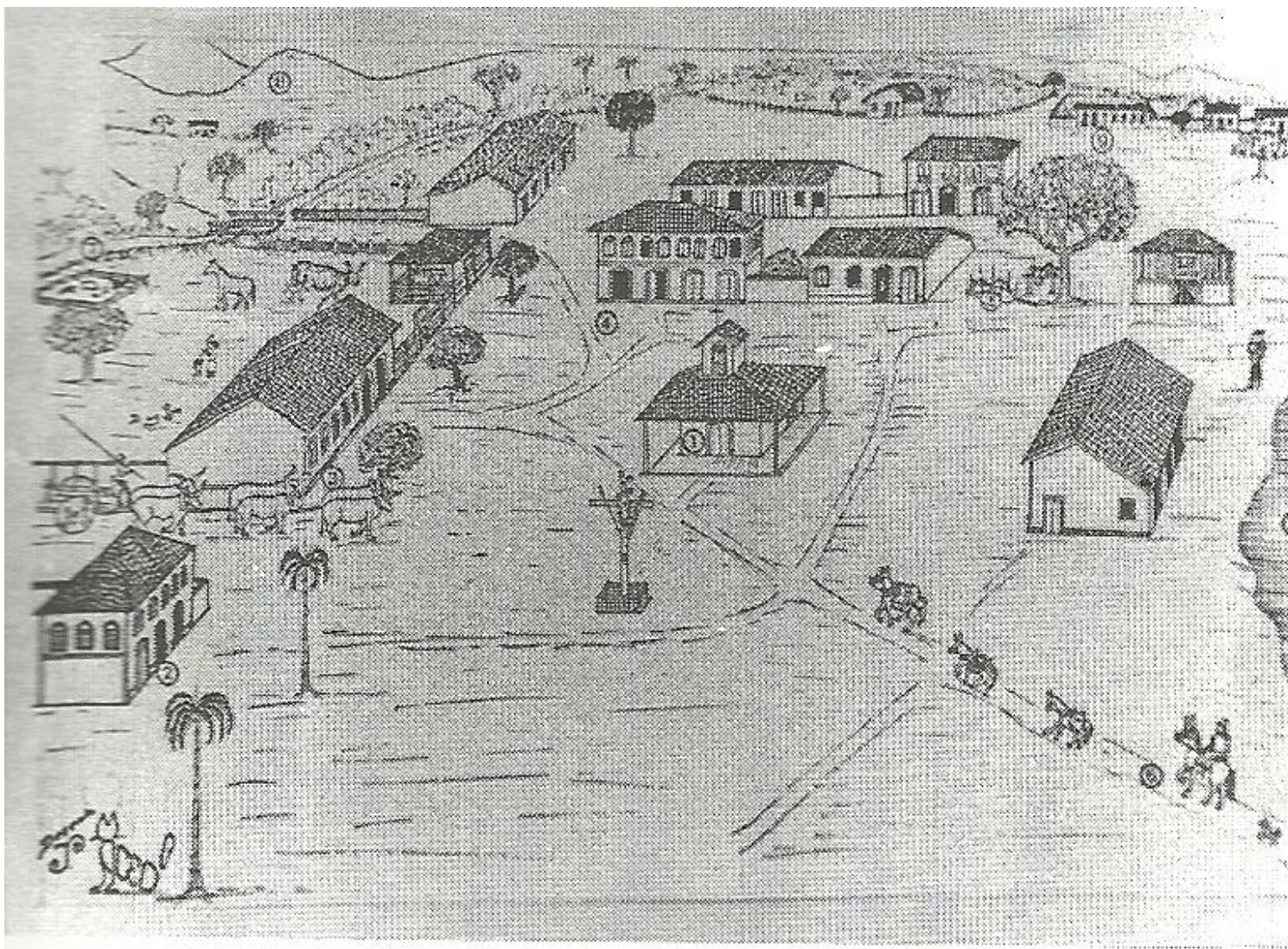


Figura 40: Desenho do Arraial de Formigas no final do século XVIII.
Fonte: Acervo disponível na Divisão de Pesquisa e Documentação Regional/Universidade Estadual de Montes Claros.

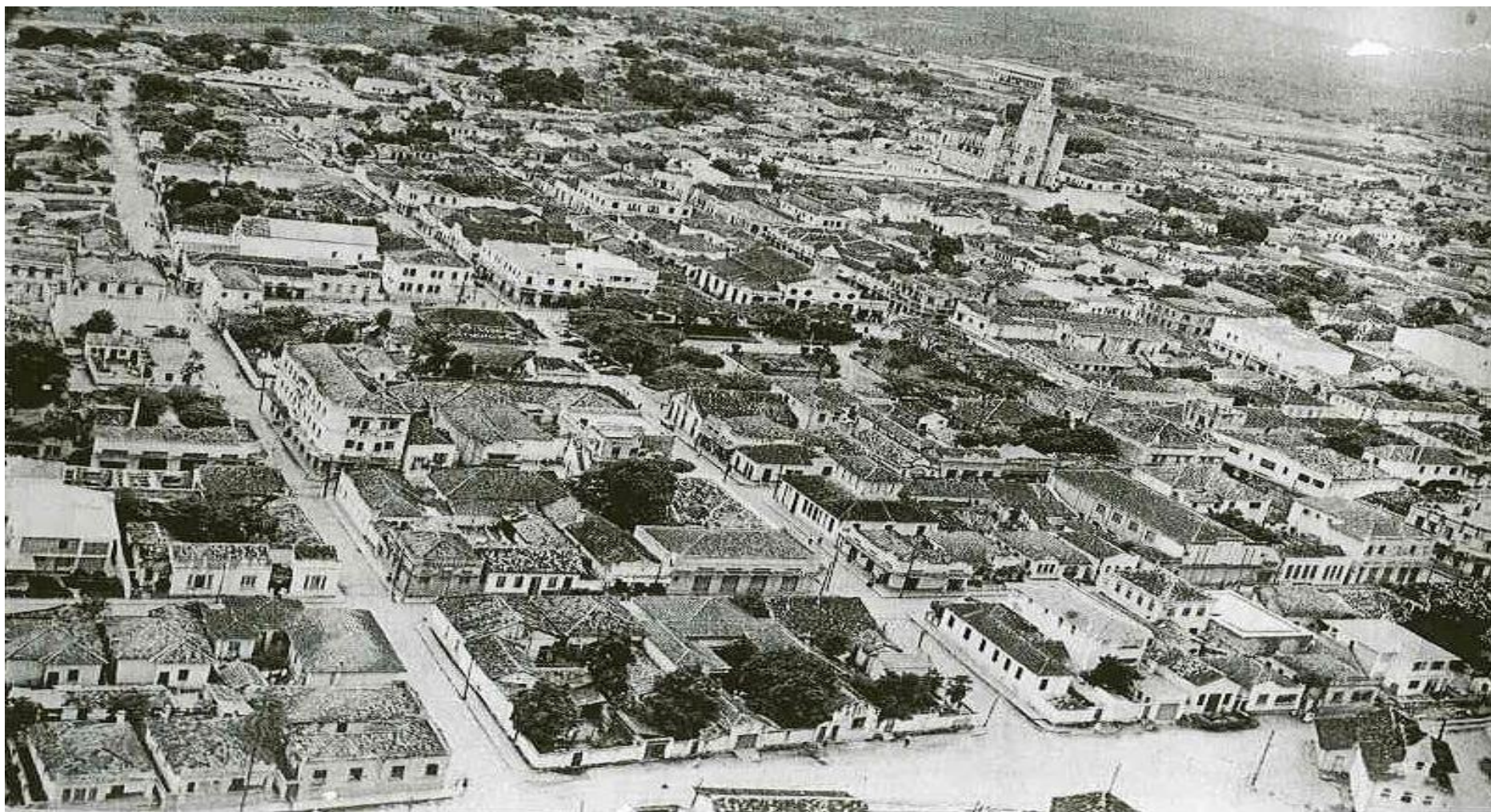


Figura 41: Aspecto urbano da Cidade de Montes Claros em 1953. Fotografia de Facella
Fonte: Acervo disponível na Divisão de Pesquisa e Documentação Regional/Universidade Estadual de Montes Claros.

O desenho¹¹² traz a capela, conforme descrição de Saint-Hilaire¹¹³ em 1817 quando chegou a Montes Claros, antigo Arraial de Formigas: o sobrado de Hildebrando Mendes; sede da Fazenda de José Lopes de Carvalho; Sobrado dos Maurício; lagoa onde hoje é a Praça de Esportes; Rio Vieira; Morro Dois Irmãos e; atual rua Padre Teixeira. Esse desenho foi idealizado por Hermes de Paula, contando com o apoio na perspectiva da engenharia de José Prudêncio Macêdo (MAURÍCIO, 2005, p. 23-24).

A reprodução da Praça possibilita visualizar não só a configuração de Montes Claros na sua origem, como também perceber as transformações que a cidade sofreu no decorrer do tempo. A imagem retrata uma cidade “embrionária”, que surge no interior do sertão e vai se expandido, conforme podemos constatar na fotografia acima datada de 1953, todavia, ainda com características rurais, mas já de grande dimensão. A referência dessa outra imagem não é a Praça da Matriz, mas a Catedral e o antigo Mercado Municipal.

Na sequência, com fotografias da mesma praça, porém datadas de 1904, Milene Maurício tenta evidenciar as mudanças ocorridas, - as novas construções, sobretudo ao lado da Igreja Matriz, que não se encontra na sua forma original, pois a referida Igreja foi descaracterizada com o tempo, conforme será tratado posteriormente -; 1905 - apresentando o Largo da Matriz, antes da construção do Jardim - e; 1911 - revelando o Largo da Matriz durante a chegada do primeiro bispo de Montes Claros, D. João Antônio Pimenta. O próximo texto do livro, ao fazer a descrição da Fazenda Montes Claros e das edificações construídas ao seu redor, também relata as transformações pelas quais Montes Claros passou.

A primeira casa de Montes Claros é assunto do próximo capítulo do livro de Milene Maurício, a fotografia dessa casa é exposta para que os leitores possam conhecê-la, já que se trata de uma construção de 1768. Ao analisar a arquitetura do citado prédio, a autora pondera

¹¹² Esse desenho foi idealizado por Hermes de Paula e engenhado por José Prudêncio Macêdo. Não consta data. O desenho ou planta de Montes Claros detalha, de acordo com a numeração transcrita no documento, conforme podemos verificar:

“Detalhando:

Em primeiro plano, temos o embrião da atual Praça Dr. Chaves, uma várzea, vendo-se:

1- A primitiva capela descrita por Saint-Hilaire.

2- O sobrado que pertence hoje ao Sr. Hildebrando Mendes.

3- Sede da Fazenda dos “Montes Claros” construída por José Lopes de Carvalho, o instituidor do patrimônio da capela.

4- Sobrado pertencente hoje ao Sr. João Valle Maurício.

5- Lagoa, hoje recuada e transformada na Praça de Esportes.

6- Estrada real para Tijuco.

7- Rio Vieira.

8- Morro Dois Irmãos.

9- Início da atual rua Padre Teixeira, onde está hoje a residência do Coronel Domingos Lopes” (MAURÍCIO, 2005, p. 23-24).

¹¹³ Ver sobre esse assunto em: SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

que o excesso de portas da construção, quando abertas, possibilita alusão ao desenvolvimento da cidade: “A primeira casa, cheia de portas, (...) provoca a dedução de que o excesso de portas, quando abertas, permitiriam a entrada de toda evolução que reside em Montes Claros” (MAURÍCIO, 2005, p. 39). A autora enfatiza duas vezes acerca da demolição da primeira casa: “Ela foi demolida recentemente, para dar lugar a uma moderna mansão, quando poderia ter sido aproveitada e preservada para museu” (MAURÍCIO, 2005, p. 39). Milene Maurício vê a casa como lugar de memória, por causa do seu valor de antiguidade¹¹⁴ ou de rememoração¹¹⁵, enfatizando o prédio e as experiências vividas pelos homens naquele lugar. Com esses valores - antiguidade e rememoração - cogitou a possibilidade daquela casa também ter abrigado uma instituição que lida com a memória, um museu, em vez de sua destruição e substituição por “(...) uma moderna mansão” (MAURÍCIO, 2005, p. 39). Ao repetir sobre a destruição da casa, Milene Maurício reforça a perda desse bem cultural para a cidade e comenta sobre a fotografia, única imagem existente. Ressalta que, caso a fotografia fosse colorida, os pigmentos que dão cor às imagens nela representadas já a teria extinguido e, assim, nem a representação existiria mais. Essa observação de Milena Maurício é bastante pertinente, demonstrando seu conhecimento acerca da conservação de fotografias, pois documentos coloridos degradam mais rápido por causa dos produtos químicos utilizados nas tintas¹¹⁶. Desta forma, há o reforço da importância dos documentos, nesse caso, documento fotográfico, como forma de preservação da história e da memória. O sentimento de perda de referência desse lugar de memória para Milene Maurício é visível. “Foi demolida há apenas 10 anos, quando poderia ser preservada. Se fosse foto colorida, não existiria imagem nenhuma” (MAURÍCIO, 2005, p. 39).

Essa consciência preservacionista da autora perpassa todo o seu livro, sobretudo no capítulo denominado *Construir o novo sem destruir o passado*. Ela relata sobre um “movimento popular” em forma de protesto com esse mesmo lema “*Construir o novo sem destruir o passado*”, que surgiu em Montes Claros e foi abordado pelo Diário de Montes Claros em 8 de junho de 1983.

Esse movimento começou a partir do momento em que soube da venda do **casario** localizado na praça Dr. Chaves, nº 9, onde funcionava o “Jornal do Norte”, e com a

¹¹⁴ Valor de Antiguidade: “(...) o valor de antiguidade estaria ligado à passagem do tempo, que marca o objeto, o documento ou a obra arquitetônica, sendo este o motivo de sua importância” (KERSTEN, 2000, p. 38).

¹¹⁵ Valor de rememoração: “(...) quando monumento torna-se interessante por se apresentarem sua forma original, marcado pela passagem dos anos” (KERSTEN, 2000, p. 39).

¹¹⁶ Ver sobre esse assunto em: BECK, I. *Manual de conservação de documentos*. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça – Arquivo Nacional, 1985.

conseqüente **notícia de sua demolição**. Segundo participantes desse movimento, “para aqueles que são dotados de **sensibilidade e que prezam as tradições**, o desaparecimento dos antigos topônimos significa mais uma descaracterização da paisagem mineira, **uma perda a mais em termos de patrimônios**”. O movimento lembra que **já não mais existem a antiga igreja do Rosário, o antigo mercado, a estação ferroviária e muito mais. O movimento propõe que o prédio seja tombado pelo Patrimônio Histórico ou transformado em um museu**, já que na cidade não existe nenhum museu com bibliotecas, salas para conferências, palestras, cursos, seminários, etc. **Encabeçado** por pessoas ligadas à música, pintura, teatro e **por artistas em geral**, o movimento espera despertar a cidade para esse fato, “**quebrando o silêncio e o medo do povo de Montes Claros de potências econômicas que dia após dia degeneram os nossos Montes Claros**” (Grifos nossos) (MAURÍCIO, 2005, p. 41-42).

Esse “movimento popular” foi, conforme descreve o Jornal Diário de Montes Claros, articulado pelos artistas de Montes Claros, ou seja, “pessoas ligadas à música, pintura, teatro e por artistas em geral”. A atuação da população montes-clarense é mínima, revelando pouca – ou quase nenhuma - identificação com os bens culturais institucionalizados ou considerados históricos como suas referências enquanto morador da cidade. O movimento “espera despertar a cidade [seus moradores] para esse fato” - preservar o patrimônio histórico -, pois, é necessário estar “quebrando o silêncio e o medo do povo de Montes Claros de potências econômicas que dia após dia degeneram os nossos Montes Claros”. Essa frase possui muita força e nos mostra que há um grupo hegemônico, principalmente no âmbito econômico, que faz os moradores de Montes Claros serem silenciados e cheios de medo para se manifestarem em relação às várias questões, dentre elas, a degradação dos bens culturais. Dessa forma, o registro do Jornal Diário de Montes Claros reforça o significado dos patrimônios como projeto cultural da cidade. O movimento expõe claramente que a administração pública de Montes Claros não apresenta políticas públicas para a proteção de seus bens culturais, o que, em momentos conturbados como demolições¹¹⁷, sempre provoca polêmicas e manifestos a respeito da questão. Igualmente, podemos concluir que, as “potências econômicas que dia após dia degeneram os nossos Montes Claros” é constituída justamente dessas lideranças políticas que, na tentativa de modernizar a cidade, tem um projeto cultural para colocar em prática contra os princípios daqueles “que são dotados de sensibilidade e que prezam as tradições”.

¹¹⁷ Apenas como exemplo de prédios antigos que geraram muitas polêmicas: Colégio Imaculada Conceição na década de 1980 para construção de um prédio moderno; o Colégio Diocesano em 2007 para construção do Supermercado Bretas; do antigo Mercado Municipal na década de 1960 para abrigar um estacionamento, "O Cimentão"; a Igreja do Rosário em 1960; dentre outros.



Figuras 42, 43 e 44: Igreja do Rosário atual e antiga, (s.d), 1957 e 2010, respectivamente.

Fonte: Disponível em: <http://www.casadaimprensa.com.br/index.php?page=museu_da_imprensa>. Acesso em: 5 mar. 2013; Acervo disponível na Divisão de Pesquisa e Documentação Regional/Universidade Estadual de Montes Claros; e Fotografia de Filomena Cordeiro em 2010.

A lembrança do prédio do Jornal do Norte em relação às outras edificações demolidas como a Igreja do Rosário reforça a ausência de políticas públicas. São demolidos com frequência casarões antigos em Montes Claros, pois, “já não mais existem a antiga igrejinha do Rosário, o antigo mercado, a estação ferroviária e muito mais”.

Nesse mesmo sentido, o próximo texto do livro trata justamente sobre a Igreja do Rosário, de estilo colonial, cuja construção foi aprovada pela Câmara de Montes Claros em 1839 para tender os devotos de Nossa Senhora do Rosário. Todavia, a referida Igreja foi condenada pela Prefeitura Municipal de Montes Claros e demolida em 1960. “Pois derrubaram também a linda e querida igrejinha do Rosário. Estão sempre derrubando...” (MAURÍCIO, 2005, p. 68). A frase de Milene Maurício reflete a ausência de “consciência preservacionista”, assim como de políticas públicas do patrimônio arquitetônico de Montes Claros, pois verificamos que estão sempre derrubando os prédios e, muitas vezes, sem motivos justificáveis, como foi o caso dessa Igreja que se encontrava firme e talvez permaneceria de pé por muitos anos ainda.

As fotografias da Igreja do Rosário demonstram sua beleza e estilo de construção remetendo às origens da cidade. As imagens da década de 1950, período em que Montes Claros começa a vislumbrar o “progresso e desenvolvimento”¹¹⁸, ainda mostra a Igreja e a “vida” em seu entorno, onde os moradores da realizam suas festas e se encontram para celebrar a vida. Todavia, mesmo com uma edificação firme e forte, capaz de se sustentar ainda por muitos anos, a demolição tornou-se fato. Sua destruição foi muito difícil, conforme relato de Marta Verônica Vasconcelos Leite em 23 de março de 2012:

Padre Dudu me falou que a Igreja do Rosário não queria cair... foi preciso muita força para colocá-la no chão. Quando ele [Padre Dudu] viu que a Igreja estava firme teve vontade de voltar atrás, mas não era mais possível... os passos para sua demolição já haviam sido dados... agora era terminar o trabalho (LEITE, 23 mar. 2012).

A estrutura da Igreja estava firme e sólida. No seu lugar hoje (2013) encontra-se uma igreja em formato de barco em estilo moderno, onde ainda se realiza a Festa de Agosto¹¹⁹.

¹¹⁸ Ver sobre esse assunto em: PEREIRA, Laurindo Mékie. *A cidade do favor: Montes Claros em meados do século XX*. Montes Claros: Unimontes, 2002.

¹¹⁹ O texto citado explica o espírito da Festa de Agosto em Montes Claros: “Começa a ventania, a natureza se enfeita com cores vivas, a música está no ar, o ritmo dançante e vivaz alegre o nosso coração, a nossa alma e o nosso espírito. É agosto nos Montes Claros das Gerais e com ele as suas festas. A nossa emoção se enfeita com laços e fitas para homenagear Nossa Senhora do Rosário, São Benedito e Divino Espírito Santo, juntamente com os catopês, marujos e caboclinhos. São três dias de festas que ocorrem por quase duzentos anos e que acontecem na segunda quinzena de agosto, como uma festividade religiosa – profana e que no nosso entendimento, é historicamente do mais alto valor para a nossa cultura. Encontramos manifestações da religião católica como o

Na sequência, os capítulos do livro de Milene Maurício abordam outras edificações antigas que também foram demolidas, como o que ocorreu com a Igreja do Rosário. Os espaços anteriormente ocupados por essas construções, atualmente (2013) abriga prédios modernos com funções “insignificantes”: a edificação que abrigaria a Cadeia e a Casa de Câmara até 1923 e erguida em meados do século XIX foi demolida em 1968; o Mercado Velho; o Sobrado da Mestra Augusta Valle; o Sobradinho de Tia Augusta “Ele também tombou. Tombou vencido pelo tempo. Foi ao Chão” (MAURÍCIO, 2005, p. 68); o Mirante da Rua Governador Valadares construído em 1822, que abrigou o Colégio Imaculada Conceição de 1908 a 1917, bem como reuniões políticas do Partido Conservador, mas demolido em 1966; o Sobrado do Coronel Celestino Soares da Cruz, que não foi demolido, mas, atualmente está em estado lastimável, abandonado e se deteriorando expressivamente; e o Sobrado de Dona Fortunata Celestina de Almeida demolido para abrigar hoje um posto de gasolina.

De acordo com essas informações, o final da década de 1960 é um período em que verificamos muitas demolições de edificações antigas na cidade. Desde a década de 1920, o “desenvolvimento” tornou-se uma meta para Montes Claros e região norte mineira e, dessa forma, os casarões antigos não combinavam com o novo estilo da Cidade. É preciso

levantamento de mastros, missas e bênçãos. A participação para muitos que se apresentam nos desfiles é o cumprimento de promessas ao santo que os socorreu com alguma graça. O caráter profano está ligado às danças folclóricas de origem africana, portuguesa e ameríndia, com os catopês, marujos e caboclinhos. Toda esta “festa” é praticamente uma réplica das comemorações ocorridas por ocasião da coroação de D. Pedro II em 08 de setembro de 1841. Segundo o historiador Hermes de Paula, “depois do cortejo ou passeata com a efígie do imperador, foram permitidos vários divertimentos durante três dias”, porém, ainda segundo o mesmo autor, “a mais antiga notícia sobre o assunto é datada de 23 de maio de 1839, quando Marcelino Alves pediu licença para tirar esmolas para as festas de Nossa Senhora do Rosário e Divino Espírito Santo, que pretendia fazer nesta freguesia”. Os catopês, marujos e caboclinhos abrem os desfiles para a corte que, sempre primorosamente se apresentam com toda a pompa: rei, rainha, príncipes, princesas e pajens. Os desfiles que acontecem durante os três dias pelas ruas centrais da cidade, finalizam na Praça Portugal onde, na Igreja do Rosário é celebrada uma missa e logo após, os festeiros oferecem um almoço para todos os participantes. No entanto, o início real da festa, começa sempre na noite anterior em frente à mesma igreja, com o levantamento do mastro com a imagem do santo que será homenageado no dia seguinte. A felicidade, a fé, a religiosidade, o encontro de amigos, a comilança de pratos típicos em uma confraternização única, fazem destes três dias, uma ocasião imperdível em nossas vidas. Pensando o folclore como um ramo dinâmico da antropologia cultural e como identidade do povo, algumas inovações naturalmente acontecem. A tradicionalidade, tão defendida por alguns, segundo o nosso entendimento, não é violada com as alterações que não fazem perder em nada, o sentido e o valor real do acontecimento. O tradicional que entendemos não cheira a mofo e, o folclore como identidade do povo, precisa dinamicamente acompanhar e representar este mesmo povo. Com este pensar, a apresentação de bandas de músicas, a presença de escoteiros, fogos de artifícios e barraquinhas vieram para acrescentar na alegria, chegaram para enfeitar e colorir ainda mais estas festividades dos Montes Claros das Gerais. VIVA O AZUL DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO! VIVA O ROSA DE SÃO BENEDITO! VIVA O VERMELHO DO DIVINO ESPÍRITO SANTO! VAMOS COLORIR MAIS AINDA A NOSSA CIDADE, GENTE!!!!!!” (MEIRA, Raquel Crusoé Loures de Macedo. *Festa de agosto em Montes Claros*. Montes Claros, 18 ag. 2011. Disponível em: <<http://raquelcrusoe.blogspot.com.br/2011/08/festas-de-agosto-em-montes-claros.html>>. Acesso em: 13 abr. 2012).

modernizá-la para essa “nova época”. Gy Reis Gomes Brito e Laurindo Mékie Pereira descrevem esse contexto:

A década de 1920 foi bastante profícua para Montes Claros, (...). A arquitetura e o planejamento das ruas sofrem alterações significativas, becos e ruas são abertos, alguns passeios são construídos, bancos são colocados nas praças, **construções antigas vão sendo demolidas**, a fachada (sic) das casas ganham novas aparências, sendo totalmente azulejadas e com as varandas direcionadas para fora. As residências apresentavam construções mais sofisticadas. (...) **As praças da Matriz e Dr. Carlos recebem um novo ordenamento e muitas mudanças**. É a mesclagem do inovador e conservador. O **espaço verticalizado** aos poucos vai dando sinais de crescimento, surgindo os primeiros bairros como Malhada [atual Bairro Santos Reis], Morrinhos e Alto São João. Os veículos motorizados que o progresso trazia solicitavam ruas mais espaçadas ao invés de becos (...) (Grifos nossos) (BRITO, 2006, p. 113).

A região Norte do Estado de Minas Gerais esteve à margem do desenvolvimentismo dos anos 50 [1950]. Os efeitos práticos da intervenção do Estado como promotor da industrialização só surgiram na segunda metade da década de 1960, quando foi viabilizada a infra-estrutura energética e de transportes e os incentivos fiscais da SUDENE atraíram à região investimentos industriais em volume expressivo. Entretanto, a região não assistiu passivamente ao espetáculo do período. A cidade de Montes Claros foi o centro de mobilização das elites regionais em um esforço conjunto para atraírem os investimentos do estado e se inserirem na política desenvolvimentista (PEREIRA, 2002, p. 39).

As transformações relativas ao planejamento de Montes Claros ocorrem paulatinamente, mas de forma constante e firme. Desde a década de 1910, a cidade vem sofrendo alterações expressivas em nome do “desenvolvimento”, conforme especifica Gy Reis Gomes Brito:

Não podemos perder de vista que o **interesse “político” da elite de Montes Claros estava contemplado nas ações sobre o planejamento da cidade**, a organização urbana e sua ocupação no que se refere as **demolições**, calçamentos, **desapropriações**; enfim a **remodelação da planta da cidade somente atendia os interesses dos moradores da área central, tornando-se assim em uma situação de exclusão social**. O que se percebe é que os primeiros bairros a serem povoados e urbanizados se localizavam em pontos distantes do centro. Provavelmente **nessas transformações são o direito dando guarda aos atos “arbitrários” das pessoas que projetavam os aspectos urbanísticos da cidade** (Grifos nossos) (BRITO, 2006, p. 117-118).

Gy Reis Gomes Brito enfoca as divergências de interesses na forma de pensar a organização da cidade, que deveria estar disposta a atender aos moradores da área central, provocando situações de exclusão social. Há uma elite política, econômica e social que residia nessa região na época e não na periferia, por isso, a necessidade de planejar urbanisticamente esse espaço. Dessa forma, os casarões antigos não atendiam mais às demandas e/ou revelavam

o poder e posses dessa mesma elite, daí as demolições com o objetivo de construir edificações modernas, que se encaixassem no período de “desenvolvimento” da cidade.

Pensar a periferia naquele momento não seria oportuno, então, ela vai se delineando de acordo com a chegada de moradores nesses locais, vindos, sobretudo, das zonas rurais do Município ou de cidades circunvizinhas. A década de 1970, em virtude do processo de industrialização ocorrido na cidade reforça a chegada de migrantes que passam a se estabelecer na periferia da cidade, construindo suas as moradias de acordo com suas condições financeiras. Esses locais não possuíam infraestrutura para atender a demanda da população que passa a habitar o espaço: faltava água encanada, luz elétrica, asfalto, transporte, etc. Essa realidade demonstra muitos conflitos e tensões, envolvendo todas as dimensões, entre elas, a questão referente aos bens culturais. Laurindo Mékie Pereira diz que,

Embora a imprensa tenha difundido a idéia da “nova Montes Claros”, a realidade era bem distinta. O alto custo de vida assolava a população e esta, mesmo que a imprensa não o dissesse explicitamente e as classes dirigentes tentassem dissimular, sempre mostrou-se insatisfeita e em algumas ocasiões reagiu energicamente. (...) Apesar dos jornais terem dado demasiada ênfase ao “progresso” de Montes Claros nos anos 50 [1950], não lhes foi possível evitar que os **graves problemas sociais como o desemprego, a mendicância, a violência urbana e a carestia** também freqüentassem as suas páginas (Grifos nossos) (PEREIRA, 2002, p. 76).

Com o processo de industrialização, Montes Claros ganha novos contornos, muitos deles “graves problemas sociais”. Para Gy Reis Gomes Brito a “construção do progresso” se faz, sobretudo a partir de 1917 a 1926 com a chegada da Rede Ferroviária e da luz elétrica.

Esses dois acontecimentos marcam definitivamente o desenvolvimento (progresso) da cidade de Montes Claros. E, além da inquestionável importância local da luz elétrica, a Rede Ferroviária se consolida como um fator de fundamental importância no processo de reorientação econômica da Região (BRITO, 2006, p. 25).

Milene Maurício aborda a Estação Ferroviária Central do Brasil como a “Chegada dos trilhos, o grande marco do progresso” (2005, p. 54). O prédio da Estação Ferroviária, inaugurado em 20 de agosto de 1926, sobrevive até os dias de hoje como referência da chegada do “progresso” à cidade, assim como o monumento ao Ministro Francisco Sá¹²⁰

¹²⁰ “Francisco Sá nasceu na Fazenda Brejo de Santo André no dia 14 de setembro de 1862. (...) A fazenda Brejo de Santo André, de propriedade de seu avô Francisco José de Sá, pertencia ao município de Grão Mogol e hoje pertence ao nosso município. Seu avô, Francisco José de Sá, era republicano e abolicionista. (...) Francisco Sá formou-se em engenharia pela escola de Minas de Ouro Preto (MG), foi também industrial e jornalista e tinha o excelente dom da oratória. Era um homem nobre de origem e na vida pública, além de ser nome ilustre da engenharia brasileira foi político com uma biografia invejável. (...) Cargos públicos: Ministro de Estado da

inaugurado em 16 de outubro de 1932, mas com lançamento da pedra fundamental em 2 de setembro de 1926. Monumentos são construídos e inaugurados com o intuito de registrar a memória da população da Cidade por meio dos seus “heróis”, aqueles que trouxeram “progresso” e “desenvolvimento”. Dessa forma, não esquecer ou não ter como referência esses “heróis” torna-se difícil, uma vez que, principalmente no centro de Montes Claros encontram-se monumentos que os contemplam. Hoje (2013), a maioria das pessoas da cidade não sabe quem são representados nesses monumentos, contudo, eles estão lá marcando seus feitos e os de suas famílias. Wilson Costa Freitas, em entrevista do dia 11 de junho de 2012, comentou sobre o busto de Dr. Chaves que se encontra na Praça da Matriz:

Tá vendo aquele busto ali [aponta para o busto de Dr. Chaves] é o dono da praça... Praça Dr. Chaves... mas quem é ele? Nós não sabemos. Agora... as rua do nosso bairro tem que ter é o nome dos morador antigo e não dessas pessoa que a gente nunca nem viu. Isso eu posso dizer que é um documento? Só não é de papel igual a senhora explicou... mas ele tá aí dizendo pra nós que a praça é dele... mas não devia ser nossa? Sei lá! Tô falano demais? (FREITAS, Wilson Costa, 11, jun. 2012).

Outro bem cultural que remete à ideia de “progresso” é a primeira fábrica de tecidos de Montes Claros¹²¹, inaugurada em 7 de junho de 1915 por meio de uma sociedade entre “(...) Coronel Joaquim José da Costa, engenheiro José Antônio da Costa Júnior, Deputado Camilo Philinto Prates, Capitão João Cattoni Pereira da Costa, João Ribeiro da Silva e Antônio Mendes Campelo” (MAURÍCIO, 2005, p. 57). Esses sobrenomes são de famílias tradicionais de Montes Claros e, algumas desses, constituem nomes de ruas do centro da cidade. Os trabalhadores da referida fábrica são anônimos. Eles não aparecem com nomes nas

Viação no Governo Nilo Peçanha; Ministro de Estado da Viação no Governo Arthur Bernardes; Secretário do Presidente do estado do Ceará; Secretário de Agricultura de Minas Gerais; Diretor de Terras e Colonização do Governo Affonso Pena; Mandatos: Deputado Provincial 1888 a 1889; Deputado Geral 1889; Deputado Federal 1897 a 1899; Deputado Federal 1900 a 1902; Deputado Federal 1903 a 1905; Senador 1906 a 1909; Senador 1911 a 1915; Senador 1922 a 1927; Senador 1927 a 1930. (...) faleceu no dia 23 de abril de 1936. Ver mais em: CARLOS, Maria Inês da Silveira. Francisco Sá. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros*. Montes Claros: Gráfica Editora Millennium Ltda., 2008. p. 165- 170.

¹²¹ “Em 1882, começou nossa indústria, mais pelo arrojo dos nossos antepassados, a obstinação dos cometas e tropeiros, sendo todo o transporte feito em lombo de burros. A primeira fábrica instalada no Cedro (a uma légua e meia da cidade), com a firma Rodrigues, Soares & Bitencourt Veloso. Em 1889 esta fábrica foi incendiada, sendo adquirida, mais tarde, pelo Coronel João Maia, Antonio Augusto Spyer e José Bonifácio. Os sócios insatisfeitos venderam-na para a firma “Cedro e Cachoeira”. E, finalmente, foi comprada pelo Coronel Francisco Ribeiro dos Santos, de sociedade com o Coronel João Maia. Em pouco tempo, o Cel. Francisco Ribeiro adquiriu a parte do seu sócio, tornando-se o único proprietário, até sua morte em 1923. Sua viúva a vendeu a Jaime Rebello e Luís Pires. Sempre amigos, dissolveram a sociedade sem constrangimento, ficando com toda a empresa o sócio Luís Pires. A 7 de julho de 1914, homens de visão e grandes comerciantes inauguraram, à Avenida Coronel Prates, a Fábrica de Tecidos (de algodão) pertencente à Costa e Cia. (Joaquim José da Costa, José Antonio da Costa Júnior, Deputado Camilo Prates, João Cattoni e João Ribeiro da Silva) que funcionou durante muito tempo, com sucesso total. Esta fábrica passou, mais tarde, às mãos do Cel. Luís Pires e Francisco Ribeiro e depois às mãos do Dr. Plínio Ribeiro (1950).” Ver em: GRAÇA, Ruth Tupinanbá. *Prefácio*. Disponível em: <<http://montesclaros.com/era/>>. Acesso em: 11 maio 2012.

ruas, praças ou registrados nos livros, por exemplo, dos memorialistas que consultamos neste estudo.¹²² Essa é uma presença que não se pode negar, pois, além dos proprietários da referida fábrica, donos dos meios de produção, os trabalhadores com sua força de trabalho são indispensáveis para seu funcionamento. Não há fábrica que funcione sem trabalhadores, mesmo com toda a tecnologia no mundo atual. Fábrica, proprietários, trabalhadores e bens culturais parecem distantes uns dos outros, mas os vínculos são muito próximos, já que, as experiências no mundo do trabalho, geralmente tensas e conflituosas, propiciam estabelecer relações que constituem modos de trabalhar e de viver.

As edificações religiosas, conforme abordagem acima, constituem também uma constante enquanto bens culturais da cidade. A primeira igreja de Montes Claros é a atual Igreja da Matriz. Contudo, antes, no lugar onde se encontra hoje (2013) a Igreja Matriz de Nossa Senhora e São José havia uma capela construída em 1796 por José Lopes de Carvalho. Em 1845, o padre Chaves construiu a Matriz, cujos trabalhos de talha foram realizados pelo entalhador Constantino Martins Rêgo sob a administração do padre Manoel Assunção em 1888. Essa Igreja, no decorrer do tempo, foi solicitando cuidados e gerando interferências e reformas. Essas reformas foram alvo de muita polêmica junto aos membros do COMPHAC em 2004, conforme aborda Marta Verônica Vasconcelos Leite em entrevista:

Minha participação na reforma da Matriz começa antes [da reforma], pois eu e Paulo [marido da entrevistanda] trabalhávamos no Encontro de Casais com Cristo junto com padre Dudu. Desde essa época havia a necessidade de intervir no telhado, então, organizamos festas para angariar fundos para esse fim. Mas padre Dudu adoeceu. Tínhamos o dinheiro, mas padre Dudu não tinha condições de acompanhar a reforma e a restauração. Sei que tinha o dinheiro, porque Paulo, meu marido era o tesoureiro. Padre Dudu morreu, padre Osvaldo não fez [a reforma] porque também cuidava dos Santos Reis. Padre Sérgio, acredito que por ver o trabalho que seria também não fez a reforma. Padre Manoel chega, mas o que percebemos é que ele procurou uma arquiteta para pensar o trabalho. Ele com postura agressiva... eu já fazia parte do Conselho de Patrimônio. A Unimontes não tinha representante, como sabia dessa reforma, fui ao reitor e pedi para representar a Universidade no Conselho. Fui para lá [COMPHAC] para lutar por uma restauração da Matriz. Percebi que Padre Manoel estava pensando outra igreja que não era mais a Matriz. Tive embates diários e terríveis com o padre, mas ele trabalhou bem a comunidade que aceitou todas as propostas que ele apresentou. Ele era um santo ali [na Paróquia da Matriz]. Não tinha mesmo o que fazer. Ele queria construir um prédio nos becos... ele fechou os becos que eram públicos e começou um prédio na lateral esquerda, mas o COMPHAC interviu e ele teve que ocupar outro espaço no fundo da igreja com esse prédio. O Conselho embargou a obra, ele procurou o prefeito Jairo Ataíde que, com medo de perder a eleição elaborou um documento autorizando o padre Manoel a fazer a reforma que ele achasse necessária e assinou embaixo como prefeito. Tem esse documento e só procurar... O tombamento em Montes Claros abarca só a área externa dos prédios e o padre pôde fazer o que bem quis,

¹²² Ver em: Coleção Sesquicentenário do volume 1 ao 16, coordenada por Marta Verônica Vasconcelos Leite numa parceria entre a Prefeitura Municipal de Montes Claros, Universidade Estadual de Montes Claros e Fundação Nestlé Brasil. Esta coleção constitui uma reedição de dezesseis obras de memorialistas locais.

usando um pintor amador e uma decoração de extremo mau gosto interferindo em todos os espaços da igreja... fazendo uma lojinha na lateral esquerda para vender objetos sagrados. Ele alterou o altar-mor..., a sacristia, colocou acrílico preto nas portas laterais e cercou a Matriz com uma grade para que os mendigos não perturbassem. O Ministério Público entrevistou e o padre teve que retirar a grade. Uma coisa que magoou muito a equipe da reforma foi, porque padre Manoel mandou colocar um telhado de amianto em vez do telhado combinado, provando o total desconhecimento de um trabalho de restauração numa igreja com mais de 200 anos de história. Uma coisa que gostaria de ressaltar é que o padre só fez esse estrago todo na Matriz porque a população não se posicionou, mesmo aqueles que não concordavam com as mudanças propostas por ele, preferindo alguns deles mudar de paróquia. Eu acredito que essa situação não vai se resolver com a ação do Ministério Público impetrado contra a Arquidiocese, mas esse fato pode servir de lição para outros órgãos e pessoas com o objetivo de não cometer o mesmo erro. Para isso, é necessário uma educação patrimonial (LEITE, Marta Verônica Vasconcelos, 23 mar. 2012).

O relato de Marta Verônica Vasconcelos Leite se constituiu como um depoimento de uma educadora preocupada com a proteção do patrimônio cultural e com a importância de se conscientizar nesse sentido. Todavia, como verificamos no seu testemunho, é extremamente complicado atuar em sentido contrário, ou seja, preservar. Diante das alianças, as consolidações de compromisso e a falta de conhecimento e sensibilidade em relação a uma questão tão evidente, como o caso da Igreja Matriz, posicionamentos que contrariem são rechaçados de forma, até mesmo, agressiva. Deixar uma igreja de duzentos anos de história ir ao chão ou ser descaracterizada, simplesmente porque um padre deseja transformá-la de acordo com os princípios da “modernidade”, torna-se uma preocupação para quem está envolvido de forma teórica e prática com o bem cultural. Esse é o caso de Marta Verônica Vasconcelos Leite, professora de História da Arte e paroquiana da Igreja Matriz. Por outro lado, existe também o poder político que deveria direcionar os trabalhos de reforma e restauração da Igreja. No entanto, frente ao embate e momento político, prefere, por medo de “perder votos nas eleições”, ceder às exigências de pessoas que não conhecem sobre patrimônio cultural e, assim, acabam apoiando as intervenções. As assessorias da Prefeitura Municipal, como a secretaria de Cultura, teria que orientar o prefeito no encaminhamento do processo de reforma da Igreja, todavia, compactua com as decisões equivocadas, mas adequadas para a ocasião política. O próprio COMPHAC, depois de lutar para não ver a Igreja ser reformada sem o acompanhamento de especialistas, se cala por causa da posição política que muitos ocupam na Prefeitura Municipal. Os superiores do padre, nesse momento tenso e conflituoso, deveriam ter colaborado na reflexão sobre essa questão, entretanto, não se manifestaram, deixando o caso chegar ao Ministério Público. Indagações e incômodos diversos perpassam esse debate, demonstrando relações sociais conflituosas referentes não somente ao patrimônio cultural, mas também aos lugares de memória da cidade. Observamos

que existem disputas visíveis para a construção da memória em Montes Claros, como se observa nesse exemplo, onde o poder religioso e político não se preocupam com as referências dos moradores da área central em relação à reforma da Igreja.

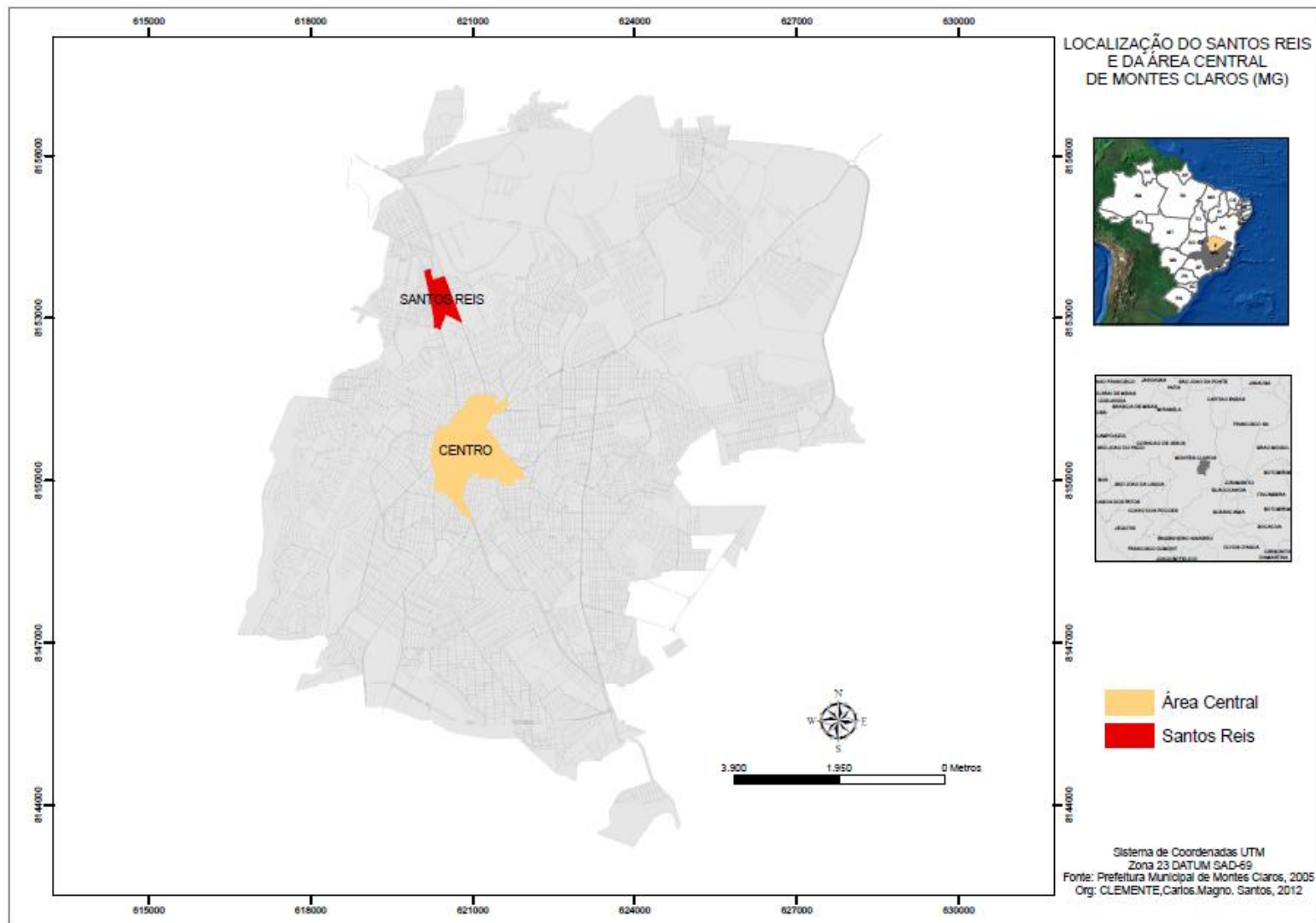
A imprensa também aborda essa questão que chegou até o Ministério Público enquanto polêmica entre a Igreja Católica de Montes Claros e seu patrimônio cultural. Uma reportagem apresentada pelo programa MG Notícias, da Inter TV Grande Minas, afiliada da Rede Globo, em 10 de novembro de 2010, trata do litígio:

Polêmica entre o Patrimônio Histórico e a Igreja Católica em Montes Claros: Ministério Público quer que a Matriz em Montes Claros volte a ter as características originais.

Ministério Público quer que a Matriz em Montes Claros volte a ter as características originais. O problema seria uma reforma feita na Igreja Matriz há pelo menos 10 anos. A obra teria descaracterizado o prédio tombado pelo Patrimônio Histórico e Cultural do Município. A cidade se desenvolveu entorno da Igreja da matriz, o templo é um símbolo da cidade. Este ano ela foi pintada novamente de azul, como era antes das intervenções que agora causam polêmica. Mas para se adequar por completo serão necessárias outras ações. E a obra, além de um alto custo, demandaria tempo que não dispõe, de acordo com integrantes da igreja. Isso por causa de compromissos agendados que seguem durante um ano. Nossa produção tentou contato com o Padre Manoel, pároco da Matriz na ocasião da reforma, mas ele não foi encontrado para falar sobre a polêmica. (Disponível em: <<http://in360.globo.com/mg/noticias.php?>>. Acesso em: 21 maio 2012).

A intervenção do Ministério Público demonstra a gravidade das reformas realizadas na referida Igreja, assim como o despreparo e o descaso tanto das autoridades eclesiásticas quanto das autoridades políticas no sentido de preservar os bens culturais de Montes Claros. Vale ressaltar que as modificações ocorridas na estrutura física e arquitetônica da Igreja Matriz de Nossa Senhora e São José afetaram toda a cidade, uma vez que essa área constitui a origem de Montes Claros. De acordo com a ideia de centralidade apresentada anteriormente e, pensando numa perspectiva macro, são os intelectuais, memorialistas/cronistas e os fiéis dessa Paróquia que se manifestaram contrários à referida reforma, mostrando, que o sentimento de pertencimento se encontra em diversos lugares e por diferentes pessoas.

Os moradores do bairro Santos Reis em relação ao sentimento de pertença possuem outras referências. No aspecto religioso, a Igreja do Santos Reis consiste no lugar de memória, de encontro com Deus, pois é nesse espaço que os moradores do bairro elevam suas orações e se reúnem em comunidade. As pessoas que compõem o universo de convivência desses residentes estão nesse lugar e não na Igreja da Matriz, dessa forma, o sentimento de pertencimento se concretiza em suas práticas sociais.



Mapa 2: Localização do bairro Santos Reis e da Área Central de Montes Claros (MG)

Fonte: Base cartográfica da Prefeitura Municipal de Montes Claros, 2005. Organizado por CLEMENTE, Carlos Magno Santos, 2012.

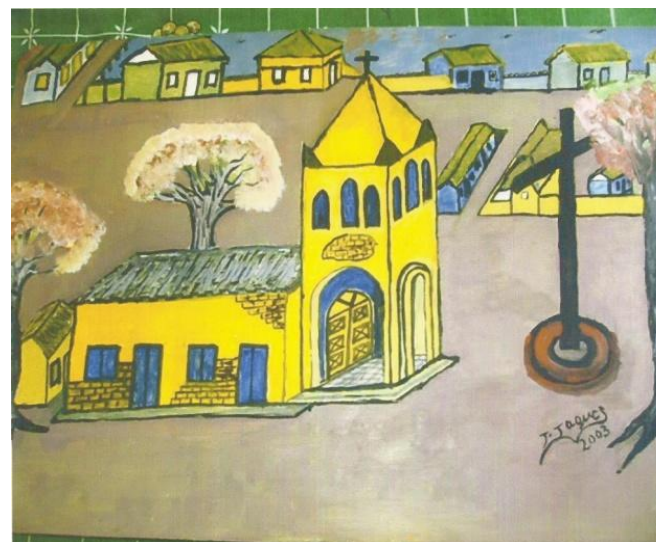
Todavia, a Igreja da Matriz, consiste também numa alusão de pertencimento num aspecto macro, já que eles são moradores da cidade.

Centro e periferia revelam preocupações diferentes e, ao mesmo tempo, similares. Construir templos e reformá-los faz parte da vivência de qualquer morador de uma cidade, pois, esse espaço é necessário para o exercício da fé. Nossa reflexão se faz, tendo como referência de estudo o “centro” como a área central de Montes Claros, e a periferia, o bairro Santos Reis. O Mapa 2 permite localizar geograficamente as áreas que pensamos nesta tese.

Nessa perspectiva, do outro lado da cidade, na periferia, outras apreensões ligadas, sobretudo à luta pela sobrevivência no cotidiano são latentes e prementes. Em relação à fé, as demandas consistem igualmente como na área central da cidade, na construção ou reforma dos templos. No bairro Santos Reis, em 2009, o Padre Reginaldo Cordeiro de Lima inicia uma reforma da Igreja com o objetivo de aumentar o espaço físico para abrigar os fiéis. Todavia, para isso, o referido padre demoliu a parte da antiga Igreja que identificava os moradores do bairro e, com ela, a história de luta vivenciada para a construção da igreja durante a década de 1980. Padre Reginaldo Cordeiro de Lima em relação a essa questão informou, em entrevista concedida no dia 18 de agosto de 2012, que,

A igreja antiga estava com problemas na estrutura física e precisava sofrer reformas, senão podia vir ao chão. Por isso, tive que fazer essas reformas... e uma delas era mexer na torre. A torre estava toda comprometida, correndo o risco de até cair. Recorri a pessoas experientes e profissionais para me ajudar com isso, pois precisava tomar uma atitude. Tem pessoas da comunidade que não entende e nem sabe dessas coisas... mas, veja! (aponta para a fachada da igreja) Vocês não conseguem perceber nada? Olha bem... Essa fachada é uma retomada da primeira igreja... aquela mais antiga... e também da segunda... Ninguém conseguia ver, porque aqui, até agora, só tem a carcaça da igreja... agoora que estamos na continuação do trabalho. Bel já identificou isso que tô falando. Na verdade, tínhamos uma igreja com sua estrutura física comprometida e o que estamos fazendo é reformando, mas conservando o que é possível conservar, porque eu não podia deixar uma torre com problemas aqui (LIMA, Reginaldo Cordeiro de, 18 ag. 2012)

Esse esclarecimento de Padre Reginaldo Cordeiro de Lima é elucidativo em relação, especialmente à questão da torre, assunto polêmico na comunidade do Santos Reis. A Igreja Matriz do bairro Santos Reis com sua torre remetendo aos reis magos que visitam o Menino Jesus constituía uma referência para os moradores, que se viam nesse monumento enquanto devotos dos reis magos.



Figuras 45, 46, 47 e 48: Construção da primeira igreja [Década de 1930]. Desenho da primeira igreja (2003). Segunda igreja construída no Bairro Santos Reis [2004]. Igreja dos Santos Reis em reforma (2012)

Fonte: Primeira fotografia, acervo pessoal de Edna, Dedé e Didi; Desenho pertencente a João Jacques; terceira fotografia, Disponível em: <<http://www.google.com.br/imgres?q=igreja+dos+SANTOS+REIS>>. Acesso em: 10 out. 2011; quarta fotografia de Filomena Cordeiro.

Em entrevista no dia 23 de março de 2012, Flávio de Souza Cordeiro relatou que, “A Igreja que tá sendo construída é bonita, grande... vai caber todo mundo, mas a outra era muito mais bonita, não tem comparação. Os magos subino a torre... era linda! É da época que eu era criança ainda... e nos lembrava em quem nós acreditamos: os reis magos e, claro, Deus, em primeiro lugar” (CORDEIRO, Flávio Souza, 23 mar. 2012). Verificamos uma dualidade de sentimentos em relação à figura do referido Padre. Flávio de Souza Cordeiro se revela sem identificação com a reforma da Igreja e, ao mesmo tempo admira a atuação e empreendedorismo do Padre Reginaldo Cordeiro de Lima: “Igual esse padre aí, o [bairro] Santos Reis nunca viu. Ele é dinâmico, amigo e presta conta de um tostão que a Igreja ganha. É de muita confiança” (CORDEIRO, Flávio Souza, 23 mar. 2012).

A construção e demolição das Igrejas constituem fato frequente, não só em Montes Claros, mas também no norte de Minas¹²³, o que revela a falta de conhecimento acerca de patrimônio cultural, sobretudo dos padres e párocos, que assumem as paróquias nessa região.

A Capelinha dos Morrinhos¹²⁴, inicialmente chamada por Santa Cruz, em estilo colonial, foi inaugurada em 14 de setembro de 1886. A imagem da referida Igreja constituiu logomarca de documentos oficiais como, por exemplo, da Prefeitura Municipal de Montes Claros em 2007 durante as comemorações do sesquicentenário da cidade. A Catedral de Nossa Senhora Aparecida é tombada como patrimônio cultural de Montes Claros. Para tratar sobre o Palácio Episcopal, Milene Maurício discorre sobre o bispado de Montes Claros, enfatizando o papel e a importância da Igreja Católica para a cidade. Além do prédio, o Palácio Episcopal, o bispado criado em 10 de dezembro de 1910 e o primeiro bispo, D. João Antônio Pimenta são memoráveis para a cidade. Tratar sobre a arquitetura religiosa é dizer também da importância e do papel da Igreja Católica para a cidade. Montes Claros é uma “(...) cidade católica” (MAURÍCIO, 2005, p. 86). Ser uma cidade católica implica em práticas religiosas que se tornam costumes¹²⁵, pois fazem parte do cotidiano da população ir sempre às missas; fazer as procissões; atuar na paróquia efetivamente como voluntário nos trabalhos pastorais; ser devoto dos seus santos; fazer orações e procissões para chover em tempo de seca; dentre outras. Essas práticas estão associadas às vivências dos moradores dessa cidade

¹²³ Como exemplos, podemos citar a catedral de Nossa Senhora das Dores de Januária demolida entre 1971-1972; a igreja do Rosário em Berilo que caiu em 1988, após um longo período de abandono; dentre outros.

¹²⁴ A Capela dos Morrinhos constituiu da promessa de Dona Germana de Olinda que, em 1884 pediu a intercessão de Nosso Senhor do Bonfim para que sua filha adotiva voltasse para casa. A mesma havia fugido com o palhaço de um circo que havia se instalado em Montes Claros. Dona Germana pediu ajuda a comunidade e, assim construiu a Capela de Nosso Senhor do Bonfim. A Capela foi construída pelo engenheiro francês Caillau.

¹²⁵ Ver em: THOMPSON, E.P. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

que, na realidade atual vão repensando-as e transformando-as no decorrer do tempo. Ser devoto de um santo, por exemplo, de acordo com o relato de Belchior Santos Costa em entrevista no dia 17 setembro de 2011 é:

(...) ter uma imagem em casa... Santos Reis... tenho eles aqui em casa... rezo diante do altar que fiz pra eles, essa mesinha onde eles ficam é um altar. Acendo uma vela, peço, vixi!!!, e quando tô com problema aí que peço mesmo. E eles me ajudam. Como me ajudam. Se não fosse eles nem sei. Desde pequeno tenho essa devoção. Tanto é que meu nome é Belchior por causa de um deles. É uma devoção que vem dos meus pais... faz parte de minha vida (COSTA, Belchior Santos, 17 set. 2011).

Ainda no caminho reflexivo do livro de Milene Maurício, que traz vários prédios construídos em datas e estilos diferentes contendo significados para Montes Claros, entre eles, a primeira Escola de Montes Claros, Gonçalves Chaves; o Colégio Tiradentes que foi Fórum e Cadeia; o sobrado do Padre Paulo Antônio Barbosa; sobrado do Coronel Antônio Pereira dos Anjos, sobrado do Coronel Celestino Soares da Cruz; sobrado do Alferes José Fernandes Pereira Corrêa; solar do Coronel Francisco Ribeiro dos Santos, que mais tarde tornou-se o Colégio Imaculada Conceição em 1907, demolido na década de 1980, à noite, para não causar reboliço na cidade; solar da família Prates Oliveira; solar da família Versiani Maurício; residência do Coronel Francisco Durães Coutinho; e o sobrado do Coronel José Antônio Versiani. Este último considerado como símbolo da política e da educação em Montes Claros. “Pudéssemos escolher o que se passou em teus gloriosos cem anos, teríamos grande parte da história da nossa querida Montes Claros e, quiçá, da região norte-mineira” (MAURÍCIO, 2005, p. 129).

Interessante percebermos como determinados lugares se transformam ou são transformados em lugares de memória(s) oficialmente, por exemplo, através do tombamento ou registros em livros que vão legitimando de forma sutil, mas firme e segura. Diante desses monumentos nos indagamos qual(is) memória(s) se quer preservar por meio deles. A maioria desses monumentos como podemos observar, pertenceram a coronéis ou famílias “tradicionais” de Montes Claros e estão localizados na área central. Diante desse contexto nos questionamos acerca da ausência de políticas públicas no sentido de preservar e tombas as casas de “Dona Maria” e “Seu José”, trabalhadores de Montes Claros, que moram na periferia e cujas residências representam a origem do bairro, assim como as edificações da região central da cidade de Montes Claros. Essas casas também são vestígios e registros do passado da cidade, por isso devem ser investigadas para compreender a vida e o cotidiano de seus moradores, que são residentes da periferia e não têm “sobrenomes importantes”.

Ao ler o livro de Milene Maurício *O Patrimônio Histórico de Montes Claros* e, ao analisá-lo e explicá-lo na perspectiva do historiador, percebemos a construção do conceito de patrimônio cultural centrado nos grandes casarões, igrejas, monumentos de pessoas de famílias tradicionais e prédios que abrigaram ou abrigam órgãos públicos. Há uma preferência explícita em relação ao patrimônio arquitetônico sem uma preocupação em dar cheiro de gente, sobretudo dos trabalhadores, que também constroem a cidade. Esses bens culturais só têm sentido se tiverem vida e se revelarem memórias de uma comunidade e não apenas de algumas pessoas.

Milene Maurício, conforme abordamos anteriormente, é uma das memorialistas que escreve sobre Montes Claros com o objetivo de registrar os acontecimentos para a posteridade. Seu livro analisado como fonte nessa tese nos possibilitou pensar vários problemas presentes na nossa pesquisa e responder diversas indagações e inquietações que nos incomodam acerca da temática patrimônio cultural. Sendo assim, nos propusemos continuar trabalhando com outra fonte similar, a Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros, cujos autores, na sua maioria se caracterizam como cronistas e memorialistas, fazendo apontamentos e notas importantes sobre Montes Claros. Assim como Milene Maurício esboça seu conceito sobre esse assunto através do seu livro, os sócios do Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros - IHGMC por meio da Revista da Instituição, igualmente registram suas impressões, apreensões e versões da e na cidade.

Nesse mesmo aspecto, os textos da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros permitem pensar a respeito do patrimônio cultural de Montes Claros. Essa revista publicada pela Gráfica *Millennium*, cujo primeiro volume é datado de 2007 e em vigor até os dias de hoje (2013), tem sempre como capa o seu nome – “Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros” -; a data da fundação do IHGMC – “Fundado em 27 de dezembro de 2006” -; e o brasão da Instituição com duas circunferências, contendo na primeira o nome do IHGMC, data de sua fundação e na segunda, “Casa de Simeão Ribeiro Pires” e “*labor omnia vincit*”¹²⁶. No centro da primeira circunferência apresenta-se a foto dos Morros Dois Irmãos e a Igreja dos Morrinhos. No verso do brasão temos novamente duas

¹²⁶ *Labor Omnia vincit* é um termo latino de autoria de Virgílio conhecido como um dos maiores poetas de Roma e expoente da literatura latina, que expressava as tradições de uma nação. *Omnia vincit* significa alguém que vence tudo. *Omnia vincit* é muito utilizado em textos históricos, mas também é usado com acréscimo de outras palavras, como por exemplo, “*Amor vincit omnia*” que significa – O amor tudo vence. *Omnia vincit* também é usado com a palavra latina *veritas* – *Omnia vincit veritas*, que significa - a verdade tudo vence. *Omnia vincit labor* – significa que – o trabalho tudo vence. Os termos latinos continuam sendo muito utilizados juntamente com termos jurídicos pelos representantes da lei, e em tribunais por desembargadores, juízes e advogados. (COTRIM, D. T. (dariocan@bol.com.br). [mensagem pessoal]. *Omnia vincit*. Mensagem recebida por filomena.joao.reis1996@gmail.com em 8 dez. 2011)

circunferências, onde a primeira traz as mesmas informações. Na segunda, encontramos as mesmas inscrições - “Casa de Simeão Ribeiro Pires” (nome fantasia do IHGMC) e “*labor omnia vincit*” – e a fotografia de Simeão Ribeiro Pires. Abaixo vem o número do volume e a logomarca da gráfica. As imagens e as palavras que contêm o brasão retratam bens culturais e naturais de Montes Claros como a Igreja dos Morrinhos e o Morro Dois Irmãos, remetendo à ideia de que a Instituição é formada por geógrafos e historiadores. No entanto, encontramos sócios de diversas profissões, mas interessados e preocupados com a história da região norte mineira e de Montes Claros.

A fotografia de Simeão Ribeiro Pires, nome fantasia do órgão, lembra o memorialista que escreveu livros¹²⁷ sobre Minas Gerais, assim como possuía um acervo riquíssimo da região. Atualmente (2013), os documentos – livros, documentos, peças e objetos – de Simeão Ribeiro Pires encontram-se sob custódia do IHGMC doados por seus familiares.

Na contra capa vem sempre informações ou fotografias que remetem à história da cidade ou da Diretoria do referido Instituto. Nas revistas analisadas nesta tese, temos o volume I, apresentando a imagem e um texto sobre o Brasão de Armas do Município de Montes Claros; no volume II, edificações antigas e tombadas como bem cultural de Montes Claros; no volume III, fotografia, imagens e pinturas que remetem a Godofredo Guedes, o homenageado da revista; no volume IV, as fotografias dos membros da Diretoria do IHGMC referente ao período de 2007 a 2009; no volume V, as fotografias dos membros da Diretoria do IHGMC do período de 2010 a 2011; no volume VI, as fotografias dos bispos de Montes Claros desde 1910 até dos dias atuais (2010); no volume VII, fotografias das pinturas de Konstantin Christoff, homenageado dessa edição e; no volume VIII, os membros da Diretoria de 2010 a 2011.

Conforme abordado acima, a revista sempre faz homenagem a um “cidadão notável” da cidade. Nos volumes I e IV, foi Hermes de Paula; volume II, Cônego Adherbal Murta de Almeida e João Botelho Neto; volume III, Godofredo Guedes; volume V, Cândido Canela; volume VII, Konstantin Christoff. As primeiras páginas da revista trazem os nomes da Comissão Fundadora do IHGMC, da Diretoria vigente do biênio e a lista de sócios efetivos.

¹²⁷ Podemos citar três obras de Simeão Ribeiro Pires que são muito utilizadas para pensar Minas Gerais e a região norte mineira: Gorutuba - o padre e a bala de ouro; Raízes de Minas; e Serra Geral: diamantes, garimpeiros e escravos.



Figuras 49 e 50: Brasão do Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros

Fonte: EMBLEMAS. Disponível em: <<http://www.ihgmc.art.br/galeria.htm>>. Acesso em 21 maio 2012

Após essa apresentação geral da Revista com o objetivo de conhecê-la melhor e a sua proposta, vamos à análise dos textos selecionados por nós, que tratam sobre patrimônio cultural ou temáticas afins, alvo do nosso estudo. Na apresentação da Revista, volume I, escrita por Wanderlino Arruda, presidente do IHGMC no biênio 2007 a 2008, encontramos a missão do periódico:

Expressão máxima da inteligência e do conhecimento regionais, já com 85% do quadro social previsto, nosso Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros **tem como missão pesquisar, interpretar e divulgar fatos históricos, geográficos, etnográficos, arqueológicos, genealógicos, assim como fomentar a cultura, a defesa e a conservação do patrimônio histórico, artístico e cultural de Montes Claros e Norte de Minas** (Grifos nossos) (ARRUDA, In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros*, v. I, 2007, p. 9).

Conforme notamos, o IHGMC tem como missão defender e conservar o patrimônio histórico de Montes Claros, daí publicações na Revista que remetem a essa questão, bem como iniciativas como a custódia de determinados acervos.¹²⁸ Pensando nisso, o primeiro volume da Revista contém fotografias e documentos considerados importantes como fato histórico da cidade. Esses documentos não são analisados, apenas constam como fotografias e/ou transcrições de textos retratados e mostrados na Revista para conhecimento de sua existência, dentre eles, o Diploma de Nomeação para a Guarda Nacional de Domiciano Ferreira Pimenta (TELLES, In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros*, v. I, 2007, p. 68); Brasão de Armas do Município de Montes Claros e seu emblema representativo, documento do Arquivo de Dário Teixeira Cotrim (GUEDES, In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros*, v. I, 2007, p.118); primeira casa construída em Montes Claros (SILVEIRA, In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros*, v. I, 2007, p.185); fotografia do poeta Patrício Guerra¹²⁹ e Resolução nº 939, de 07 de julho de 1858, que aprova as posturas da Câmara Municipal de Montes Claros de Formigas (DAVID, In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros*, v. I, 2007, p. 189-190).

Entre os outros artigos da Revista do volume I, podemos citar alguns que tratam sobre pessoas consideradas “notáveis” e/ou “Esses, sim, são heróis!” (VIEIRA, In: *Revista do*

¹²⁸ O IHGMC tem sob sua custódia, acervo de Simeão Ribeiro Pires, que constitui fonte riquíssima para pesquisa em várias áreas do conhecimento, fotografias antigas, além de promessas em receber jornais locais e outros documentos.

¹²⁹ “Nasceu a 17 de março de 1896, no Arraial de Piedade, Licínio de Almeida (BA). Em 1917 começou a faina literária com intensa colaboração em vários jornais da Bahia e de Minas Gerais. Escreveu dramas, poemas, comédias, com predileção pela poesia lírica. Publicou FOLHAS DE OUTONO e FLORILÉGIO MARIANO. Foi membro ativo da Academia Montesclarensense de Letras. (COTRIM, D. T. (dariocan@bol.com.br). [mensagem pessoal]. *Patrício Guerra*. Mensagem recebida por filomena.joao.reis1996@gmail.com em 8 dez. 2011)

Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros, v. I, 2007, p. 98) como Hermes Augusto de Paula (06/12/1909 a 10/06/1983), Dona Tiburtina¹³⁰ (10/08/1876 a 20/04/1955), Simeão Ribeiro Pires, o mecânico Gasparino (20/03/1926 a 01/07/1989), João Botelho (31/01/1932 a 01/11/2007), Geraldo Vieira (30/09/1913), Tobias Leal Tupinambá¹³¹ (12/12/1888 a 10/1962), assim como instituições como Labor Clube de Montes Claros (décadas de 1960 a 1970). Os textos se apresentam na perspectiva da historiografia tradicional¹³², ou seja, são narrativas que relatam os fatos ou descrevem as pessoas que contribuíram para a construção da cidade, da história e historiografia local. Nesse sentido, Simeão Ribeiro Pires¹³³ “Foi (...) o **único historiador de Montes Claros** que esteve visitando a Torre do Tombo, em Lisboa, para trazer preciosas informações sobre as nossas origens” (Grifos nossos) (COTRIM, In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros*, v. I, 2007, p. 23). A afirmação acima nos revela a importância dos memorialistas e cronistas para Montes Claros, pois eles procuravam informações/documentos que pudessem auxiliar na “comprovação” da história da cidade e eram, apesar de possuírem formação em outras áreas, como é o caso de Simeão Ribeiro Pires com o Curso de Engenharia, considerados historiadores.

A Revista do IHGMC, volume II, contém artigos que tratam sobre diversos assuntos, dentre eles, a arquitetura e a memória. Ressaltamos alguns textos que abordam itens considerados patrimônios culturais com o objetivo de verificarmos a predominância dos

¹³⁰ Ver sobre D. Tiburtina em: NASCIMENTO, Maria de Fátima Gomes Lima do. *Tiburtina de Andrade Alves: entre as relações de poder e as representações sociais de uma mulher* (Montes Claros na primeira metade do século xx). 2004.199 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Severino Sombra, Vassouras, 2004.

¹³¹ Escreveu o livro “Monografia histórico-corográfica de Montes Claros” em 1988.

¹³² Ver sobre esse assunto em: BOURDÉ, Guy e MARTIN, Hervé. *As escolas históricas*. Portugal: Publicações Europa – América, 1983; FONTANA, Josep. A reviravolta cultural. In: *A história dos homens*. Tradução Heloisa Jochins Reichel e Marcelo Fernando da Costa. Bauru, S.P.: EDUSC, 2004. No livro “A História dos Homens”, Josep Fontana se propõe a revisar o livro “História: análise do Passado e Projeto Social”, porém fazendo uma nova análise, assim como melhorando e corrigindo o que escreveu a partir do que aprendeu no decorrer desse tempo. Ele percebe que o mundo mudou, assim como as perspectivas, por isso a necessidade da revisão. Ele aborda as correntes historiográficas e suas construções, sobretudo revelando a reviravolta cultural que se dá com as discussões historiográficas após a Segunda Guerra Mundial, que propõe novas possibilidades de debates. “A história dos homens” é pensada na perspectiva da história de todos e não apenas enquanto uma história factual e narrativa privilegiando a História Política com ênfase nos heróis e seus grandes feitos.

¹³³ “Nasceu em Inconfidência, hoje Coração de Jesus, (...). Fez o curso primário e o ginásio em Montes Claros e o secundário em Belo Horizonte e no Colégio Grambery em Juiz de Fora. Em 18 de dezembro diplomou-se no curso superior de Engenharia Civil. (...) A monografia, “Ensino de Engenharia” escrita por Simeão, alcançou a primeira colocação em 1942, recebendo o prêmio “universidade de Minas Gerais”. O engenheiro Simeão Ribeiro, iniciou a sua trajetória política, ao disputar o cargo de Prefeito de Montes Claros em 1947. Candidato em três eleições (1947, 1954 e 1958), elegeu-se em 3 de outubro de 1958, com uma arrebatedora consagração popular. Definia-se assim, a tradição histórica, de que o “mando político” de nossa cidade é cíclico, com o revezamento acontecendo a mais ou menos doze anos. O candidato do partido Republicano foi eleito com a promessa primeira de resolver o grave problema da falta d’água para o abastecimento da população. Durante todo o seu mandato, batalhou para que isso acontecesse. Manteve a maioria na Câmara e nunca teve um projeto seu, rejeitado pelos vereadores.” (GUIMARÃES, Jorge Tadeu. *Montes Claros – 50 anos: 1947 – 1997*. Faces do legislativo. Montes Claros: Sociedade Editorial Arapuim Ltda., 1997. p. 365 – 366).

objetos, peças, prédios e vivências apresentadas como tal. Um dos artigos dessa Revista trata da arquitetura de Montes Claros a partir da obra de Antônio Augusto Barbosa Moura¹³⁴. Antônio Augusto Pereira Moura fala sobre a formação de Montes Claros,

(...) se assemelha àquela formação tradicional das cidades coloniais brasileiras, onde as famílias de melhor poder aquisitivo constroem seus sobrados e casarões nos arredores da igreja na praça principal. Com o crescimento do comércio e do desenvolvimento, são abertas novas ruas e acessos numa malha reticulada bastante tradicional. A expansão da cidade fez com que a área de comércio central fosse se ampliando, desta forma as antigas residências localizadas nestas áreas residenciais foram se afastando do centro, para as chácaras no entorno. O processo de urbanização pelo qual a cidade passa é semelhante às demais cidades médias brasileiras, onde praticamente toda a população encontra-se vivendo nas cidades (MOURA, In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros*, v. II, 2008, p. 27).

Antônio Augusto Pereira Moura mostra como Montes Claros foi se transformando por causa das novas demandas, sobretudo comerciais. Essas mudanças pedem intervenção arquitetônica, ou seja, os bens culturais arquitetônicos devem se adequar à nova realidade imposta pelos espaços solicitados pelo mercado. Antônio Augusto Pereira Moura expõe que Montes Claros apresenta uma arquitetura curiosa: “(...) uma ornamentação autóctone de uma cidade isolada que se cristalizou em um estilo local” (In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros*, v. II, 2008, p. 29). A arquitetura residencial, para ele, acompanhou as necessidades da época e do lugar e, nesse sentido, aborda alguns prédios e seus estilos arquitetônicos: “(...) cria-se uma arquitetura variada, misturando estilos e tendências, mas bastante característica do lugar” (MOURA, In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros*, v. II, 2008, p. 32).

Na década de 1950, Montes Claros recebe novos arquitetos, montes-clarenses que foram estudar Arquitetura em outras cidades e retornaram posteriormente, introduzindo o modernismo¹³⁵, cuja referencia é Antônio Augusto Barbosa Moura.

¹³⁴ “Natural de Montes Claros nascido em 07 de outubro de 1941, Antônio Augusto Barbosa Moura é filho de Antônio Máximo de Moura e Maria da Conceição Barbosa Moura. Inicia em 1961 o curso superior de Arquitetura e Urbanismo na Escola de Arquitetura da UFMG, graduando-se em 1965. Logo após a graduação, viaja para a Europa, buscando um aperfeiçoamento e uma complementação da sua formação profissional. Faz curso de especialização na Universidade de Milão em Urbanística Técnica, além de cursos de língua na Università Italiana per Stranieri, Perugia, Itália e curso de inglês em Cambridge na Inglaterra. Sua grande oportunidade foi o estágio em Milão com o arquiteto Ângelo Mangiarotti (1921), atualmente um dos maiores arquitetos do século 20 na Itália, atuando nas áreas de Urbanismo, Arquitetura e Design” (MOURA, In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros*, v. II, 2008, p. 34).

¹³⁵ Ver sobre esse assunto em: BENEVOLO, Leonardo. *História da arquitetura moderna*. São Paulo: Perspectiva, 2001.

O arquiteto [Antônio Augusto Barbosa Moura] apresenta em seus projetos novos conceitos e formas pouco exploradas na região e consegue aliar uma nova linguagem e um novo repertório de formas às peculiaridades locais. Suas experiências e trabalho se desenvolvem num processo contínuo de evolução que confere uma unidade no seu trabalho e permite a identificação de fases e momentos. Explora uma linguagem arquitetônica rica, cheia de recursos formais articuladas à pesquisa e o uso de materiais diversos como vidro, concreto, cerâmica e madeira conseguindo resultados racionais práticos que demonstram uma preocupação estética à criatividade e a inovações para a região (MOURA, In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros*, v. II, 2008, p. 33).

Com a introdução desses novos conceitos e, claro, com as vivências dos moradores de Montes Claros, sobretudo da periferia que, por meio da criatividade, transforma a cidade arquitetonicamente na tentativa de construir suas casas a partir dos seus costumes, possibilidades, renda financeira e concepção de moradia. A casa serve para abrigar a família das intempéries do tempo, bem como para o descanso diário do trabalho e consolidação dos laços familiares. Sendo assim, os moradores da periferia revelam as propostas dos arquitetos e engenheiros, que constroem e reformam as residências da área central da cidade e também do bairro Todos os Santos - exclusivo da elite - tem como objetivo viver, morar e abrigar a família. No entanto, esses mesmos moradores não deixam de copiar a seu modo, os estilos arquitetônicos que veem nos bairros mais elegantes e no centro da cidade. Todas essas construções se constituem patrimônio cultural da cidade, porém, indo além das regras e estilos propostos pelas normas arquitetônicas, das referências da elite econômica e política local e dos profissionais da área. A cidade, nessa perspectiva, não apresenta uma uniformidade arquitetônica, a diversidade se configura como quadro predominante diante das necessidades e da disponibilidade de renda para a construção da moradia, que irá depender da classe social e do lugar onde se reside.

A imagem da rua Geraldino Machado no bairro Santos Reis nos mostra essa variedade no formato de construções das residências na periferia, todavia, caracterizando um lugar onde seus moradores se preocupavam em residir de forma tranquila e confortável, de acordo com seus padrões estéticos e financeiros. Verificamos que as casas foram erguidas às margens da rua. Não há muros, mas muitas árvores para abrigar as pessoas no final do dia, quando chegam do trabalho e sentam às suas portas. Observamos calçadas largas, feitas não para o trânsito de pessoas, mas para os próprios moradores usufruírem ao final do dia, após uma longa jornada de trabalho. Ruas largas, cujas residências são, atualmente na sua maioria, de alvenaria, mas constatamos que ainda existem algumas construções feitas de adobe, como a casa da família de Maria da Conceição dos Santos Costa, uma das edificações mais antigas do bairro datada da década de 1940.